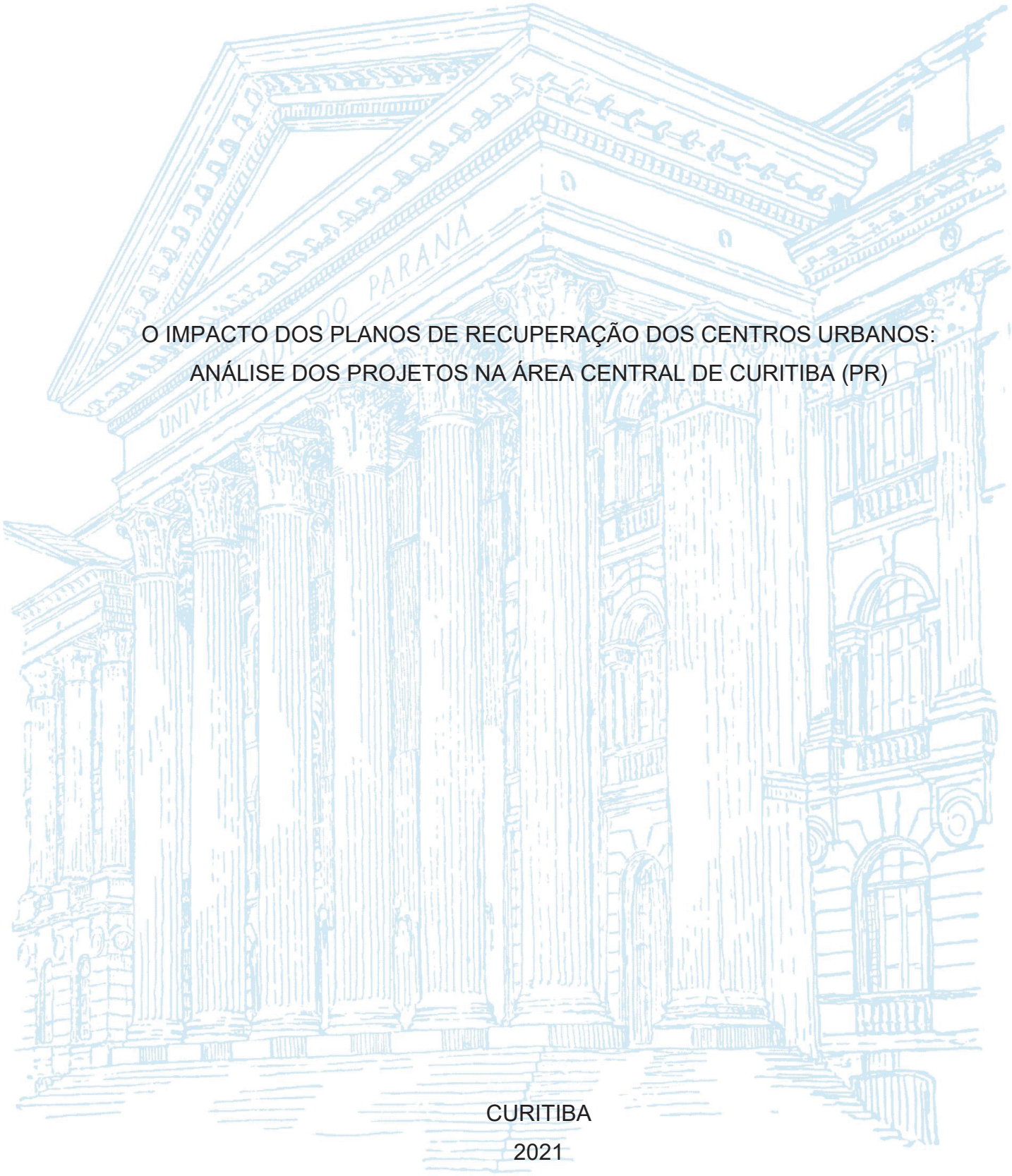
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME KUBASKI



O IMPACTO DOS PLANOS DE RECUPERAÇÃO DOS CENTROS URBANOS: ANÁLISE DOS PROJETOS NA ÁREA CENTRAL DE CURITIBA (PR)

CURITIBA

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME KUBASKI

O IMPACTO DOS PLANOS DE RECUPERAÇÃO DOS CENTROS URBANOS: ANÁLISE DOS PROJETOS NA ÁREA CENTRAL DE CURITIBA (PR)

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano.

Orientadora: Prof.ª. Dr.ª Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski

CURITIBA

2021

Catalogação na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

K95i Kubask, Guilherme

O impacto dos planos de recuperação dos centros urbanos: análise dos projetos na área central de Curitiba (PR) [recurso eletrônico] / Guilherme Kubask – Curitiba, 2021.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano.

Orientadora: Prof.ª. Dr.ª Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski

1. Urbanização - Segurança pública. 2.Centros urbanos – Curitiba (PR). I. Universidade Federal do Paraná. II. Firkowski, Olga Lucia Castreghini de Freitas. III. Título.

CDD: 711.4098162

Bibliotecária: Roseny Rivelini Morciani CRB-9/1585

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GUILHERME KUBASKI** intitulada: **O IMPACTO DOS PLANOS DE RECUPERAÇÃO DOS CENTROS URBANOS: ANÁLISE DOS PROJETOS NA ÁREA CENTRAL DE CURITIBA (PR)**, sob orientação da Profa. Dra. OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Dezembro de 2021.

Assinatura Eletrônica
20/12/2021 15:30:22.0
OLGA LÚCIA CASTREGHINI DE FREITAS FIRKOWSKI
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
19/12/2021 10:03:21.0
GISLENE DE FÁTIMA PEREIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
17/12/2021 21:53:30.0
LUANA MIRANDA ESPER KALLAS
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 137110
Para autenticar este documento/assinatura, acesse https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp e insira o codigo 137110

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo incentivo e apoio em todas as etapas dessa minha jornada. Em especial meus pais, Silmara e Juarez, por todo esforço na minha formação e por acreditar no potencial transformador da educação.

À minha esposa Vanessa, por compartilhar comigo o mesmo olhar para a cidade e para as potencialidades do meio urbano, por todo amor desprendido e, principalmente, pelo incansável incentivo e apoio durante todo o desenvolvimento deste trabalho.

Aos docentes e colegas do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná (PPU), pela troca de ideias e experiências, bem como por todas as contribuições que permitiram o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, à minha orientadora, Professora Dr.ª Olga Lúcia Castreghini de Freitas Firkowski, sem a qual esse trabalho não seria possível, pela disposição e prontidão em auxiliar, pelas mais ricas e diversas discussões e reflexões propostas, por compartilhar seu valioso conhecimento e, principalmente, pelo enorme e apoio e paciência no desenvolvimento desta pesquisa.

RESUMO

O crescimento e o desenvolvimento das grandes cidades no século XX, em especial no período pós-industrial, permitiu a observação de diversos fenômenos de expansão e periferização da malha urbana. Esses fenômenos foram responsáveis pela alteração das funções urbanas, principalmente as do Centro tradicional, o qual passou a competir com novas centralidades dentro da cidade, perdendo sua importância, simbolismo e se encontrando num processo crescente de abandono. Foi a partir da observação dessa dinâmica que os mais diversos planos foram traçados com o objetivo de resgatar a importância desses sítios e de aproveitar todo o potencial dessas áreas. No entanto, persiste a crítica à forma com que esses planos de intervenção foram – e ainda são – pensados, uma vez que, de forma geral, se preocupam apenas com conjuntos isolados no tecido urbano, não levando em conta a cidade à sua volta e as dinâmicas dessas áreas, se orientando apenas para a monumentalidade, para o consumo e para a valorização imobiliária. Levando esses pontos em consideração, o presente trabalho teve como objetivo identificar possíveis efeitos de diferentes processos de intervenção em Centros Urbanos tradicionais, neste caso em especial, o Centro de Curitiba. A metodologia empregada, dessa forma, se utilizou de informações georreferenciadas de ocorrências atendidas pelos órgãos municipais para identificar as mudanças de padrão ao longo dos anos após diversos tipos de intervenções no Centro tradicional de Curitiba. A pesquisa, portanto, observou que os planos, quando pensados apenas em trechos isolados, resultam em pouco ou nenhum impacto, apenas conduzindo uma migração dos problemas dentro da área central. No entanto, quando pensados de forma mais abrangente, considerando as potencialidades do entorno e a forma com que os espaços são utilizados, esses planos tendem a ser mais bem sucedidos, permitindo uma mitigação maior dos problemas e uma democratização do espaço.

Palavras-chave: Centralidade. Centro urbano. Segurança Pública. Projetos Urbanos

ABSTRACT

The growth and development of large cities in the 20th century, especially in the post-industrial period, allowed the observation of various phenomena of expansion and peripheralization of the urban fabric. These phenomena were responsible for the alteration of urban functions, mainly those related to the traditional Center, which started to compete with new centralities within the city, losing its importance, symbolism and finding itself in a growing process of abandonment. It was from the observation of this dynamic that the most diverse plans were drawn up with the aim of recovering the importance of these sites and taking advantage of the full potential of these areas. However, there is still criticism of the way in which these intervention plans were – and still are – designed, since, in general, they are only concerned as isolated sets in the urban fabric, not considering the city around them and the dynamics of these areas, focusing only on monumentality, consumption and real estate valuation. Taking these points into account, this study aimed to identify possible effects of different intervention processes in traditional urban centers, in this case in particular, the Center of Curitiba. The methodology applied used georeferenced information of occurrences attended by municipal entities to identify the pattern changes over the years after different types of interventions in the traditional Center of Curitiba. The research, therefore, noted that the plans, when thought of only in isolated sections, result in little or no impact, only leading to a migration of problems within the central area. However, when thought of in a more comprehensive way, considering the potential of the surroundings and the way in which the spaces are used, these plans tend to be more successful, allowing for greater mitigation of problems and a democratization of space.

Keywords: Centrality. Urban center. Public security. Urban Projects

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO DA TEORIA DO LUGAR CENTRAL 30

FIGURA 2 – FORMAÇÃO DE UM CENTRO URBANO (P1, P2, P3, P4...PN) 37

FIGURA 3 – DESCENTRALIZAÇÃO E FORMAS ESPACIAIS DERIVADAS 46

FIGURA 4 – ESQUEMA DO PLANO AGACHE 67

FIGURA 5 – TRIPÉ DAS FUNÇÕES BÁSICAS.....69

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – PERÍMETRO DE ESTUDO 71

MAPA 2 – PERÍMETRO DE ESTUDO, SETORES E EQUIPAMENTOS 72

MAPA 3 – PERÍMETRO DE ESTUDO E RAIO DE INFLUÊNCIA DE 1KM 73

MAPA 4 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 A 2020 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS 107

MAPA 5 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS 108

MAPA 6 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 NO SETOR CINE PASSEIO 108

MAPA 7 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO 109

MAPA 8 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL 109

MAPA 9 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA 110

MAPA 10 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 NO SETOR TIRADENTES 110

MAPA 11 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO 111

MAPA 12 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 NO SETOR CINE PASSEIO 111

MAPA 13 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 NO EIXO BARÃO RIACHUELO ... 112

MAPA 14 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL ... 112

MAPA 15 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA 113

MAPA 16 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 NO SETOR TIRADENTES 113

MAPA 17 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS 114

MAPA 18 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 NO SETOR CINE PASSEIO 114

MAPA 19 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO 115

MAPA 20 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL ...115

MAPA 21 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA ...116

MAPA 22 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 NO SETOR TIRADENTES ...116

MAPA 23 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO ...117

MAPA 24 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 NO SETOR CINE PASSEIO ...117

MAPA 25 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO ...118

MAPA 26 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 NO SETOR PAÇO MUNICIPALFONTE: O AUTOR (2021) ...118

MAPA 27 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA ...119

MAPA 28 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 NO SETOR TIRADENTESFONTE: O AUTOR (2021) ...119

MAPA 29 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS ...120

MAPA 30 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 NO SETOR CINE PASSEIO ...120

MAPA 31 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO ...121

MAPA 32 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL ...121

MAPA 33 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA ...122

MAPA 34 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 NO SETOR TIRADENTES ...122

MAPA 35 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO ...123

MAPA 36 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 NO SETOR CINE PASSEIO ...123

MAPA 37 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO ...124

MAPA 38 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL ... 124

MAPA 39 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA ... 125

MAPA 40 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 NO SETOR TIRADENTES ... 125

MAPA 41 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS ... 126

MAPA 42 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 NO SETOR CINE PASSEIO ... 126

MAPA 43 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO ... 127

MAPA 44 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL ... 127

MAPA 45 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA ... 128

MAPA 46 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 NO SETOR TIRADENTES ... 128

MAPA 47 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS ... 129

MAPA 48 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 NO SETOR CINE PASSEIO ... 129

MAPA 49 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO ... 130

MAPA 50 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL ... 130

MAPA 51 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA ... 131

MAPA 52 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 NO SETOR TIRADENTES ... 131

MAPA 53 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO ... 132

MAPA 54 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 NO SETOR CINE PASSEIO ... 132

MAPA 55 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO ... 133

MAPA 56 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL ... 133

MAPA 57 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA 134

MAPA 58 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 NO SETOR TIRADENTES 134

MAPA 59 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO 135

MAPA 60 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 NO SETOR CINE PASSEIO 135

MAPA 61 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO 136

MAPA 62 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL ... 136

MAPA 63 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA 137

MAPA 64 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 NO SETOR TIRADENTES 137

MAPA 65 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO 138

MAPA 66 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 NO SETOR CINE PASSEIO 138

MAPA 67 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO 139

MAPA 68 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL ... 139

MAPA 69 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA 140

MAPA 70 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 NO SETOR TIRADENTES 140

MAPA 71 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2020 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO 141

MAPA 72 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2020 NO SETOR CINE PASSEIO 141

MAPA 73 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2020 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO 142

MAPA 74 – OCORRÊNCIAS DE 2020 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL 142

MAPA 75 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2020 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA 143
MAPA 76 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2020 NO SETOR TIRADENTES + CATEDRAL 143

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - OS NÚCLEOS SECUNDÁRIOS DE COMÉRCIO E SERVIÇO.....43

QUADRO 2 - A ESTRUTURA COMERCIAL DE MANILA NA DÉCADA DE 50....45

QUADRO 3 – MOTIVAÇÕES QUE CONDUZEM AS INTERVENÇÕES EM CENTROS URBANOS.....59

QUADRO 4 – CLASSIFICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA GMC 81

QUADRO 5 – CATEGORIAS DE OCORRÊNCIAS UTILIZADAS NA PESQUISA88

QUADRO 6 – OCORRÊNCIAS CLASSIFICADAS COMO ABORDAGEM SOCIAL 88

QUADRO 7 – OCORRÊNCIAS CLASSIFICADAS COMO ATITUDES SUSPEITAS 88

QUADRO 8 – OCORRÊNCIAS CLASSIFICADAS COMO CRIMES CONTRA A PESSOA 89

QUADRO 9 – OCORRÊNCIAS CLASSIFICADAS COMO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO 90

QUADRO 10 – OCORRÊNCIAS CLASSIFICADAS COMO DROGAS 92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CNG	Conselho Nacional de Geografia
GMC	Guarda Municipal de Curitiba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
PR	Paraná
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESP	Secretaria Estadual de Segurança Pública
SESC	Serviço Social do Comércio
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18
1.1 PROBLEMA 21
1.2 JUSTIFICATIVA 22
1.3 OBJETIVO 24
2 O CENTRO URBANO E AS CENTRALIDADES 28
2.1 A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS 28
2.2 A CENTRALIDADE APLICADA À CIDADE 33
2.2.1 O Centro Urbano 33
2.2.2 Descentralização 38
2.2.3 Os subcentros 43
2.2.4 Colonização e Financeirização do Espaço Urbano 47
3 OS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO NO CENTRO URBANO 51
3.1 A TEORIA DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO CENTRO URBANO 51
3.1.1 As Cartas de Atenas e Veneza 51
3.1.2 Os Períodos no Processo de Intervenção 55
3.2 A DEGRADAÇÃO DO CENTRO E OS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO 57
3.2.1 O Centro nas Cidades Brasileiras 60
4 O PROCESSO DE REABILITAÇÃO DO CENTRO DE CURITIBA 63
4.1 OS PLANOS URBANÍSTICOS E AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE INTERVENÇÃO 63
4.2 ESTUDO DE CASO DA ÁREA CENTRAL 70
4.2.1 O histórico da área e as principais intervenções 73
4.2.1.1 Eixo Barão-Riachuelo 73
4.2.1.2 Praça Tiradentes 74
4.2.1.3 Paço da Liberdade 75
4.2.1.4 Praça de Bolso do Ciclista 77
4.2.1.5 Cine Passeio 78
4.2.1.6 Visão Geral 79
4.2.2 Análise de Dados 80
4.2.2.1 Ocorrências GMC 80
4.2.2.2 Outros Dados 92
5 RESULTADOS 93

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....103
APÊNDICE I - MAPAS DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS 107
REFERÊNCIAS 144

1 INTRODUÇÃO

O conceito que se construiu sobre o Direito à Cidade é recente. Até pouco tempo, não era possível compreender sua abrangência e, muito menos, sua aplicação. Lefebvre (2019) entende que o direito à cidade só pode ser formulado como um direito à vida urbana, ou seja, sua efetivação se dá na garantia das condições impostas pelo modelo de vida típico das cidades: habitação, transporte, infraestrutura, dentre outros.

No entanto, a busca da garantia desse direito tem se mostrado de pouca eficácia frente ao crescimento exponencial dos problemas tidos como tipicamente urbanos e frente às disputas de poder que ocorrem em meio à política urbana. É através do Estado que os grupos dominantes e de maior influência se utilizam de um aparelhamento, não só para o exercício de repressão física organizada, mas, principalmente, nas relações ideológicas, na imposição de uma ideologia dominante e em sua disseminação (POULANTZAS, 2009). A orientação dessa ideologia, caracteristica da fase atual do capitalismo, tem afastado cada vez mais a garantia de ações universais de acesso aos serviços essenciais para a vida nas cidades.

Dessa forma, os mais variados dispositivos e instrumentos foram ganhando relevância no âmbito da política urbana, tanto nas definições a nível federal, quanto nas implementações locais e municipais. A inserção de diversas garantias para os planos de desenvolvimento abriram novas portas para a efetiva garantia do direito à cidade. O que se apresenta como um questionamento válido, no entanto, é se tais conquistas conseguem, de fato, garantir o pleno acesso às condições de vida urbana ou, ao menos, minimizar as desigualdades na oferta de moradia e serviços.

Nessa perspectiva de direito à cidade, estão inseridas, também, diversas condições que visam garantir a qualidade de vida urbana, seja na forma do direito de ocupar os espaços ou habitá-los. É sob esse argumento que os mais diversos processos de recuperação e revitalização de centros urbanos se pautam. No entanto, dado o caráter individualista e mercantilista do momento econômico e social – conforme abordado anteriormente –, é visivel a presença de um fator de exclusão desses processos, tendo como objetivo a gentrificação e a valorização imobiliária e se utilizando das políticas públicas para o favorecimento de uma minoria, a qual se utiliza do solo urbano como ativo de especulação.

Assim, o crescimento desordenado e não planejado (ou de planejamento equivocado) das grandes cidades brasileiras, aliado a políticas públicas ineficientes, tiveram como resultado um certo caos urbano que se agravou ainda mais nas últimas décadas. Decorrência da fata de política urbana e de gestão pública, quase como regra, é possível perceber que o crescimento dessas áreas urbanas tem sido direcionado para as regiões mais afastadas e/ou dotadas de infraestrutura mais precária, seja pelo custo da terra, por políticas habitacionais ineficazes, ou fatores específicos de cada caso. Concomitantemente, as áreas urbanas centrais foram sendo despovoadas e tendo sua vocação comercial e de prestação de serviços consolidada cada vez mais. Em um primeiro momento, essa descentralização tem como resultado o abandono e a degradação destas áreas centrais, principalmente nas matrizes urbanas históricas; posteriormente, esse resultado passa a ser observado também nessas áreas até então não ocupadas e que pra onde o crescimento urbano foi direcionado, decorrendo principalmente da carência de infraestrutura e resultando no agravamentos dos problemas já comuns em grandes cidades, tais como a deficiência dos modais de transporte, os congestionamentos, insegurança e ausência das forças policiais, dentre outros.

O resultado da segregação do espaço urbano pode ser analisado, portanto, sob dois enfoques: o do abandono e degradação da zona central, e da carência de infraestrutura e de serviços das áreas periféricas. A degradação das áreas centrais ocorre principalmente pela não utilização em tempo integral dos espaços e pelo fato de que o comércio central, de modo geral, funcionar basicamente ao longo do dia e nos dias de semana, fazendo com que no contraturno – ou seja, à noite e aos fins de semana – esses trechos se tornem áreas pouco movimentadas, sem nenhum tipo de atrativo e, em muitos dos casos, insegura. Já na situação oposta, as áreas periféricas, predominantemente residenciais, acabam também sendo isoladas, dependendo, em grande parte, dos serviços oferecidos pelas regiões centrais e se tornam carentes de uma infraestrutura básica, demanda que o município não consegue suprir em sua integralidade. Dessa forma, enquanto temos, por um lado, áreas centrais que dispõem de uma infraestrutura completa e consolidada, ociosas por não serem utilizadas fora do horário comercial, temos, por outro, áreas carentes de serviços e infraestrutura mínima.

A falta de sustentabilidade urbana[1] tem se mostrado um dos principais problemas das grandes cidades brasileiras e acaba gerando, como consequência, as principais deficiências urbanas, como grandes deslocamentos dentro da cidade, polos geradores de tráfego, necessidade de maiores investimentos em serviços básicos e, até mesmo, trechos de maior incidência de violência.

Historicamente, as primeiras políticas públicas decorrentes do tema são modernistas e traziam a ideia de grandes conjuntos habitacionais afastados da malha central e cidades se desenvolvendo a favor dos carros, o que se mostrou ineficiente e, com o passar do tempo, a carência de infraestrutura e os problemas resultantes se tornaram evidentes. Mas foi a partir dos anos de 1970 que mundialmente a percepção das cidades mudou. Autores como Jane Jacobs (2000), começaram a analisar as problemáticas comuns das grandes cidades, e tentaram descobrir suas fontes, criando uma nova visão de cidade e de como ela deve funcionar; o desenvolvimento de ideias como multifuncionalidade e mistura de usos e classes, foi dando origem a uma nova forma de pensar o meio urbano e as pessoas.

No Brasil, esses conceitos começaram a ser levados em conta mais tardiamente, e aos poucos foram sendo incorporados ao planejamento das grandes cidades. No entanto, os resquícios da visão modernista da cidade ainda se apresentam de maneira muito forte e parecem ainda ser uma barreira ao desenvolvimento urbano. Dessa forma, o que acaba sendo visível no período atual, são políticas que não vêm mostrando resultados integralmente. Ainda existem lacunas ou barreiras a serem derrubadas, pontos responsáveis por um desencadeamento de problemas, que ainda tentam ser solucionados com medidas de curto prazo, sem levar em consideração sua verdadeira origem.

Buscando evitar um possível caos urbano nas cidades brasileiras, a necessidade da aplicação de políticas públicas que levem em consideração a dinâmica das cidades e as carências sociais é cada vez maior. A aplicação dessas políticas, no entanto, não tem acompanhado a forma como as cidades vêm se desenvolvendo, sendo, essa, uma necessidade imediata para que o desenvolvimento urbano ocorra de forma ordenada e objetivando, assim, uma elevação na qualidade

[1] Sustentabilidade Urbana, neste contexto, é entendida como o processo de considerar áreas ociosas já dotadas de infraestrutura dentro do processo de planejamento, ocupando-as e evitando a periferização e as consequentes demandas por nova infraestrutura.

de vida dos habitantes das cidades e a qualidade dos serviços públicos ofertados pelo poder público.

O propósito do presente trabalho é, portanto, analisar de forma crítica o modelo de recuperação de áreas centrais, comumente implantado nas grandes cidades brasileiras. As intervenções observadas nos mais diversos núcleos têm seu foco apenas na monumentalidade, na valorização econômica e na consciente gentrificação de áreas, até então, de baixo valor imobiliário. Dessa forma, se mostra evidente a necessidade de avaliar as reais consequências desses processos, uma vez que as análises tradicionais oferecem poucos dados objetivos que sustentem o confronto de ideias.

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é fomentar a análise e o debate acerca dos planos de intervenção nos centros urbanos tidos como degradados ou abandonados. Uma vez que os modelos mais atuais de intervenção – a revitalização e a reabilitação, os quais serão devidamente apresentados posteriormente – são alvo de inúmeras críticas, principalmente do ponto de vista da gentrificação, da especulação e da financeirização do espaço, é necessário compreender de que forma esses processos ocorrem e quais são os reais resultados na dinâmica urbana. Identificar os resultados, benefícios e malefícios de cada tipo de ação se torna fundamental para estabelecer as melhores práticas de intervenção, evitando que interesses que não o comum, prevaleçam.

As análises realizadas mostraram que planos de intervenção com foco apenas na dimensão estética do espaço urbano não causam impactos significativos. Em consonância, processos de intervenção isolados, focados em um único equipamento, tendem a fracassar. Por isso, planos de intervenção precisam ser pensados de maneira global, conjunta, considerando a dinâmica da área e preocupando-se em intervir no entorno que caracteriza determinado trecho.

1.1 PROBLEMA

As atividades atribuídas como típicas dos centros urbanos se mostram diretamente relacionadas com a forma como esse espaço construído é apropriado ao longo do tempo, tendo função e significado distintos em cada período, de acordo com a hierarquia urbana ocupada pelo centro naquele dado recorte temporal. O centro,

portanto, passa a ser o produto da aglomeração territorial organizada (VILLAÇA, 2009).

A medida em que a malha urbana se adapta ao tempo e às formas de ocupação, os limites do território e a maneira de utilizar o solo também mudam. Essas alterações resultam no surgimento de novas centralidades ao mesmo tempo em que os centros tradicionais passam a ser descaracterizados e sofrem intensos processos de abandono e degradação. Com os investimentos sendo voltados prioritariamente para as novas regiões centralizadoras e com os demais problemas resultantes do abandono, a utilização das áreas se limita agora apenas a funções tidas como mais típicas dos centros urbanos, como comerciais ou institucionais (GADENS, 2010).

Apesar do crescente descaso com os centros urbanos das grandes cidades, o potencial dessas áreas se mostra evidente, uma vez que esses trechos, mesmo ociosos, oferecem uma completa infraestrutura urbana já consolidada. No entanto, enquanto as áreas em expansão e de menor investimento por parte do poder público – no geral, áreas periféricas – dispõem de equipamentos e infraestrutura insuficientes, os planos de intervenção voltados para os centros ignoram o problema. As ações implantadas nos centros têm se mostrado unicamente voltadas a financeirização do espaço e valorização imobiliária, resultando na gentrificação, na aceleração da periferização, na maior escassez de infraestrutura urbana e numa divisão desproporcional do acesso ao espaço urbano.

1.2 JUSTIFICATIVA

Se o sucesso de um processo de retomada do centro se apresenta no fato de que este tem êxito para convidar as pessoas para virem e para ficarem, à escala humana – e não dos edifícios – é a que deve ser levada em conta. O planejamento deve partir de baixo para cima e de dentro para fora – primeiro as pessoas, depois o espaço e por último o construído. Antes de recuperar uma área simplesmente pelo aspecto estético, é necessário compreender como aquele trecho se une à cidade e como a vida acontece no seu interior. Somente a partir disso é que se pode prever as medidas de intervenção e o posicionamento das ações (GEHL, 2013).

Um dos pensamentos mais equivocados acerca desses processos de revitalização[2] é de que seus resultados devem ser conjuntos abstratos e isolados das cidades. O objetivo, no entanto, deve ser reintegrar essas áreas à malha urbana ao mesmo tempo em que se fortalece seu entorno. Os princípios básicos dos planos de recuperação devem ser os mesmos adotados para quaisquer locais de baixa vitalidade – as áreas devem ser capazes de gerar diversidade (JACOBS, 2000).

Os centros, de maneira geral, são um espelho de suas cidades. Com os novos padrões econômicos buscam refletir uma boa imagem urbana, a fim de garantir uma vantagem competitiva frente a outros centros. As ações de melhoria têm como objetivo predominante a externalização de fatores estéticos e econômicos que possam se reverter em um maior número de investimentos e uma maior arrecadação de impostos. A maneira simplória com que estes planos são concebidos, no entanto, desconsidera singularidades regionais, o que elimina qualquer possibilidade de exploração de peculiaridades da dinâmica urbana que possam levar ao êxito da proposta. Apesar da pauta ser direcionada predominantemente para aspectos de mercado, os modelos não conseguem atingir sua efetividade na maioria dos casos, principalmente quanto ao aspecto social e de diversidade urbana, os quais deveriam, inclusive, ser o foco de atenção do poder público. Os planos, dessa forma, não deveriam ser baseados apenas em eficiência operacional ou em outros modelos inovadores, pois esses são facilmente superados. Melhorar a qualidade de vida urbana nas áreas centrais significa que essas áreas devam ser construídas para as pessoas, uma vez que a cidade, sem dúvida, extrapola as atividades tidas como tipicamente centrais.

Tendo como parâmetro a escassez de terra urbana e a forma com que a infraestrutura está disponível na área central, pode-se afirmar que há interesse de se intervir no centro urbano. No entanto, há pouca abordagem no processo de planejamento e pouca interferência dos interesses locais por parte do poder público. O Estado precisa considerar mais os aspectos sociais do planejamento e não deixar que as influências de atores com interesses diversos ao do público sejam predominantes. As práticas são perpetuadas institucionalmente entre os diversos

[2] O termo revitalização aqui é utilizado de forma genérica para exemplificar as tentativas de intervenção aos centros urbanos. A delimitação e contextualização da terminologia será feita posteriormente no trabalho.

segmentos envolvidos e suas deficiências acabam sendo desconhecidas ou menosprezadas.

A questão da forma com que o centro é ocupado, no entanto, se mostra apenas como um dentre muitos aspectos que poderiam ser explorados pelos gestores e idealizadores desses planos. Não se pode esperar, contudo, que ações pontuais e com finalidade econômica tenham efeitos em áreas abrangentes, uma vez que diversas variáveis – normalmente as inseridas na escala humana do projeto – podem ter efeitos negativos, sejam eles a estagnação da degradação em algumas áreas ou mesmo criação de uma barreira ainda maior na geração da diversidade no centro.

Dessa forma, o presente trabalho busca se justificar como forma de identificar justamente as ações que possibilitam a geração dessa diversidade e de uma equidade na ocupação do espaço, por meio da análise das ações já realizadas e de que forma essas puderam impactar nas reais dinâmicas da cidade.

1.3 OBJETIVO

Tendo em vista o problema e a justificativa expostos anteriormente, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar dentro do recorte selecionado – a área central de Curitiba – as principais ações de intervenção realizadas no espaço urbano e, através da análise de dados, identificar os resultados concretos após cada período. Nesse contexto, considerando os critérios gerais definidos para o estudo, os objetivos específicos são:

a) definir Centro Urbano e Centralidade buscando compreender como os aspectos da sua evolução impactaram no surgimento dos problemas urbanos e de que forma essa influência persiste;

b) entender o processo de periferização das cidades e do abandono das regiões centrais, e como os processos de gentrificação e especulação imobiliária agem na intensificação desses fenômenos;

c) conhecer o histórico de como se deram os mais diversos planos para reverter as problematicas envolvendo as áreas centrais e avaliar a efetividade das medidas a longo prazo;

d) delimitar um recorte urbano dentro da área central de Curitiba e avaliar a evolução dos resultados com base nas ações implantadas ao longo do tempo e comparando com um histórico de dados que permita a observação do sucesso – ou não – das tentativas de intervenção.

Dessa forma, a metodologia empregada para que fosse possível atingir os objetivos expostos anteriormente ocorreu de acordo com as seguintes etapas:

a) estabelecimento do recorte da área escolhida, neste caso inserido dentro da área central de Curitiba, e de uma área de influência que possa servir de parâmetro comparativo;

b) definição de um período de observação para os fenômenos das intervenções e identificar as principais ações executadas dentro do perímetro definido;

c) classificação dos tipos de intervenção a fim de facilitar as análises comparativas;

d) realização de uma análise qualitativa com base nos planos e conceitos explorados anteriormente no trabalho, buscando similaridades nas ações implantadas e comparando os resultados e delimitando possíveis consequências;

e) realização de análise quantitativa alinhada com os marcos temporais das intervenções escolhidas com os seguintes dados:

    a. registro de ocorrências atendidas pela Guarda Municipal de Curitiba, entre os anos de 2009 e 2020, filtrando apenas aquelas que possam refletir os impactos das intervenções urbanas;

b. ligações para o serviço de atendimento ao cidadão da Prefeitura de Curitiba (156), entre os anos de 2009 e 2020, relativas aos atendimentos de resgate social;

c. dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, entre os anos de 2009 e 2020, dos crimes contra a vida, crimes contra o patrimonio e crimes relacionados a drogas na cidade Curitiba.

f) compilação das ações observadas e identificação dos resultados, comparando com os demais planos.

Especificamente quanto aos dados é preciso considerar que apesar de não se tratar de uma pesquisa com foco em segurança pública, foram utilizados dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná como indicadores do resultado dos processos de revitalização dos espaços urbanos no recorte selecionado. A opção metodológica se justifica pelos dados desta secretaria possibilitarem uma análise dos equipamentos urbanos e seu entorno – tendo como base as ocorrências de criminalidade – e indicarem a atratividade da área ou sua capacidade de atrair um fluxo de pessoas e estimular sua permanência tendo em vista as condições de determinado espaço urbano. Em se tratando de uma análise que tem o Centro como recorte, esses dados também permitem compreender a dinâmica das aglomerações urbanas e dos deslocamentos nos espaços selecionados.

Além disso, o uso dos dados de segurança pública justifica-se devido aos registros de ocorrências da Guarda Municipal de Curitiba, isolados, apresentarem problemas relacionados ao georreferenciamento, pois em alguns casos são imprecisos quanto à localidade no registro das ocorrências.

Pelo exposto e tendo em vista objetivos apresentados, a dissertação se divide em três capítulos, além da introdução, dos resultados e das considerações finais. Inicialmente, no capítulo **O Centro Urbano e as Centralidades**, o trabalho aborda os conceitos de centro e de centralidade, definindo e diferenciando cada um para que seja possível compreender de que forma o centro urbano se consolida historicamente nas cidades. A partir disso, foi possível acompanhar como se deu o processo de esvaziamento e degradação dessas áreas.

Na sequência, no capítulo **Os Processos de Intervenção no Centro Urbano**, o objetivo foi o de compreender como se dão os processos de intervenção dentro da malha urbana, em especial nos centros urbanos. Nele, são discutidos os períodos da intervenção, as terminologias e as principais abordagens acerca do tema.

Após essa análise, no capítulo de estudo de caso – **O Processo de Reabilitação do Centro de Curitiba** – foi feita uma recuperação do processo de planejamento de Curitiba, um histórico da região central da cidade e foram analisados, por meio de pesquisas de outros autores e recortes de notícias, as principais ações de intervenções na área de estudo, buscando compreender as principais problemáticas, ações e consequências. Formando, assim, uma base consolidada de análise e comparação dentro da área de estudo.

Finalmente, após a revisão da bibliografia, é discutida, ainda dentro do capítulo de estudo de caso, a análise do recorte em si, por meio da comparação tanto de dados quantitativos deslocados no tempo, quanto dos resultados empíricos e qualitativos observados nas ações abordadas pelo trabalho. A partir desse ponto é que foi possível discutir a efetividade das medidas adotadas no recorte traçado e quais práticas têm o potencial de sucesso em sua replicação.

O presente trabalho, dessa forma, tem como objetivo contribuir com novas maneiras de identificar os efeitos dos processos de intervenção na malha urbana, podendo servir de apoio na correlação entre os diferentes tipos de ação e os problemas normalmente tidos como típicos de áreas consideradas degradadas e que não estimulam a permanência. Além disso, a metodologia aplicada ainda permite novas formas de análise e a incorporação de novos dados, podendo ser explorada para responder com mais assertividade os questionamentos da pesquisa.

2 O CENTRO URBANO E AS CENTRALIDADES

Antes que seja possível trabalhar com as abordagens referentes aos centros urbanos e seu desenvolvimento, é importante que sejam definidos e diferenciados os conceitos de centro e de centralidade. Essa diferenciação se faz necessária uma vez que esses conceitos se sobrepõem e são facilmente – e comumente – confundidos. Assim, os questionamentos que serão apresentados ao longo do trabalho exigem que esses conceitos sejam muito bem delimitados para que seja compreendida a forma com que esses fenômenos ocorrem e são identificados no espaço urbano.

Dessa forma, o presente capítulo tem o objetivo de traçar essas diferenças e buscar uma delimitação teórica dos conceitos de centro e centralidade, estabelecendo um referencial para a os temas voltados aos processos de planejamento e recuperação dos centros urbanos, bem como permitir compreender como se dá a definição do centro urbano e a identificação das centralidades. Além disso, também será abordado, de forma mais superficial, o processo de urbanização brasileira, buscando contextualizar a origem do centro e sua importância no desenvolvimento dos processos e na dinâmica das cidades.

2.1 A TEORIA DOS LUGARES CENTRAIS

Um dos principais desafios quanto à leitura espacial dentro do processo de Planejamento, é identificar e qualificar a forma com que se dá a organização do espaço. A identificação da centralidade dentro de uma Região, assim, se torna essencial para compreender as dinâmicas urbanas relativas à importância do centro, que vão desde o processo primitivo de formação das cidades e dos primeiros assentamentos, até os inúmeros processos de gentrificação, periferização e expansão da malha urbana; e, também, de que forma esse centro – ou o lugar central – surge e atua direta e indiretamente sobre seu entorno.

Apesar de ser possível perceber de forma empírica como essa convergência de pessoas, bens e serviços se dá na organização de uma centralidade, diversos modelos foram elaborados buscando compreender a forma com que isso ocorre. Um dos principais meios utilizados para desenvolver esses modelos foram as teorias de centralidade, as quais foram desenvolvidas a partir da década de 1930 e, desde então,

vêm sendo aplicada e debatida por geógrafos e outros pesquisadores (DUARTE, 1974).

Em meio a esse debate acerca das centralidades, nos anos de 1930, o geógrafo alemão Walter Christaller (1966) elabora e fundamenta a “Teoria do Lugar Central”. Essa teoria, formulada por Christaller, afirma que o desenvolvimento e o crescimento das áreas urbanas se dão a partir das demandas criadas pelo entorno e pelo meio com que os agentes econômicos se movimentam, a fim de atender a essas demandas. Dessa forma, estabelece-se uma hierarquia com base no poder de influência da aglomeração sobre sua órbita, o que seria consequência de uma maior centralidade. Ou seja – quanto maior a centralidade, maior a área de influência e mais aglomerações na órbita de um centro (CHRISTALLER, 1966).

No entanto, o trabalho de Christaller (1966) foi desenvolvido a partir de uma observação em uma escala regional e não intraurbana. A análise da qual surgiu a teoria constatou a existência de diversas cidades na Alemanha de portes muito semelhantes que se mantinham em distâncias muito similares entre elas. A conclusão de Christaller foi que esse distanciamento equidistante era resultado da abrangência da oferta de serviços de cada cidade, sendo que cidades de porte semelhante ficariam localizadas do centro das áreas de influência de tamanho semelhante (GASPARI, 2019).

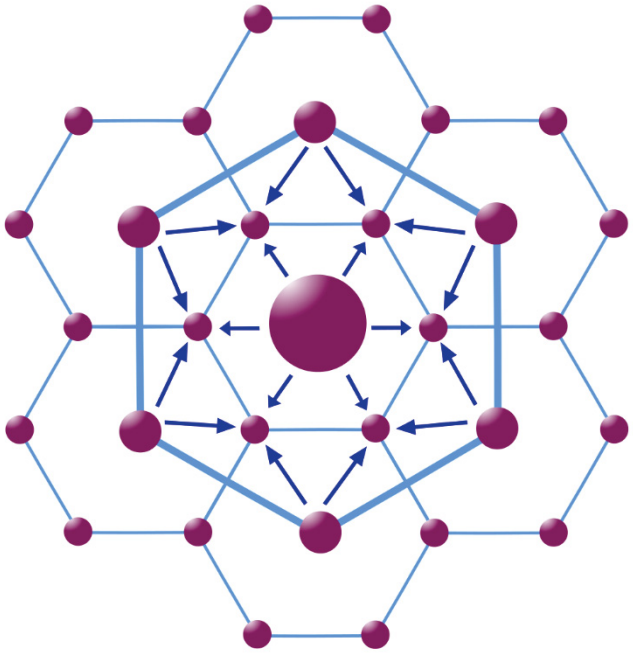
Dessa forma, quando observada por meio dessa escala regional, a centralidade, assim como definida na teoria do lugar central, passa a definir tanto um padrão de formação de rede de cidades, quanto o papel da especialização de cada uma dessas cidades na rede. É a especialização – e o atendimento pela demanda dessa especialização – que estabelecerá a centralidade. Quanto maior a área de influência da região ou aglomeração, maior vai ser sua polarização e, na teoria de Christaller, a densidade é fundamental para determinar essa polarização (STRASSBURG e colab., 2014).

A organização das redes de influência a partir do centro, teorizado por Christaller (1966), pode ser observada na FIGURA 1. É possível perceber que, quando maior a área de influência de um ponto, ou seja, maior o alcance da sua rede, mais forte é sua centralidade. Na imagem, as linhas representam a área de influência de um Centro e o tamanho dos pontos reflete o tamanho das aglomerações (STRASSBURG e colab., 2014). A equidistância dos pontos forma triângulos – frequentemente equilaterais – que agrupados formam hexágonos, a figura geométrica

que consegue representar da melhor maior os pontos de sobreposição das áreas de abrangência de cada um dos pontos (GASPARI, 2019).

Os bens e serviços ofertados por esses centros, dessa forma, estão acessíveis não só à sua respectiva aglomeração, mas também a todas as demais aglomerações abrangidas pela sua área de influência. No entanto, o custo para o acesso a esses serviços não é igual para todas as aglomerações, os fatores de distância, deslocamento e transporte fazem com que restrições ao consumo e à mobilidade da força de trabalho sejam criadas (STRASSBURG e colab., 2014).

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO DA TEORIA DO LUGAR CENTRAL



FONTE: Adaptado de Christaller (1966, p. 66)

Postas essas restrições, os consumidores dessas periferias sob a influência da maior centralidade passam a ter de tomar a decisão entre os preços elevados da terra nas áreas mais próximas aos centros mais influentes e o custo elevado – monetário e temporal – do deslocamento a partir da periferia, onde esses custos de terra e dos próprios serviços seriam mais baratos. No entanto, Gottdiener (1993) afirma que esse cenário só faria sentido se o Centro da cidade fosse, de fato, um ponto de concentração tanto de emprego, quanto das oportunidades de negócio – apenas –, admitindo-se que a produção do espaço se dá mais pela interação de uma grande quantidade de indivíduos do que de grupos sociais. Ou seja, os fatores sociais

estruturantes do espaço passam a ser desconsiderados dentro da teoria do lugar central, sendo apenas a oferta e demanda determinantes na produção da centralidade. Conforme Gottdiener:

> O conceito de centralidade, como é usado na análise econômica tradicional, parece hoje insustentável e injustificado. Não há qualquer dúvida de que os modelos convencionais de localização possuem certa aceitação quando o centro da cidade funciona da maneira admitida acima; todavia, esse período foi ultrapassado por transformações espaciais ocorridas pelo menos nos últimos trinta anos. (GOTTDIENER, 1993, p. 52)

Sob essa mesma percepção, Johnson (1974) afirma que estudos generalistas sobre a hierarquia urbana – incluída a Teoria do Lugar Central – são dependentes de alguns pressupostos de homogeneidade entre as cidades e entre os locais nos quais estas estão inseridas. Ou seja, variações geográficas, topográficas, de limites territoriais e, até mesmo, sistemas ou tipos diferentes de transporte entre esses centros, implicam na não replicabilidade da observação feita no estudo. Dessa forma, esses modelos “ideais” de distribuição e hierarquia dos centros passam a não ter aplicabilidade prática e só evidenciam as anomalias que podem ser observadas nas situações reais.

Dessa forma, é possível perceber que a concepção de que é a forma espacial que determina como as relações sociais se dão no espaço – e não também o contrário –, não se sustenta. A falta de visão crítica também fica evidente quando na compreensão econômica da teoria, as trocas se dariam apenas entre indivíduos de mesma classe social, desconsiderando completamente as distinções da estrutura social (CORRÊA, 1996). Ainda em oposição à abordagem metodológica de Christaller, Corrêa (1996) afirma que até mesmo elementos importantes da geografia física foram desconsiderados. Mesmo tendo como fundamento a forma espacial, níveis, barreiras naturais, relevo, elementos naturais, dentre outros, foram completamente ignorados.

Uma observação importante a ser feita, que se mostra pertinente à análise do presente trabalho, é a de que, apesar de a teoria de Christaller ter sido desenvolvida através da observação do espaço regional, a Teoria do Lugar Central também pode ser adaptada a uma escala menor, intraurbana, na qual nosso objeto de estudo – o Centro Urbano –, se encontra. Essa constatação, quanto se trata da hierarquização de centros e subcentros, pode ser observada no trabalho de Duarte (1974); e numa

observação sobre núcleos secundários de comércio e serviço, nas proposições de Berry (1968) (GASPARI, 2019).

Assim, mesmo a teoria do lugar central tendo exercido grande influência sobre os trabalhos que buscavam compreender a organização espacial de acordo com a distribuição das diversas atividades econômicas, essa, também contribuiu para que as análises acerca da centralidade numa escala intraurbana fossem aperfeiçoadas. Como exemplo, a Teoria do Lugar Central foi responsável pela inserção de diversos conceitos no campo de estudo, tais como a "hierarquia de funções baseadas na raridade de bens e serviços, o acúmulo de funções superiores e a definição de áreas de influência baseadas na centralidade dos produtos e mercado consumidor" (GASPARI, 2019, p. 50).

> A teoria do lugar central é relevante para o planejamento urbano e regional porque um sistema hierárquico proporciona um meio eficiente de administrar e alocar recursos a regiões (RICHARDSON, 1973, p. 84).

No entanto, é pertinente destacarmos um importante contraponto feito por Milton Santos (2003) sobre a não aplicabilidade da Teoria do Lugar Central em países subdesenvolvidos. Para Santos, a localização no espaço determina a capacidade que cada indivíduo tem de produzir e de consumir. Assim, essa seletividade espacial pode ser percebida tanto no plano econômico quanto no social, sendo essa última, fator fundamental para a elaboração de uma teoria de espaço. Portanto, ao ser feita a interpretação dessa seletividade espacial, é possível observar que a produção e o consumo se dão de formas diferentes – enquanto o consumo, principalmente o dependente de tecnologia, se concentra em pontos específicos do espaço, o do consumo é mais disperso e é limitado justamente pela seletividade social do espaço. "A capacidade de consumir varia qualitativa e quantitativamente através do espaço" (SANTOS, 2003, p. 126).

Tendo posto isso, para explicar a realidade nos países subdesenvolvidos, Santos (2003), formulou a Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana. Segundo essa teoria o circuito superior é apresentado como o resultado dos avanços tecnológicos e da modernização da economia, representado, principalmente, pelos monopólios. As relações e interações desse circuito, dessa forma, ocorrem fora da área urbana e têm um quadro de referências nacional ou internacional. Por outro lado,

em contraponto ao circuito superior, o circuito inferior engloba atividades de pequena escala, voltadas principalmente à parcela da população de menor poder aquisitivo e que ocorrem de forma sedimenta. Segundo Santos, cada circuito forma um subsistema do sistema urbano.

A compreensão do hexágono da Teoria do Lugar Central, assim, deve ser feita de maneira diferente quanto o foco da análise são os núcleos de países subdesenvolvidos. O fato de que esses dois subsistemas apresentados por Santos atuam e influenciam de maneiras diferentes grupos distintos – classes sociais distintas – dentro do meio urbano, evidencia, no mínimo, a necessidade de um olhar diferenciado ao compreendermos a Teoria do Lugar Central e ao buscar sua aplicabilidade dentro da realidade das cidades brasileiras.

Dessa forma, para o presente trabalho se torna importante compreender as noções acerca da teoria do lugar central dentro da estrutura intraurbana e que esse fenômeno, de fato, não ocorre nessa escala apenas baseados nos fatores determinados por Christaller, mas também se mostra como uma dinâmica muito mais complexa que pode ocorrer de maneiras diferentes, conforme observado no trabalho de Milton Santos, dependendo do tipo de cidade e do contexto econômico em que ela está inserida. É importante, por tanto, compreender que as dinâmicas sociais da cidade, principalmente nos períodos recentes, são muito mais influenciadas pelos conflitos sociais, de classe e pela disputa do espaço urbano.

2.2 A CENTRALIDADE APLICADA À CIDADE

Considerando as discussões feitas anteriormente sobre a centralidade e a Teoria do Lugar Central, é necessário inserir essa discussão dentro do objeto de estudo deste trabalho – O Centro Urbano. Dessa forma, será abordado na sequência o conceito do próprio Centro Urbano, bem como alguns de seus fenômenos relacionados, neste caso a descentralização, a formação dos subcentros e a gentrificação por meio da financeirização do espaço urbano.

2.2.1 O Centro Urbano

Tendo compreendido o surgimento da noção de centralidade nos estudos espaciais e de que forma é possível adequar os conceitos associados ao estudo da

centralidade à escala intraurbana e ao presente trabalho, é importante que seja possível definir o Centro urbano em si. Segundo Castells (2009, p. 311), o “Centro é o espaço que permite, além das características de sua ocupação, uma coordenação das atividades urbanas, uma identificação simbólica e ordenada destas atividades (...)”. Diferente da centralidade, conforme afirma Correa (1994, p. 21) “(...) refere-se ao grau de importância de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central e maior a sua centralidade”. Dessa forma, mesmo estando Correa abordando a escala interurbana, é possível compreender que enquanto o Centro se relaciona muito mais com sua simbologia, a centralidade – adaptada aqui a definição de Correa à escala intraurbana – ocorre por meio do grau influência e pela quantidade das suas atividades em relação ao seu entorno (BOVO e OLIVEIRA, 2014).

Dessa forma, é possível atestar que o Centro Urbano é observável e tem sua importância constatada desde as primeiras formas de assentamentos humanos. Conforme afirma Villaça (2009, p. 237), “toda aglomeração socioespacial humana – da taba indígena à metrópole contemporânea, passando pelas cidades medievais e as pré-colombianas – desenvolve um, e apenas um, centro principal”. Ao longo do tempo esse centro pode se mover, ser substituído, mas, ainda assim, sempre haverá um centro principal. Da mesma forma, Lefebvre (apud VILLAÇA, 2009, p. 237) afirma que “não existe realidade urbana sem um centro; comercial, simbólico, de informações, de decisão etc.”

Um exemplo interessante sobre como a necessidade de um centro se dá em uma sociedade é dado por Villaça (2009), no livro “Espaço Intra-Urbano no Brasil”. No exemplo, o autor sugere imaginarmos uma pequena aglomeração de casas – cerca de trinta a quarenta casas –, nesse caso, além de eventuais acessos a bens naturais, como por exemplo água, a aglomeração não tem razão de existir, uma vez que não há interdependência entre essas pessoas. No entanto, a partir do momento em que essas casas, ou famílias, passam a dividir interesses em comum, relações sociais são desenvolvidas, há interdependência para produção e consumo e instituições são criadas, aí surge o Centro. Como ainda sugere o autor, o Centro é, por tanto, resultado “da necessidade de afastamentos indesejados, mas obrigatórios” (VILLAÇA, 2009, p. 239), surgindo a partir de uma disputa pelo controle do tempo e da energia gastos nos deslocamentos.

No entanto, apesar de se observar o Centro desde as primeiras formas de assentamento, foi somente a partir da Revolução Industrial que teve seu significado ampliado. Com a implantação dos terminais ferroviários nos grandes centros, a cidade passou a ter novas formas de ligação com o mundo exterior. Junto aos recém implantados terminais, passaram a se estabelecer novos tipos de atividades, até então, alheias à realidade do Centro urbano, tais como comerciais, depósitos, escritórios etc. Essa facilidade de acesso atraiu lojas e ampliou o mercado de trabalho. O que se observa, portanto, é a sintonia entre o surgimento do capitalismo e o nascimento da área central nos moldes que temos hoje (CORRÊA, 1989).

No Brasil, esse desenvolvimento do capitalismo dentro do contexto urbano se dá a partir da segunda metade do século XIX. Nesse período foi possível observar surtos de progresso e de grandes transformações sociais. Com a expansão do cultivo do café, surge uma burguesia urbana acompanhada de uma nova oferta de comércios e serviços. Com essa emergente prosperidade e concentração de capitais nas cidades brasileiras, grandes empreendimentos – como estradas de ferro e manufaturas – serviram de alavanca econômica e deram início a uma nova significação do espaço urbano no Brasil (VILLAÇA, 2009).

Esse significado, apesar disso, só recentemente passou a ter uma relevância maior no contexto das cidades brasileiras. Com uma industrialização tardia, foi somente entre 1940 e 1980 que se deu a inversão do local predominante de residência da população brasileira. A ocupação demográfica, que até metade do século passado era predominantemente rural, passa a tomar conta das cidades, dando forma à urbanização no Brasil. A urbanização que, segundo o último censo do IBGE, hoje soma 84,4%, reflete a multiplicação da população ocupando as cidades, a qual em 1940 era de apenas 26,35% (SANTOS, 2018, p. 31).

Os Centros Urbanos, dessa forma, passam a ser identificados como o local de maior dinâmica no contexto da vida urbana, animado pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias. Fruto da forte presença das atividades terciárias[3], o Centro se torna o referencial simbólico das cidades e o reflexo do reconhecimento e pertencimento por sua população dentro de um contexto social. Além do seu reconhecimento histórico ao abrigar as diversas instituições públicas e religiosas, o

[3] Atividades terciárias correspondem às atividades de comércio e prestação de serviços, abrangendo a administração pública, transporte, saúde e educação.

Centro muitas vezes extrapola os limites geográfico do bairro e até do próprio município, sendo um somatório de suas atividades e de seu significado para a população. As atividades típicas, atribuídas como próprias ao longo do tempo, assim, se tornam parte da leitura comum de um centro, fato que ajuda a caracterizar aquilo que o coletivo consegue identificar como central, diferenciando-se de outras áreas tidas como centralizadora, as quais dispõe igualmente de grande oferta de serviços e equipamentos, mas não expressam o mesmo significado (VARGAS; CASTILHO, 2006).

Da mesma forma, Lobato Corrêa também afirma que a Área Central das cidades:

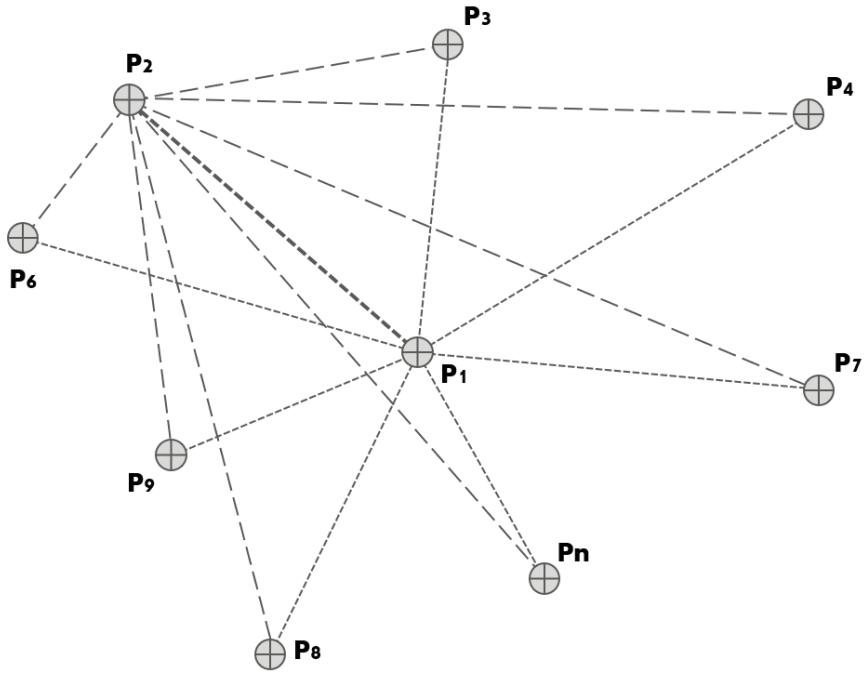
> [...] constitui-se no foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia. Nela concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada e os terminais de transportes inter-regionais e intraurbanos. Ela se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização. A tendência da Área Central, especialmente do núcleo central, é a de sua redefinição funcional, tornando-se o foco principal das atividades de gestão e de escritórios de serviços especializados, enquanto o comercio varejista e certos serviços encontram-se dispersos pela cidade (CORRÊA,1989, p. 38).

Além dessa leitura tradicional que pode ser feita sobre o Centro Urbano, principalmente quanto ao seu significado tradicional, simbólico e histórico, o Centro também pode ser estabelecido de acordo com o significado da centralidade a qual o dá origem. Conforme estabelecem Vargas e Castilho (2006), dentre as formas que podem dar origem a um Centro Urbano estão: o Centro de Mercado, enquanto local de trocas, de convergência de fluxos e ponto de encontro; o Centro de Negócios, quando agrega as atividades comerciais e financeiras às demais atividades urbanas; o Centro Histórico, quando associado à origem da cidade e à valorização do seu passado. A conexão entre a noção de centro com as atividades que o contém, dessa forma, faz com que a definição de Centro Urbana seja parte de um processo histórico da cidade, sendo resultado da apropriação e pertencimento por parte de população.

Dessa forma, é possível compreender que o Centro Social – seja ele histórico, comercial ou de negócios – não está de forma alguma relacionado com o Centro Geométrico da cidade, ou qualquer outro. As localizações das diversas aglomerações,

ou mesmo dos centros no espaço urbano, assim, passam a ter diferente valor de uso[4] também por conta das diferentes possibilidades de comunicação com os demais pontos da malha urbana. O exemplo desse conceito pode ser observado na FIGURA 2 – em P1, o valor de uso é máximo, sendo esse aquele que minimiza o ônus de deslocamento de todos os demais pontos (VILLAÇA, 2009).

FIGURA 2 – FORMAÇÃO DE UM CENTRO URBANO (P1, P2, P3, P4...PN)



FONTE: Adaptado de Villaça (2009, p. 241)

Portanto, é possível observar que o valor concreto dos centros dentro das aglomerações urbanas está associado ao tempo – e ao controle desse tempo – de deslocamentos entre os pontos por parte de toda a comunidade, sendo esse o ponto no qual está concentrada a maior parte do trabalho exercido para a produção da aglomeração e pela aglomeração em si. Dessa forma, nenhum outro ponto do espaço urbano supera o Centro em seu valor de uso, ou, segundo Villaça, em acessibilidade (VILLAÇA, 2009).

Assim, os Centros não são considerados Centros porque neles estão as instituições, bancos, comércios ou palácios. Também pode-se afirmar que o oposto

[4] Valor de Uso é aquele, dentro da sociedade capitalista, que existe ou é fabricado para que a mercadoria disponha de Valor de Troca. Ou seja, é a demanda existente do produto para que ele consiga ser vendido ou trocado (LAHORGUE, 2002, p. 46).

também não é verdadeiro, todas essas instituições e pontos tidos como típicos do Centro, também não estão lá por ser o Centro; observa-se, portanto, um círculo vicioso. Villaça (2009), assim, afirma que a fonte da centralidade está justamente na possibilidade – conforme já exposto nas argumentações anteriores do autor – de minimizar o tempo gasto nos deslocamentos dentro da aglomeração bem como seu custo.

Conforme afirma Villaça sobre o tempo de deslocamento na definição do Centro e nas disputas territoriais:

> O desenvolvimento do centro, bem como o do "não-centro", ou seja, de todas as localizações da comunidade, continua a ser fruto de uma disputa, na qual entram interesses contraditórios intra e interrclasses. Interclasses são os interesses contraditórios entre os deslocamentos para fins diferentes de uma mesma classe social, por exemplo, para o local de trabalho da mãe, para o do pai, o da escola das crianças, do salão de beleza da mãe etc. Há disputas contraditórias entre tempo de deslocamento e ar puro e lotes (ou quotas de lotes) maiores. Finalmente, há a disputa, mais determinante, entre as classes sociais (VILLAÇA, 2009, p. 243).

Dessa forma, dada a velocidade da urbanização e a importância simbólica histórica do Centro, dominá-lo e ter seu acesso facilitado passa a ser não só uma vantagem material concreta, mas o domínio de toda uma simbologia. O desenvolvimento do Centro – bem como da periferia – é, portanto, fruto de uma disputa tanto interclasse quanto intraclasse. As diferentes classes, dessa forma, passam a ter distintas condições de acessibilidade aos pontos do espaço urbano, bem como diferentes condições de estipular a acessibilidade ao Centro e a localização do Centro em relação a elas. O Centro deixa de ser o ponto que minimiza os deslocamentos de toda uma comunidade (VILLAÇA, 2009). Se mostra pertinente, portanto, questionar se a definição de Centro, ou de Área Central que foi estabelecida não é apenas uma herança do passado, e se esse modelo observável ainda é inteiramente necessário dentro do contexto da fase atual do capitalismo (CORRÊA, 1989).

2.2.2 Descentralização

Quando observado sob uma perspectiva temporal, ou histórica, o fenômeno da descentralização só é percebido muito mais recentemente do que o da

centralização. Esse processo de “fuga” do Centro passa a ocorrer pelos mais diversos fatores, mas, como estopim principal, surge através das empresas buscando reduzir os custos que a excessiva centralização do Centro gera e dando origem a uma flexibilidade da importância da localização do espaço urbano, por meio do aparecimentos de novos fatores de atração nas áreas periféricas ao Centro Principal (CORRÊA, 1989).

Dessa forma, já na década de 1930, Colby (1933) especificava os fatores de repulsão da Área Central:

a) aumento constante do preço da terra, impostos e aluguéis, afetando certas atividades que perdem a capacidade de se manterem localizadas na área central;

b) congestionamento e alto custo do sistema de transporte e comunicações, que dificulta e onera as interações entre firmas;

c) dificuldade de obtenção de espaço para a expansão, que afeta particularmente as indústrias em crescimento;

d) restrições legais implicando a ausência de controle do espaço, limitando, portanto, a ação das firmas;

e) ausência ou perda de amenidades

No entanto, foi só com a evolução urbana iniciada na década de 1950[5] na Europa e na América do Norte, que o Centro – atribuído até então a apenas um trecho específico da malha urbana – passou a ser diluído por diversas novas regiões, dando origem a subcentros. As novas dinâmicas e ofertas de serviços dessas novas áreas passaram a concorrer diretamente com o Centro tradicional, acelerando de forma exponencial o início de um processo de deterioração e degradação. Dessa forma, durante praticamente todo o século XX, principalmente no pós-guerra, os

[5] A evolução urbana iniciada na década de 1950 na América do Norte e na Europa se deu pela intensificação, de modo planejado ou espontâneo, da expansão das áreas urbanas pela cidade, diluindo a noção de centro ela população. Vargas (2006) afirma que esse processo foi, sem dúvida, o responsável pela aceleração da deterioração e degradação dos centros urbanos.

questionamentos sobre as mudanças na vida urbana e sua influência sobre as atividades centrais ganharam cada vez mais força (VARGAS; CASTILHO, 2006).

Esse fenômeno foi também abordado por Lefebvre (2008) quando o autor explora os processos, como chamados por ele, de “implosão-explosão” das cidades. Sendo observado principalmente em grandes países industriais – tanto das américas quanto a Europa –, esse processo se mostra fundamental na compreensão da descentralização como resultado, induzido, da industrialização. Dessa forma, o tecido urbano passa a ser bem delimitado e compartimentado, gerando uma divisão técnica e social do trabalho, além de concentrar grandes densidades em outras áreas da malha ao deteriorar – ou explodir – antigos núcleos ou centros. No entanto, mesmo no meio das transformações sociais e espaciais da cidade, existe resistência por parte desses núcleos. Enquanto as atividades se espalham em diferentes novos núcleos, o Centro antigo segue existindo, seja pelo seu valor estético ou mesmo como Centro de Comércio, mas que, uma vez voltado para o turismo ou para o consumo, revela uma nova centralidade, a do poder (LEFEBVRE, 2008).

Apesar disso, Colby (1933) já observava que para que a descentralização ocorra, certas condições devem ser criadas nessas novas áreas que receberão as atividades que debandaram do Centro tradicional, entre elas estão:

a) terras não ocupadas, a baixo preço e impostos;

b) infraestrutura implantada;

c) facilidade de transporte;

d) qualidades atrativas do sítio, como topografia e drenagem;

e) possibilidade de controle do uso das terras;

f) amenidades

Dessa forma, o que se observa no processo de descentralização é a criação de diversos núcleos secundários, periféricos ao Centro tradicional. Favorecido pelo constante processo de periferização das cidades, a criação desses novos núcleos permite uma economia de transporte e de tempo por diferentes parcelas da população, induzindo, portanto, a um maior consumo e, ao mesmo tempo, forçando o

desaparecimento dos antigos comércios de bairro e pequenos estabelecimentos sem economia de escala (CORRÊA, 1989).

No entanto, esse fenômeno, no Brasil, só passou a ser percebido com maior intensidade a partir da década de 1980, quando se observa nas cidades brasileiras a formação de um novo binômio. Diferente das condições estabelecidas por Colby (1933), esse fenômeno era composto, de uma lado, pelo abandono de áreas centrais já estruturadas ao mesmo tempo em que, do outro, se criavam periferias mal servidas, tanto de infraestruturas quanto de serviços, públicos ou privados (ULTRAMARI; GADENS; REZENDE, 2008). A necessidade de evitar um abandono total das áreas centrais, dessa forma, passou a ser a abordagem principal nas discussões versando a cidade e o planejamento urbano (VARGAS; CASTILHO, 2006).

Um dos principais exemplos do processo de descentralização brasileiro é o do Centro de São Paulo. Segundo Villaça (2009), a região central original passou, a partir do final da década de 50, por um volume de crescimento decrescente, sendo que, já na década de 60, eram perceptíveis os sinais de estagnação. Dessa forma, o que passou a ser observado foi a formação de um novo centro, esse, agora, na região da Av. Paulista e da Rua Augusta. A partir daí, no final da década de 60, quase que simultaneamente foi possível observar esse tipo de movimento nos principais centros urbanos. Já na década de 70, o que ocorre é a consolidação de muitos desses novos centros, tanto nas grandes cidades, quanto, também, nas cidades médias (VILLAÇA, 2009).

Assim como nos demais países que passaram por esses processos de expansão urbana, se observa no Brasil, como consequência do esvaziamento populacional e do abandono pelo poder público, uma deterioração e degradação desses centros, agora abandonados. Os conceitos de deterioração e degradação urbana, dessa forma, têm, comumente, ligação com a perda de função do espaço ou mesmo a decadência física das edificações, estando diretamente associados com a perda do valor econômico-imobiliário de uma região. Segundo Vargas e Castilho (2008, p. 101) , degradar vem de *gradus*, “grau” que aparece também em degrau, com a preposição “de”, que se refere a qualquer coisa se movimenta para baixo. De maneira geral, quando são observados os espaços degradados, além da decadência das estruturas físicas, o que se nota é a repetição do mesmo cenário no contexto social – a condição de empobrecimento acaba sendo consequência do descrédito na noção de bem comum (GUTIERREZ, 1989).

Apesar desse fenômeno de diluição e consequente degradação do Centro tradicional das cidades, esses – os centros – continuam sendo um dos principais focos na organização espacial urbana. Seguem sendo a maior concentração de lojas, escritórios e serviços passando a atender a população, no geral, mais que qualquer outro subcentro, uma vez que atraem um número maior de viagens. Os principais exemplos desse fenômeno são os centros tradicionais de São Paulo e Salvador, que mesmo estando incluindo entre os que sofreram o maior declínio nas últimas décadas, ainda são os pontos que mais atraem viagens dentro da cidade, superando, inclusive, as áreas industriais (VILLAÇA, 2009).

Esse processo de esvaziamento, ainda observado no contexto atual, modifica, portanto, a dinâmica das atividades dentro das cidades. Os centros continuam congestionados, já que dispõem de uma enorme gama de atividades, porém, perdendo o espaço das atividades tidas como nobres[6] para novas áreas da cidade. Usos menos rentáveis e com foco em moradores de menor, ou nenhum, poder aquisitivo são os protagonistas, abrindo brechas para atividades informais, e não raramente, ilegais, praticadas tanto pelos usuários quanto pelos moradores. Dessa forma, o que se observa é uma queda exponencial na arrecadação de impostos. O cuidado pelo poder público, assim, passa a ser ínfimo (VARGAS, 2006).

Dessa forma, fica claro que não são as deficiências internas do Centro tradicional que foram determinantes para sua degradação e pelo seu abandono por parte das camadas mais abastadas da sociedade urbana. Uma vez que essa é a classe que sustenta as características principais de centralidade, à medida que a cidade cresce e se periferiza, o vínculo mútuo entre as classes mais altas e o Centro passa a se fragilizar cada vez mais. A ausência de círculos de classes média e alta que sustentassem a dinâmica original do Centro tradicional foi determinante no seu processo de abandono. No caso brasileiro, essa fuga dos círculos teve sua facilitação por meio de dois principais fatores – a popularização do automóvel como meio principal de transporte; e o mercado imobiliário, buscando renovação de estoque através da prospecção de novas áreas e de um mercado de terra mais barato (VILLAÇA, 2009).

---

[6] Atividades nobres, neste contexto, são tanto as atividades de maior rentabilidade e movimentação econômica quanto as geradoras de um grande fluxo de usuários.

2.2.3 Os subcentros

Como analisado anteriormente, o fenômeno da descentralização ocorrido de forma sistemática nos Centros Urbanos ao redor do mundo, teve como desdobramento o surgimento dos subcentros, cada um com uma característica específica. Quando observado sob a ótica da oferta de comércios e serviços da área central, Corrêa (1989) afirma que o fator da descentralização desencadeou a formação de um “complexo conjunto de núcleos secundários”, descritos, conforme o QUADRO 1, da seguinte forma:

QUADRO 1 - OS NÚCLEOS SECUNDÁRIOS DE COMÉRCIO E SERVIÇO

Forma \ Função	Hierarquizada	Especializada
Áreas	subcentros: regional de bairros de bairro lojas de esquina	distritos médicos; distritos de diversões; etc.
Eixos	rua comercial de bairros; rua comercial de bairro	ruas de autopeças; ruas de móveis; ruas de confecções; etc.

FONTE: Adaptado de Corrêa (1989, p. 50).

Os núcleos secundários, dessa forma, passam a se dividir – quanto a sua função – entre hierarquizados e especializados, os quais podem aparecer em sua forma caracterizados tanto como área quanto como eixo. Inicialmente, os núcleos hierarquizados são aqueles responsáveis pela oferta de uma diversidade de comércios e serviços – inclusive oferta de serviços públicos, como o transporte –, se assemelhando muito à própria área central, porém, em uma escala reduzida. Muitos

dos estabelecimentos, inclusive, acabam sendo filiais das empresas situadas no Centro tradicional. O núcleos especializados, por sua vez, são os responsáveis pelo agrupamento de comércios e serviços de tipologias similares, tais como os distritos médicos, ou as ruas de móveis ou autopeças (CORRÊA, 1989).

> Por toda a cidade ocorrem pequenos agrupamentos de lojas, com proprietários que moram no local. É sobre estes núcleos que incidem os efeitos da expansão dos subcentros (CORRÊA, 1989, p. 51).

No entanto, é necessário abordar dois pontos importantes apontados por Corrêa (1989) quanto ao desdobramento do Centro tradicional em núcleos secundários. O primeiro é que a descrição feita pelo autor da caracterização dos núcleos secundários foi baseada na pesquisa do geógrafo Brian Berry, o qual tomou como base os fenômenos, após a Segunda Guerra, de surgimento de grandes *shopping centers* planejados, os quais reuniam a característica de estar localizado em áreas de forte acessibilidade e voltados para as classes mais altas. Dessa forma, não é possível afirmar que esse desdobramento tenha ocorrido da mesma forma nas cidades brasileiras. O segundo, é a teoria formulada por Milton Santos dos “Circuitos Superior e Inferior da Economia”, já discutida aqui e que orienta a análise da estrutura comercial nos países do Terceiro Mundo. Assim, a estrutura apresentada por Corrêa não é exclusiva e corresponde, dentro da teoria, ao que se denomina de Circuito Superior. Nesse contexto, os circuitos superior e inferior da economia podem tanto coexistir – unindo, por exemplo, diversos vendedores ambulantes em ruas de lojas orientadas para as classes mais altas –, quanto estarem separados espacialmente. Essas duas formas podem ser observadas na estrutura da cidade de Manila, nas Filipinas, conforme apresentado por Corrêa (1989) no Quadro 2:

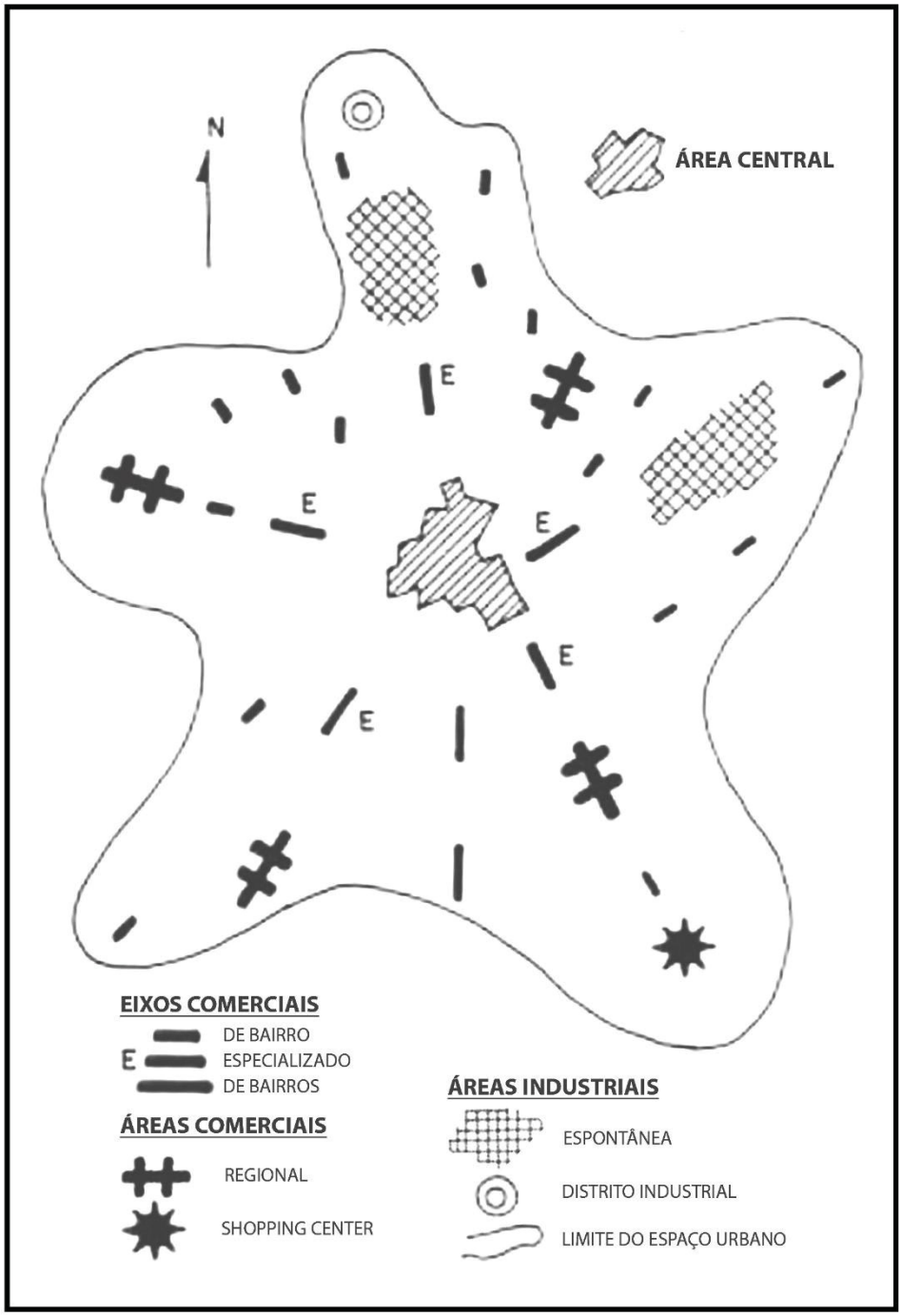
QUADRO 2 - A ESTRUTURA COMERCIAL DE MANILA NA DÉCADA DE 50

Elite e classe média	**Popular**
núcleo central	mercado público central
subcentros hierarquizados	mercados públicos menores
lojas especializadas de bairros	lojas não-especializadas de bairro

FONTE: Corrêa (1989).

Dessa forma, a abordagem de como se dá a derivação das atividades em subcentros, principalmente nas cidades brasileiras, ainda carece de um maior aprofundamento e não pode ser totalmente caracterizada. No entanto, é possível extrairmos das análises anteriores linhas gerais que auxiliam na compreensão das formas espaciais derivadas da descentralização, conforme exemplificado na Figura 3:

FIGURA 3 – DESCENTRALIZAÇÃO E FORMAS ESPACIAIS DERIVADAS



FONTE: Correa (1989, p. 54).

Por fim, é importante ressaltar o fenômeno que leva à descentralização formar núcleos especializados, conforme apresentado por Corrêa (1989) com base nos estudo de Berry; a esse processo se dá o nome de coesão. Conforme afirma Corrêa:

> O processo de coesão pode ser definido como aquele movimento que leva as atividades a se localizarem juntas. É sinônimo de economias externas de aglomeração. A consequência deste processo é a criação de áreas especializadas, tanto na área central como em outros setores da cidade. Neste sentido é preciso notar que a coesão é um processo presente tanto na centralização como na descentralização (CORRÊA, 1989, p. 56).

A coesão leva à existência de distritos especializados, como – "de consultórios e clínicas médicas, de móveis, autopeças, eixos industriais etc." (CORRÊA, 1989, p. 58). Quando observados sob o ponto de vista da Teoria dos Lugares Centrais, esses distritos não estão organizados hierarquicamente, no entanto, cada um desses lugares tem a mesma importância entre si.

Portanto, é possível compreender que a forma com que ocorrem e são observados esses processos de descentralização, da coesão e da divisão espacial da cidade, decorre de uma forte atuação dos agentes orientados pelos interesses econômicos atuantes dentro do tecido urbano, seja como resultado da industrialização, da especulação, ou mesmo da compartimentação, social e da mão de obra na cidade.

Assim, decorrido o período pós-industrial – no qual esses fenômenos puderam ser observados de maneira mais clara –, a cidade contemporânea continua a passar por novas formas de compartimentação e segregação. No entanto, como o objetivo deste estudo é a observação dos antigos núcleos – ou centros – das cidades, o foco estará voltado para a forma com que os agentes orientados pelos interesses econômicos atuam dentro desse perímetro. Dessa forma, no capítulo seguinte será explorado o tema da financeirização das cidades, e de que forma o capital econômico faz uso dos projetos de intervenção dos Centros Urbanos para fins monetários e especulativos, e de que forma isso afeta a dinâmica das cidades atualmente.

2.2.4 Colonização e Financeirização do Espaço Urbano

Inicialmente, antes de ser possível explorar os processos e projetos de recuperação em si, é necessário entender esse momento do modelo capitalista que vem sendo observado nas principais cidades, o da financeirização do espaço urbano. Esse momento tem como objetivo tratar a terra urbana como ativo financeiro e de especulação, se aproveitando dos processos de degradação e valorização, bem como da ação de políticas públicas como meio de extrair valor da propriedade.

Um conceito que precede o da financeirização, no entanto, é o da colonização do espaço urbano. Abordado por Lefebvre (2019) no livro “A Revolução Urbana”, a ideia central é de que a sociedade urbana – aquela fruto do processo de industrialização – passa a ser orientada por novos modelos de consumo, nos quais a rua se torna protagonista de um espetáculo de vitrines de importância estética, tornando, assim, possível a efetivação dessa “colonização” através da imagem, da publicidade e dos objetos presentes no meio urbano. Dessa forma, se torna possível a compreensão dessa dinâmica que vem se desenvolvendo desde o período pós-industrial, um novo cenário no qual a sociedade está inserida e trata o urbano como um ativo, sujeitando a terra aos interesses financeiros e abrindo margem para o trato especulativo e para a, agora sim, financeirização do espaço urbano.

É a partir desse ponto que os projetos de recuperação passam a ganhar destaque – áreas dotadas de plena infraestrutura (usualmente centrais) com baixo valor de mercado, tais como os tradicionais centros das principais cidades brasileiras. Esses projetos passam a ser grandes impulsionadores da valorização e especulação imobiliária, sendo esse, na maioria dos casos, seu único foco. As disputas de poder no cenário municipal não parecem ter tido grande efetividade quando vista por esta ótica. Como será possível ver a seguir, o objetivo desses projetos, usualmente, é a gentrificação e possibilidade de rentização por meio da valorização da terra urbana.

Em sua forma mais básica, esse movimento busca reunir o capital como forma de recuperar e revitalizar essas áreas já degradadas, usando como justificativa, eventos culturais, esportivos ou turísticos, a fim de alegar vantagem tanto competitiva quanto financeira em relação a outras cidades, mas que, no fim, levam a marcas mais custosas, tais como o endividamento, a especulação imobiliária e a gentrificação (MARICATO, 2014).

> Revitalização, reabilitação, revalorização, requalificação, reforma, não importa o nome dado ao processo que reúne capitais internacionais “especializados” no urbanismo do espetáculo e que utiliza como álibi megaeventos esportivos, culturais ou tecnológicos: com frequência, são as mesmas instituições financeiras, as mesmas megaconstrutoras e incorporadoras e os mesmos arquitetos do star system que promovem um arrastão empresarial a fim de garantir certas características a um pedaço da cidade que se assemelha, no mais das vezes, a um parque temático (MARICATO, 2014, p. 17).

A hipótese que vem ganhando espaço em relação à financeirização da terra urbana é aquela no qual aos poucos se forma uma hegemonia ideológica e prática na

política urbana e habitacional fundamentadas, principalmente, sob o crédito imobiliário. Esse movimento se espalha pelo mundo da mesma forma que todos os demais aspectos da nossa vida, a qual está inserida na “velocidade eletrônica dos fluxos financeiros” (ROLNIK, 2015).

> A propriedade imobiliária (real estate) em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiro. A crença de que os mercados podem regular a alocação da terra urbana e da moradia como forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e “criativos” vinculados ao financiamento do espaço construído, levou as políticas públicas a abandonar os conceitos de moradia como um bem social e de cidade como um artefato público (ROLNIK, 2015, p. 14).

Para que seja possível justificar, assim, por meio de políticas urbanas e públicas, de que as mais diversas intervenções e processos de urbanização – e reurbanização – ocorrem sem um real crescimento econômico ou ganhos significativos da coletividade, o que passa a ser alvo dos discursos por trás desse modelo de ação são as terras ocupadas por coletivos ou indivíduos de menor renda. O senso comum é apresentado por meio de uma narrativa na qual a cidade passa a ser incapaz de absorver um grande número de habitantes, criando, dessa forma, hordas de pobres e desempregados que vivem na informalidade, ocupando e degradando o espaço público (ROLNIK, 2015).

Sob o aspecto do capital econômico e imobiliário, esse fenômeno pode ser justificado pelo interesse do setor privado de responder às demandas de mercado quanto a novos produtos, os quais deveriam estar localizados em compartimentos da cidade que representassem atualidade e inovação. Os investimentos privados, dessa forma, perdem força junto ao Centro tradicional. A inércia do poder público nas áreas existentes, por sua vez, ocorre de maneira irracional do ponto de vista do desenvolvimento urbano. O abandono de trechos consolidados e dotados de ampla infraestrutura e o redirecionamento das ações para outros locais – tanto no investimento em áreas mais nobres quanto na periferização das demandas sociais – só se justifica na satisfação de interesses diversos ao do comum. O agente público em inúmeros casos poderia impedir, ou mesmo retardar, os processos de esvaziamentos. O que ocorre, no entanto, é que o caminho seguido parece ser aquele apontado pelo mercado. Até mesmo o fato de os centros disporem de áreas livres e

de ampla infraestrutura disponível parece não ser suficiente para a reversão do cenário (ULTRAMARI; GADENS; REZENDE, 2008).

Dessa forma, já considerando essa discussão mais ampla em relação ao processo especulativo que toma conta das cidades, o que se torna possível perceber é um sistema de ocupação que não é dual, mas sim parte de um modelo de periferização que atua de maneira orquestrada, com o objetivo de influenciar os processos tanto de ocupação e desocupação quanto os de planejamento, visando a rentização da terra e a acumulação de capital através da valorização imobiliária (ROLNIK, 2015).

> A renda da terra e, também, o patrimônio rentista que busca juro, se tornaram condição necessária para pensar a movimentação do preço e valor do imobiliário. Considera-se que estão presentes nesse movimento o problema da apropriação dos elementos naturais da terra, e, também, o da condição de base para a realização das atividades: ambos constituem aspectos do duplo monopólio da propriedade privada da terra [...] (PEREIRA, 2018, p. 63).

Para que essa valorização seja possível, o objetivo central do modelo de negócio é fazer com que o dinheiro circule de maneira mais rápida e intensificar os ganhos nessas movimentações, aumentando, dessa forma, o volume de capital fictício criado na operação. A ideia aqui é extrair da terra o máximo possível de capital “artificial”, sob a forma de juro ou renda e não da extração de valor por meio da utilização do espaço. Nesse modelo, o produto resultado do processo imobiliário passa a ter um valor que não condiz com o resultado de um trabalho, não sendo, assim, uma expressão de valor, estando, de fato, sempre acima do valor real (PEREIRA, 2018).

Dessa forma, posteriormente será abordada a forma como se dá a exploração do espaço urbano como instrumento de controle e dominação, tanto espacial quanto social. O objetivo, assim, é buscar uma relação entre os processos de intervenção e a forma com que a segregação e compartimentação da cidade correm.

3 OS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO NO CENTRO URBANO

Tendo discutido os fenômenos relacionados com a centralidade e como esses se aplicam no Centro Urbano, neste capítulo, o objetivo, por sua vez, é compreender como se deram os processos de intervenção na cidade ao longo do tempo. Explorar desde os períodos históricos da intervenção, passando pela compreensão das terminologias e, por fim, discutindo a forma como têm se dado as intervenções nos períodos recentes.

Inicialmente será abordada a teoria do processo de intervenção no Centro Urbano, com o objetivo de criar uma cronologia das abordagens históricas voltadas à preservação, o restauro e a intervenção em trechos da malha urbana. Na sequência, por fim, será feita uma discussão sobre o fenômeno atual da degradação do Centro e das abordagens contemporâneas de intervenção, buscando compreender como se dá a motivação para essas intervenções e quais os resultados esperados.

3.1 A TEORIA DO PROCESSO DE INTERVENÇÃO NO CENTRO URBANO

Para que seja possível compreender o momento atual e a forma com que a intervenção urbana é vista, primeiro é importante resgatar suas origens, desde as primeiras ideias surgidas no pós-guerra. O objetivo deste tópico, portanto, é de observar a forma com que se foi evoluindo de uma perspectiva meramente voltada à conservação e ao restauro (tendo como base as Cartas Patrimoniais), para uma intervenção mais ampla, que tem como foco criar ou recuperar características não só físicas, mas espaciais, que estimulem a atratividade, a permanência e o fluxo de pessoas e serviços.

3.1.1 As Cartas de Atenas e Veneza

Buscando observar como se deram as primeiras tentativas de intervenção no meio urbano, é importante identificar as motivações iniciais para que se intervisse na cidade e os processos que orientaram essas medidas. É dentro dessa discussão que entram em cena as Cartas Patrimoniais, documentos constituídos em algum momento da história que pautavam o consenso acerca de como o patrimônio – aqui também incluído o tecido e os sítios urbanos – deveria ser abordado.

Essas cartas se originam a partir da discussão e do consenso em um determinado momento de nossa sociedade, não tendo como objetivo apresentar orientações impositivas, mas sim, expor uma fundamentação teórica formada naquele período. Dessa forma, o caráter das cartas carece – e nem busca – um de um rigor absoluto, oferecendo apenas indicações de caráter geral, sendo, de maneira ampla, prescrições de “boas práticas” (KÜHL, 2010).

Assim, as Cartas Patrimoniais são elementos que permitem contextualizar a evolução da forma de intervir no meio urbano ao longo do tempo. Embora tratem do patrimônio, no caso desta pesquisa elas não são abordadas no sentido de discutir essa questão, mas sim no de expor as primeiras formas de intervenção urbanas realizadas.

Uma importante observação a ser feita antes de que se possa seguir com as discussões sobre as cartas patrimoniais, no entanto, é que essas não podem – nem devem – ser tratadas como um conjunto único e homogêneo de documentos. Todos esses documentos, claro, tem uma enorme importância, mas não formam um conjunto coerente entre si e, inclusive, apresentam uma grande quantidade de contradições, justamente por representarem diferentes consensos formados ao longo do tempo e por terem sido desenvolvidas em períodos diferentes e por grupos muito distintos (KÜHL, 2010). É possível afirmar, portanto, que as cartas patrimoniais representam prescrições orientadas à preservação. Uma vez que são resultado da discussão entre diversos atores ao longo do tempo, também servem como instrumentos para ampliar o conhecimento sobre os procedimentos e métodos para preservação do patrimônio (GRANATO e colab., 2018).

Dessa forma, dentre os principais documentos elaborados pensados na preservação, manutenção e intervenção em monumentos e sítios históricos estão a Carta de Atenas da Sociedade das Nações (1931)[7], a Carta de Atenas da Assembleia

[7] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%2019 31.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

do CIAM (1933)[8], a Carta de Veneza (1964)[9], a Carta de Machu Pichu (1977)[10], a Carta de Florença (1981)[11], dentre diversas outras (GRANATO e colab., 2018).

No entanto, para a discussão proposta neste trabalho, somente serão abordadas a Carta de Atenas aprovada na Assembleia Geral do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) em 1933 e a Carta de Veneza aprovada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em 1964. Esses dois documentos permitem compreender o início dos processos de intervenção urbana e as motivações desses, além de serem documentos que apresentam diretrizes basilares que persistem até hoje. Enquanto, inicialmente a Carta de Atenas de 1933 tratava de uma forma ampla sobre o direito à cidade e suas funções básicas, orientando como o meio urbano deveria ser direcionado para atender essas funções, a Carta de Veneza de 1964, por sua vez, passa a resgatar uma preocupação na preservação dos sítios e na forma com que eles deveriam ser mantidos.

A Carta de Atenas, datada de novembro de 1933, foi redigida e assinada pelos principais nomes da arquitetura e do urbanismo internacionais do início do século XX, com destaque para o arquiteto franco-suíço Le Corbusier. A elaboração da carta se deu na conclusão do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em Atenas, Grécia, em outubro de 1931. De maneira geral, o documento tem como objetivo orientar de que forma o urbanismo deve ser aplicado dentro da sociedade.

Para orientar a elaboração do documento, os arquitetos e urbanistas que assinaram a carta buscaram fazer um diagnóstico da situação de 33 cidades em todo o planeta, buscando compreender os problemas e fenômenos causados principalmente pelo crescimento dos centros urbanos e pela drástica mudança no sistema de transporte, o qual, então, passou a ter o carro como protagonista. Como

---

[8] Aprovada na assembleia geral do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em 24 out. 2021.

[9] Aprovada no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em 24 out. 2021.

[10] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Machu%20Picchu%201977.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

[11] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenc%CC%A7a%201981.pdf>. Acesso em 24 out. 2021.

resultado, a Carta de Atenas prescreveu, de maneira mais objetiva, que as cidades deviam garantir algumas funções, o que hoje pode ser compreendido de forma ampla como garantia do direito à cidade. As funções básicas que as cidades deveriam cumprir, conforme a Carta de Atenas, eram quatro – habitação, trabalho, diversão e circulação. Em termos sociais, portanto, cada indivíduo deveria ter acesso à alegrias fundamentais, ao bem-estar do lar e à beleza da cidade (GUIMARÃES, 1955).

A Carta de Veneza, por sua vez, originada na conclusão do II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, ocorrido em Veneza, na Itália, entre 25 e 31 de maio de 1964, surge como um documento orientado para as formas de se preservar obras e conjuntos arquitetônicos por meio de uma visão conhecida como “restauro crítico” (KÜHL, 2010).

> A Carta de Veneza (1964), amplia a noção do bem cultural e assinala a importância da conservação de áreas e estruturas edificadas (ambiente construído preexistente), alargando o conceito de monumento: criações arquitetônicas isoladas, os conjuntos urbanos e rurais e obras modestas que têm uma significância cultural. É tributária do restauro crítico (FARAH e MERLIN, 2011, p. 5).

O restauro crítico, dessa forma, surge a partir de uma releitura da corrente do “restauro filológico”, consolidada nas cartas dos anos de 1930. O objetivo de ambas as correntes era o de buscar documentar as marcas sofridas pelo monumento ao longo do tempo, não reproduzindo – ou imitando – o seu estado original, não induzindo, assim, o observador ao erro. Os elementos de cada período deviam ser identificados com materiais ou cores diferentes, dando, assim, origem ao termo “restauro filológico”, uma vez que a ação se assemelha a das edições críticas de textos, nas quais as lacunas e interpretações são feitas através de elementos textuais diferentes dos do texto base (KÜHL, 2010). Assim, dentre os princípios orientadores externalizados na carta está a distinguibilidade da ação contemporânea, para que a obra não seja cometida por um falso artístico ou falso histórico. A intervenção não deve ser destrutiva e deve ser feita de modo que o bem não seja desconfigurado, permitindo, assim, que através de sua leitura se reconheçam a diferença de técnicas e materiais utilizados (FARAH e MERLIN, 2011).

As cartas patrimoniais, portanto, refletem motivações que persistem até hoje e que não se limitam apenas ao restauro de monumentos isolados no espaço. Outra compreensão que surge frequentemente, é a de que os conceitos de conservação e

transformação são elementos dialéticos nas conformações das cidades (FARAH e MERLIN, 2011). Assim, quando se é feito um diagnóstico do território, de maneira técnica e embasa, com o objetivo de intervir, os conceitos tanto do campo do restauro quanto do planejamento urbano são adotados, pensados como algo único e fundamento através dos paradigmas e documentos internacionais (FARAH e MERLIN, 2011).

É possível concluir, dessa forma, que as cartas serviram como importantes fios condutores para os mais diversos planos de intervenção que surgiram ao longo dos anos que se seguiram. Os mecanismos sugeridos pelas cartas, além de terem sido balizas durante esse período, foram, também, uteis como forma de controle do ambiente construído, que, através da percepção da cidade, permite, além da preservação material, a preservação da memória coletiva através da intervenção (FARAH e MERLIN, 2011).

3.1.2 Os Períodos no Processo de Intervenção

As novas demandas apresentadas pela emergente economia industrial, no início do século XIX, trouxeram à luz um protagonismo do modelo capitalista nas principais cidades brasileiras. O que se observou, portanto, foi uma nova era para os Centros Urbanos – a das reformas urbanas. Naquele ponto, o foco dos planejadores estava na reconstrução completa do espaço urbano, justificada tanto por questões voltadas à saúde, quanto pelo próprio embelezamento, inspirados, principalmente, pelos marcantes planos das grandes cidades europeias. Os responsáveis pelas atuações se limitavam, além de poucos outros, a médicos e engenheiros, sendo que as intervenções nas áreas carentes e de moradia popular não iam além da questão sanitária. Conforme afirma Ribeiro (1990), um novo período teve início a partir de então, tendo a cidade do Rio de Janeiro como um de seus exemplos mais marcantes. A cara das cidades foi mudando, guiada pela busca de um novo simbolismo demandado pelas elites. Dessa forma, os problemas urbanos passam a ser confundidos com problemas sociais, fato, esse, que se efetiva não só pela transformação material do local em que a população menos abastada vivia, mas também pela mudança dos próprios hábitos.

No entanto, no período recente, é possível dividir os processos de intervenção nos Centros Urbanos em três principais períodos: o da Renovação Urbana, entre as

décadas de 1950 e 1960, o qual, influenciado pelo pós-guerra e pelo movimento modernista, priorizava o novo em detrimento ao histórico, orientado principalmente pelas diretrizes da Carta de Atenas, abordada anteriormente, e pelas três funções básicas da cidade – renovar era sinônimo de demolir e construir –; a Preservação Urbana, entre as décadas de 1970 e 1980, fazendo uma releitura dos princípios modernistas e tendo como foco principal das intervenções a recuperação dos elementos históricos – embasado, agora, nas diretrizes da Carta de Veneza –; e o da Reinvenção Urbana, desde a década de 1990 até os dias atuais, no qual os atores econômicos são os grandes influenciadores das políticas públicas, as quais tem como objetivo manifesto a recuperação da base econômica das cidades (VARGAS; CASTILHO, 2006).

O termo Renovação Urbana foi criado pelo economista Miles Colean em 1950 e foi amplamente utilizado no pós-guerra para definir a forma com que eram realizadas as intervenções nas cidades europeias destruídas pelos bombardeios. Esse período acontece amparado pela linha modernista do urbanismo e principalmente pela Carta de Atenas, a qual atestava que a condição da adaptação das cidades era a substituição pura e simples das edificações e das estruturas físicas. Dentro do conceito de Renovação Urbana ainda se inseriam outros, como reabilitação, conservação e redesenvolvimento (PASQUOTTO, 2010).

No Brasil, inspirados pelos exemplos do Plano Agache[12] e das propostas de Le Corbusier, surgem os urbanistas, os quais passaram a pensar a cidade por meio de princípios que se encontravam num campo entre uma filosofia social e a racionalidade técnica. Para esta categoria emergente, que passa a rever toda a concepção de planejamento urbano, as intervenções deveriam eliminar as disfunções geradas pela forma com que o espaço era ocupado, as quais não eram mais condizentes com a demanda que o modelo industrial trazia. Além disso, o que se observava era a busca pela adequação das cidades às necessidades humanas básicas. O Brasil, a partir de então, se tornou um difusor desse modo de pensar e de planejar, mesclando um modelo racional de planejamento com a manutenção das tradições intrínsecas às nossas cidades (RIBEIRO, 1990).

[12] O Plano Agache foi plano de desenvolvimento urbano para a cidade de Curitiba, elaborado pelo engenheiro francês Alfred Agache, propondo uma configuração viária radial. (IPPUC, [S.d.])

Tendo como objetivo resgatar um reconhecimento do valor histórico e cultural das áreas centrais com uma simbologia mais bem consolidada, a partir da década de 1960 as práticas de demolição de áreas extensas subutilizadas, visando a reconstrução ou a expansão, foi repensada. O planejamento urbano passa, então a ganhar nome, agora sempre acompanhado do prefixo “re” – reabilitação, revitalização, recuperação, dentre diversos outros (VASCONCELLOS; MELLO, 2009).

Dessa forma, é na era da Preservação Urbana que surge o termo “revitalização”, inserido num contexto de obsolescência e degradação das cidades e especialmente dos centros, gerados pelo surgimento de novas centralidades dentro da malha urbana. O termo ganhou mais aderência após a ampliação do conceito de monumento histórico através da Carta de Veneza, passando a definir esses não mais como elementos isolados no espaço, mas sim, como grandes conjuntos representativos de civilizações ou acontecimentos históricos. O termo, dessa forma, passa a ser uma forma de oposição aos modelos intervencionistas aplicados anteriormente (PASQUOTTO, 2010).

Assim, é importante que se perceba a diferença entre os termos para que seja possível delimitar se forma mais precisa os períodos, as técnicas, os objetivos e as diretrizes. No presente estudo e na sequência deste capítulo será dado enfoque ao período da Reinvenção Urbana, por permitir de forma mais clara a observação de seus efeitos e por seguir, de forma geral, as diretrizes de intervenção mais aceitas. Portanto, termos como revitalização e recuperação serão os que estarão mais presentes ao longo do trabalho.

3.2 A DEGRADAÇÃO DO CENTRO E OS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO

As áreas centrais, inseridas no contexto atual abordado anteriormente, apresentam-se como excelentes potenciais alternativa para as demandas de crescimento das cidades, tanto do ponto de vista imobiliário quanto da oferta de serviços. A vasta subutilização dos espaços privados, aliada à enorme oferta de infraestrutura ociosa, viabiliza ainda mais o novo padrão de ocupação. Esse modelo pode ser observado desde os anos de 1980, marcado principalmente pelo plano de Baltimore nos Estados Unidos, o qual aproveitou, de forma exitosa, áreas portuárias abandonadas para a criação de oferta de serviços e equipamentos dentro da cidade (ULTRAMARI; DUARTE; BLASCOVI, 2007). O Brasil, da mesma maneira, demonstra

um enorme potencial para o aproveitamento da expansão urbana – entendido neste contexto como expansão populacional – dentro dos trechos centrais. O discurso social fortalece ainda mais a busca pela implementação da forma de ocupação, uma vez que ao mesmo tempo em que é necessário recuperar o abandono central, as periferias se expandem cada vez mais, onerando, de forma irracional, o poder público com a implantação de infraestruturas urbanas, tais como asfalto, energia, esgoto, dentre outras (ULTRAMARI; DUARTE; BLASCOVI, 2007)

Essa discussão acerca urbano – e como os espaços se alteram e são alterados – foi abordada também por Lefebvre, sendo caracterizado pelo autor como um duplo processo de implosão-explosão da cidade atual (ARAÚJO, 2012). Dessa forma, quando se fala de implosão-explosão está sendo abordado um processo cíclico que foi identificado inicialmente por Lefebvre no período industrial como “implosão”, uma vez que a industrialização nega a centralidade e faz com que o conteúdo político e comercial faça com que o centro perca sua potência social (ARAÚJO, 2012). Posteriormente, acontece a “explosão” da cidade, projetando fragmentos na malha urbana, se assentando de forma disjunta, formando as periferias. Desde duplo processo de implosão e explosão observados, uma anticidade – ou não cidade – é produzida, a qual nega de forma veemente a cidade política-comercial e passa a ter como fundamento a generalização das relações pautadas no valor de troca, as quais se sobrepõem ao próprio valor de uso (ARAÚJO, 2012).

> Nesse caso, os termos “não-cidade” e “anticidade” são usados para se referir aos espaços que antes não possuíam os traços da cidade (estruturas de poder, praças comerciais, monumentos, aglomerações humanas adensadas) – locais de matérias-primas e fontes de energia perto das quais a indústria inicialmente se localizou, à guisa de um modelo weberiano de localização industrial. Assim, Lefebvre descreve a cidade industrial como aquela que foi invadida pela lógica da produção industrial. Em seguida, esse próprio modo de produção, após penetrar na cidade, é o que faz com que ela exploda, levando então ao processo de urbanização extensiva e espraiamento do tecido urbano (ALMEIDA e colab., 2017, p. 328).

Esse processo, no entanto, conforme afirma Soja (2000), também pode ser observado em um contexto mais contemporâneo, no modelo que o autor chama de “Pós-Metrópoles”, adaptando os conceitos de Lefebvre à cidade atual. Nesse cenário, a “implosão” é definida como resultado do movimento observado por este trabalho, o das revitalizações da área central das grandes cidades e de sua consolidação como espaço privilegiado. Essa compreensão, dessa forma, pode se dar sobre vários

aspectos, como, econômicos, imobiliários, demográficos, arquitetônicos, culturais, dentre outros, os quais eventualmente se alteram, inclusive simultaneamente (ALMEIDA e colab., 2017).

O que se nota, portanto, é que a recuperação do Centro das grandes cidades e os planos atuais de intervenção estão diretamente relacionados aos aspectos elencados no parágrafo anterior. A reutilização, principalmente com novos usos, das edificações históricas e do patrimônio construído passa a ter protagonismo no cenário econômico e na hierarquia urbana. Dessa forma, essas ações buscam atrair novos investimentos para a cidade, valorizar o comercio para diversificar o consumo, além de captar novos usuários de maior poder aquisitivo, visando recuperar a arrecadação na região. Os custos elevados e a desnecessária museificação visam atender muito mais os interesses do capital imobiliário do que propriamente aos da população (ULTRAMARI; GADENS; REZENDE, 2008).

> Intervir nos centros urbanos pressupõe avaliar sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional e sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente, precisa o porquê de se fazer necessária a intervenção. Esta ideia de intervenção sustenta-se na identificação de um claro processo de deterioração urbana que pode ser entendido por analogia aos termos provenientes das ciências biológicas. Intervenção e cirurgia são palavras sinônimas, e o organismo submete-se a uma intervenção basicamente em três situações: para a recuperação da saúde ou manutenção da vida; para a reparação de danos causados por acidentes e, mais recentemente, para atender às exigências dos padrões estéticos (VARGAS; CASTILHO, 2006, p. 3).

Conforme afirma Vargas, são indicadas no QUADRO 3 as principais motivações para a recuperação dos centros da cidade:

QUADRO 3 – MOTIVAÇÕES QUE CONDUZEM AS INTERVENÇÕES EM CENTROS URBANOS

Referência e identidade	Os centros têm um papel essencial quanto à identidade e à referência de seus cidadãos e visitantes.
História urbana	O Centro é o lugar onde se encontram as sedimentações e as estratificações da história de uma cidade.
Sociabilidade e diversidade	A variedade de atividades e a tolerância às diversidades reforçam o caráter singular dos centros urbanos em relação aos subcentros mais recentes.

Infraestrutura existente	Nos centros das cidades, geralmente, há um sistema viário consolidado, saneamento básico, energia e serviços de telefonia, transporte coletivo, equipamentos sociais e culturais de diversas naturezas. O descarte dessa infraestrutura, tanto do ponto de vista econômico quanto ambiental, é injustificável.
Mudanças nos padrões sociodemográficos	Alterações como maior expectativa de vida e consequente envelhecimento da população; redução do número de componentes da família; ampliação do trabalho feminino, entre outros aspectos, facilitam e reconduzem ao retorno de habitações nas áreas centrais
Deslocamentos pendulares	Estatisticamente, o Centro de muitas cidades ainda concentra um maior número de postos de emprego. O retorno do uso residencial para o Centro diminui sensivelmente a necessidade de movimento pendular diário moradia-trabalho
Distribuição e abastecimento	Durante muitas décadas, vem ocorrendo a dispersão locacional dos negócios. Em diversas escalas, entretanto, os centros ainda retêm uma parcela da distribuição de bens e serviços

FONTE: Castilho (2006, p. 5).

Observa-se que, apesar das diversas motivações de interesse público, o foco dos planos de intervenção é principalmente voltado ao aspecto econômico e imobiliário. A recuperação de trechos históricos, aproveitamento da infraestrutura, valorização do comercio e embelezamento da paisagem passam a ser direcionados a um novo público. Portanto, mesmo que eficientes do ponto de vista estético e econômico, esse direcionamento não leva em conta diversas características espaciais e urbanas. A forma como os usuários leem e interagem com a malha urbana passa desapercebida, prejudicando o resultado e a efetividade de muitos dos planos.

3.2.1 O Centro nas Cidades Brasileiras

No contexto brasileiro, o que passa a ocorrer a partir da expansão da urbanização é uma mudança no cenário. Novos problemas urbanos – aparentemente produzidos pela migração campo-cidade que se dava – ganhavam protagonismo. O crescimento populacional exponencial dentro dos centros urbanos dá origem, portanto, a novas situações, sendo a falta de demanda por postos de trabalho na indústria e a capacidade das próprias cidades em absorver a nova população, as principais. Os municípios, por sua vez, despreparados para assumir um papel ativo

no desenvolvimento – na maioria das vezes por conta da herança patrimonialista enraizada na máquina pública – passam a ter sua modernização planejada, visando serem os indutores do crescimento econômico, a exemplo de um governo federal inserido no contexto de “milagre econômico”. Nesse cenário, o planejamento urbano passa a ser encarado como fundamental no processo de desenvolvimento. Se esperava que problemas típicos urbanos fossem resolvidos por meio de uma administração racional, na qual o planejamento urbano se inseria como instrumento fundamental (RIBEIRO, 1990).

A partir dessa mudança de entendimento de como o poder público, principalmente o municipal, deveria agir, a concepção da atuação dos profissionais de planejamento urbano muda. Uma visão muito mais racional e tecnicista passa a ser exigida. Conforme afirma Ribeiro:

> O planejador deixa então de ser o intelectual e militante vinculado a um projeto político e social para ser o técnico que aplica princípios e normas racionalizadoras. Desta forma a questão urbana perde seu caráter político e ganha ênfase a visão tecnicista. Isto tanto em termos das formas como são explicadas as causas dos problemas urbanos, como em termos das possibilidades de intervenção do poder público (RIBEIRO, 1990, p.73).

Após esse período de divergentes visões acerca da intervenção urbana, é observado mais recentemente, conforme afirma Pasquotto (2010, p. 146), a partir da década de 1990, o período da Reinvenção Urbana vem marcado pelo termo Reabilitação. O termo tem como objetivo ser empregado como forma de demonstrar uma intervenção que supere os passivos resultantes do processo que deu origem histórica ao local – como a industrialização ou a colonização – ao mesmo tempo que busque a relocação da área na economia local e em um “desenvolvimento sustentável”.

Apesar de todo o processo de crescimento periférico da cidade, o Centro ainda sustenta uma grande permanência de centralidade do ponto de vista funcional e simbólico dentro do contexto urbano. A sua identificação para a população é única e não raramente é associada a atividades típicas, tais como comercial, religiosa ou política. Mesmo com a redução populacional observada ao longo das décadas, mostra-se crescente a procura por serviços na região central por parte da população,

evidenciando, cada vez mais, a centralidade reconhecida pelos usuários e seu significado no contexto urbano (ULTRAMARI; GADENS; REZENDE, 2008).

4 O PROCESSO DE REABILITAÇÃO DO CENTRO DE CURITIBA

4.1 OS PLANOS URBANÍSTICOS E AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE INTERVENÇÃO

O nascimento da cidade de Curitiba se dá no começo do século XVII, quando, em 1693, uma antiga aglomeração, povoada pelos bandeirantes, foi elevada à Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. A origem desse povoado acontece nas proximidades do rio Atuba, que logo, devido à dificuldade de ocupação e acesso ao local, foi transferida pelos portugueses para o local onde hoje está a Praça Tiradentes (CARMO, 2011).

Até o fim do século XVII, a cidade era tipicamente portuguesa. Apesar disso, a partir de 1800 esse perfil foi sendo alterado através da chegada de grandes levas de imigrantes das mais diversas localidades – italianos, poloneses, ucranianos, russos, franceses, austríacos, holandeses e suíços (IPPUC, [S.d.]). Durante muito tempo, a cidade se manteve apenas como uma pequena vila pertencente à Quinta Comarca da Província de São Paulo. No entanto, com a separação da Quinta Comarca em 1853, o Paraná é elevado à categoria de estado e Curitiba é escolhida como capital, principalmente pela sua importância quanto ao local de instalação, uma vez que se situava no cruzamento de importantes vias de ligação, as quais conectavam o Paraná aos demais estados, em especial, São Paulo (CARMO, 2011).

Durante esse período a cidade já se destacava pela sua forma de urbanização e ocupação do espaço. Conforme citações feitas pelo botânico francês Auguste de Saint-Hilaire (1779 – 1853), as ruas da cidade eram largar e regulares, além disso, o formato da ocupação era quase circular e com casas pequenas, sendo sua maioria com apenas um pavimento e feitas de pedra. O Código de Posturas de Curitiba, já em 1895, traçava normas referentes à limpeza da cidade, segurança e higiene e até mesmo a forma de funcionamento dos mais diversos estabelecimentos. Foi nesse período que outras importantes intervenções foram tomando lugar na paisagem da cidade – a construção do Paço Municipal, da Igreja da Matriz, a Universidade Federal do Paraná (a primeira universidade federal do Brasil), o Edifício Garcez (o mais alto até então, com oito andares) e a sede dos Correios, na Praça Santos Andrade (IPPUC, [S.d.]).

A primeira grande intervenção urbana, no entanto, só se dá a partir de 1917 durante a epidemia de Tifo, sendo, dessa forma, uma intervenção sanitarista. Enquanto morar em uma habitação que dispõe de água encanada e esgoto – como era o caso das moradias na região central de Curitiba – pode parecer um avanço no que tange a saúde pública, não foi essa a conclusão dos médicos, engenheiros e cientistas acerca dos problemas sanitários da cidade. Ao contrário do senso comum, a causa da epidemia de febre tifoide em Curitiba não era a falta de infraestrutura urbana, e sim a própria infraestrutura de água e esgoto, as quais teriam sido construídas sem respeito às conveniências técnicas. Dessa forma, uma reorganização médica e urbanística foi planejada, na qual, enquanto o serviço sanitário ficava a cargo dos médicos, os engenheiros se encarregavam das novas redes de água e esgoto da cidade (DUDEQUE, 2010).

Dando sequência aos trabalhos, em 1919, o recém-empossado presidente do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, anunciou um plano de radical renovação nos sistemas urbanos. Após ouvir as recomendações do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito – nome de peso no assunto até então e reconhecido pelos serviços de saneamento de Santos e Recife – foi dado início a um novo plano. Já em 1920 foi entregue por Saturnino de Brito um estudo preliminar prevendo a reconstrução total da maior parte das obras que estava sendo executadas, principalmente nos terrenos baixos. Dessa forma, ao longo da década de 1920 o trabalho de Saturnino era a base das ações sistemáticas e contínuas da cidade. O engenheiro recomendava que nenhuma rua ou calçada fossem abertas antes de consultarem os responsáveis pelo setor, evitando, assim, possíveis danos à pavimentação e ao sistema de esgoto. A partir de então, antes de fazer o calçamento das ruas, os construtores passaram a transpor a rede de água e esgoto para os passeios laterais das vias (DUDEQUE, 2010).

No entanto, mesmo com alguns grandes projetos sanitários, até a primeira metade do século XX as demais intervenções urbanas em Curitiba se resumiam a obras e pequenos projetos, não se orientando por meio de um plano organizado de desenvolvimento da cidade (CARMO, 2011). A história do planejamento urbano em Curitiba, dessa forma, passa a se dar através das ações de Alfred Agache, contratado de uma empresa de São Paulo escolhida pela prefeitura da capital paranaense para elaborar o plano diretor da cidade, o qual teria sua proposta inicial já em 1942 (OLIVEIRA, 2014). Conforme afirma Carmo (2011), a história do

francês Alfred Agache se confunde com a história do próprio desenvolvimento do Urbanismo. Agache se encontra situado em um momento de transição entre um pré-urbanismo e o planejamento urbano – ou Urbanismo – propriamente dito, acabando por desenvolver uma linha hibrida entre os dois. As principais referências de intervenção para o francês, dessa forma, eram a de Barcelona, elaborada por Cerdá e a de Haussman, em Paris (CARMO, 2011).

A história do planejamento urbano formal em Curitiba, assim, só passa a ter início com o desenvolvimento Plano Agache, em 1943. Também conhecido como Plano Diretor de Urbanização de Curitiba, esse foi instrumento responsável por orientar e ordenar o crescimento da cidade. Tendo como focos principais o trânsito – privilegiando especialmente os veículos automotores – e as funções urbanas dentro do zoneamento, definindo, assim, Centros especializados dentro da malha urbana[13]. Outra característica do plano, era a orientação para crescimento radial da cidade (FIGURA 4), com o objetivo de facilitar a circulação e interligar esses Centros sugeridos na proposta. A nova lei de zoneamento, dessa forma, passou a ser parte integrante do Código de Posturas e Obras, dividindo Curitiba em zona comercial, industrial, residencial e agrícola, além de propor uma reestruturação administrativa através da criação de um novo departamento municipal, o de Planejamento e Urbanismo (IPPUC, [S.d.]), pontos esses que serão aprofundados nos parágrafos seguintes.

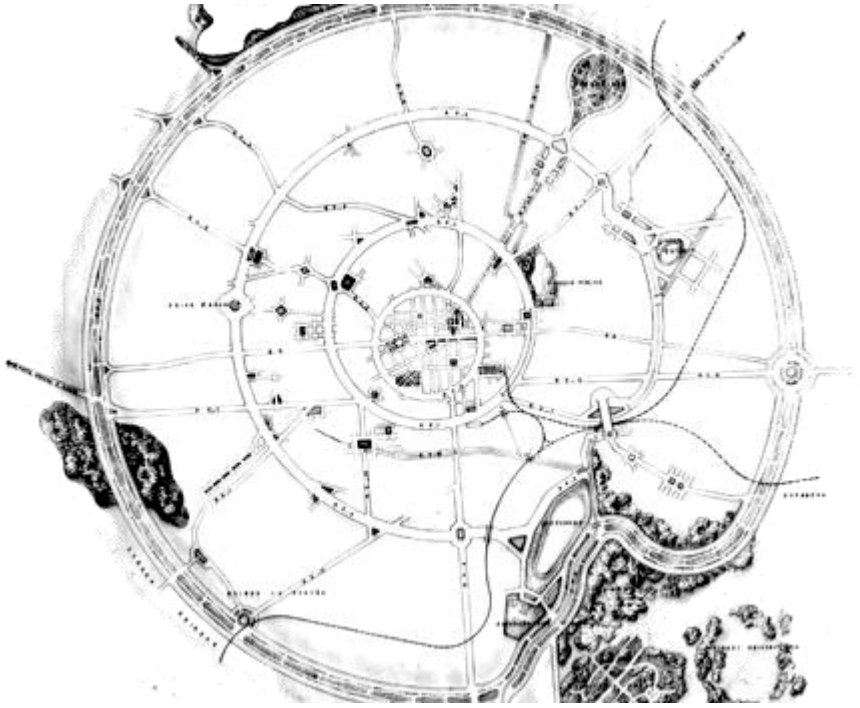
Dessa forma, foi em solo brasileiro que Agache encontrou o ambiente perfeito para pôr em prática suas ideias. Muito embora tenha recebido diversas críticas, teve também grande apoio, o que contribuiu para que suas ideias fossem colocadas em prática (CARMO, 2011). O plano de Agache, assim, pode ser entendido como um retrato do urbanismo modernista e dos tratados expostos na Carta de Atenas de 1933, a qual pensava na cidade como responsável por atender as funções essenciais da vida humana, como o trabalho, a habitação, a circulação, dentre outros. O plano e o zoneamento, portanto, passam a dividir a cidade em regiões muito bem compartimentadas e especializadas em cada uma dessas funções, as quais, posteriormente, teriam os traçados de suas ligações definidos e ligados por vias expressas (OLIVEIRA, 2014).

[13] São exemplos desses Centros o Setor Militar, no bairro Bacacheri; o Setor Esportivo, no bairro Tarumã; o Setor de Abastecimento; o Centro Politécnico; o Setor Industrial, no Rebouças; dentre outros. (IPPUC, [S.d.])

> O transporte privilegiado nessa concepção era, obviamente, o motorizado, com uma discreta, mas inequívoca preferência pelo automóvel individual. Finalmente, restaria desenhar o tipo de prédio adequado ao desempenho de cada uma das zonas funcionais (OLIVEIRA, 2014, p. 74).

Em Curitiba, portanto, Agache seguiu a cartilha modernista e dividiu a cidade em conas funcionais – Centro Comercial, incorporado dentro do Centro tradicional; Centro Administrativo, no Centro Cívico; uma cidade universitária no Centro Politécnico da UFPR; um setor militar no setor do Bacacheri, onde hoje está localizada a base aérea; o Centro Industrial, na região do Capanema e do Rebouças; um Centro de Abastecimento, com o Mercado Municipal; e, por fim, um setor esportivo na região do Tarumã. Tendo as zonas bem definidas, as vias foram planejadas interligando esses centros em vários círculos que partiam da região central e se expandiam para as zonas periféricas (FIGURA 4) (OLIVEIRA, 2014). O plano elaborado, assim, teve grande contribuição na tradição de Planejamento Urbano em Curitiba. Além de planejar os setores e o sistema viário, a proposta ainda continha desenhos das interseções de ruas, sugestões de praças, do Estádio Esportivo, da Estação Rodoviária e a idealização de vários modelos de prédios, tanto públicos a serem utilizados Centro Cívico, quanto galerias térreas de edifícios da Rua XV de Novembro (CARMO, 2011).

FIGURA 4 – ESQUEMA DO PLANO AGACHE



FONTE: IPPUC (S.d)

Tendo o Plano Agache formulado, teve sequência processo de adaptação e implementação da proposta por meio de uma reforma administrativa e por meio de uma nova divisão de planejamento dentro do Departamento de Urbanismo, e do recém-criado Departamento de Obras. Ao departamento ficou a responsabilidade da realização das obras e da implantação da infraestrutura necessária para a viabilização da proposta (OLIVEIRA, 2014). Prevendo futuros problemas de congestionamento decorrentes do crescimento da cidade, ainda foram propostas o alargamento da Rua XV de Novembro – considerado por Agache o eixo principal da cidade – e o Plano das Avenidas, o qual visava elevar a qualidade do transporte coletivo, obedecendo às distribuições demográficas da cidade (CARMO, 2011).

No entanto, as obras propostas dentro do plano acabaram não sendo implantadas. Apenas uma pequena parte das intervenções foi feita e, à medida que o tempo passava, o plano acabou por se tornar obsoleto de forma rápida, seja por conta dos parâmetros rígidos das diretrizes ou mesmo pelo crescimento exponencial da cidade (OLIVEIRA, 2014).

Dessa forma, Curitiba seguiu orienta por meio do Agache até a década de 1960, período no debate acerca planejamento urbano passa a ganhar um maior

protagonismo no cenário nacional (CARMO, 2011). O estopim para que se desse início a um processo de um novo plano diretor ocorre a partir de um pedido de financiamento da prefeitura de Curitiba para a CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – para que fossem realizadas algumas obras de recuperação do Centro e de instalação de um novo distrito industrial. No entanto, foi somente após a posse do prefeito Ivo Arzua (PCD), no ano de 1962, que as condições para a revisão do plano Agache foram criadas, por meio de adequações pontuais do plano existente, a cidade passa a ganhar novas diretrizes e o planejamento volta a ganhar destaque, fomentando a ideia de um novo plano (OLIVEIRA, 2014).

Enquanto Brasília era erguida como símbolo nacional e inspirava na população um sentimento de progresso, o Paraná ganhava a primeira faculdade de Arquitetura e Urbanismo do estado, na Universidade Federal do Paraná. Todo esse cenário se tornou solo fértil para o desenvolvimentos de jovens arquitetos engajados com o planejamento das cidades (CARMO, 2011). Assim, esse período do início da década de 1960 ficou marcado como um período de transição entre o Plano Agache e o plano que viria em 1966, tendo a cidade, nesse espaço de tempo, se pautado por meio do plano SAGMACS[14], um relatório de diretrizes e tendências, orientando a expansão da cidade (DUDEQUE, 2010).

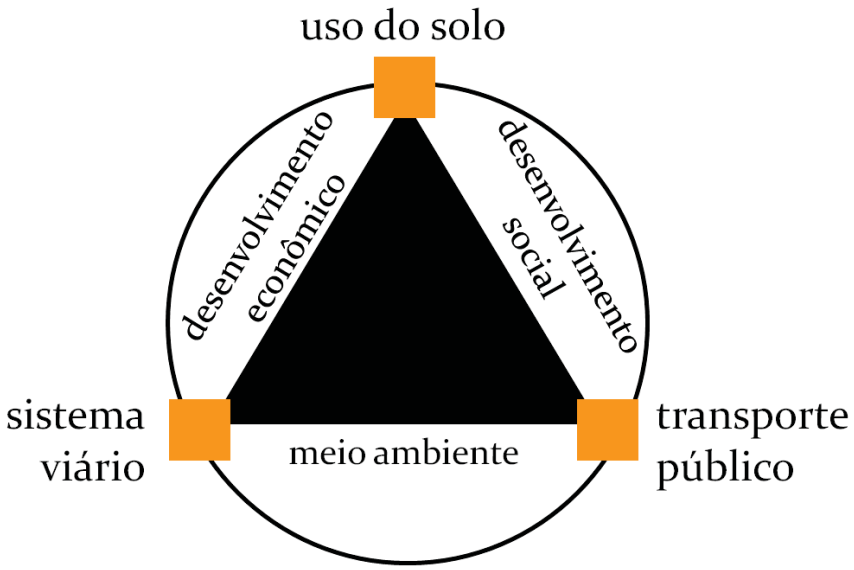
Em 1964, portanto, a prefeitura decide por realizar um concurso público para escolher a empresa responsável pela elaboração do novo plano diretor da cidade. A proposta vencedora foi a apresentada pelas empresas paulistas Serete Engenharia S.A. e Jorge Wilheim Arquitetos Associados, a qual tinha como diretriz alterar o modelo radial de crescimento para um modelo linear de expansão (IPPUC, [S.d.]). Após diversos debates envolvendo “as elites econômicas e sociais da cidade” (OLIVEIRA, 2014, p. 76), em 1966 a cidade teve seu novo Plano Diretor transformado em lei pela Câmara de Vereadores. Como medida para execução do plano, também foi criada – já durante o plano preliminar, em 1965 – uma nova agência encarregada do detalhamento e execução do plano Serete-Wilheim – o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) (OLIVEIRA, 2014).

[14] Plano SAGMACS é o nome dado por Dudeque (2010) para denominar o plano de diretrizes feito pela empresa francesa SAGMACS – *Societé pour l’Application du Graphisme et de la Mécanographie à l’Analyse*; ou, em português – Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas a Complexos Sociais.

> De acordo com a lei que o criou, cabiam ao Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba – IPPUC – como tarefas principais a elaboração e detalhamento de projetos, controle e implementação do plano diretor, e a execução – em casos especiais – de projetos em cooperação com outros órgãos da administração. Tratava-se, pois, essencialmente, de instância de planejamento, vinculado diretamente ao prefeito como órgão de assessoramento (OLIVEIRA, 2014, p. 97).

Dessa forma, a partir de 1971 a execução do plano teve seu início, de modo que, já no início da década de 1980, as ações do plano estavam tão bem consolidadas que já poderiam ser consideradas definitivas e irreversíveis (OLIVEIRA, 2014). As diretrizes do Plano passaram a orientar um novo processo de expansão da malha urbana, de forma ordenada e suportada por três funções básicas – Uso do Solo, Transporte Coletivo e Sistema Viário (FIGURA 5) –, diretrizes representadas por meio da "hierarquização do sistema viário, o zoneamento de uso do solo, da regulamentação dos loteamentos, da renovação urbana, a preservação e revitalização dos setores históricos tradicionais e a oferta de serviços públicos e equipamentos comunitários" (IPPUC, [S.d.]).

FIGURA 5 – TRIPÉ DAS FUNÇÕES BÁSICAS



FONTE: IPPUC (S.d).

Assim, se mostrou claro que havia a necessidade de que houvessem profissionais locais acompanhando a execução do plano e garantindo que houvesse coerência e posterior continuidade, além de auxiliar na legitimação do plano tanto perante a comunidade, quanto aos arquitetos e urbanistas (OLIVEIRA, 2014). A

alteração do modelo radial de expansão para o modelo linear proposto por Serete-Wilheim além de evitar diversas desapropriações, tornou a construção de linhas contíguas uma forma eficiente de fazer a ligação de trechos isolados na malha viária, transformando-as em novas ligações viárias. Para que fosse viável implantar um sistema estrutural dentro do crescimento linear apresentado na proposta, foi utilizado o Sistema Trinário, composto por uma via exclusiva, a qual seria destinada ao transporte coletivo, e duas vias externas – ou vias rápidas – com o trânsito orientado em sentido contrário entre elas, permitindo a ligação centro-bairro e bairro-centro. O sistema trinário definiu, assim, o desenho da nova cidade (IPPUC, [S.d.]).

Esse modelo, portanto, passa a ser o fundamento para os demais planos e propostas dos governos que se seguiram. Tanto as propostas mais arrojadas, como a do BRT, proposta posteriormente por Jaime Lerner, quanto a proposta Fruet-Requião, que buscava corrigir as deformidades do Plano Wilheim (DUDEQUE, 2010), mantinham na cidade não só os pilares dos planos anteriores mas também a tradição de preocupação com o planejamento, demonstrando consciência do seu impacto e importância dentro da cidade.

4.2 ESTUDO DE CASO DA ÁREA CENTRAL

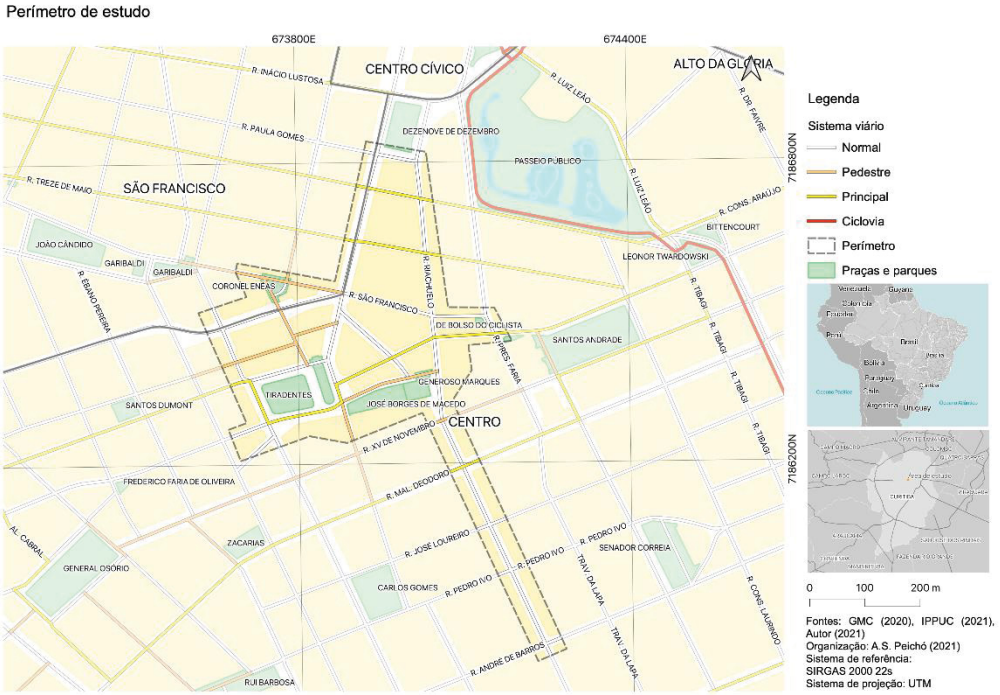
Após considerar o histórico e a forma com que as diversas intervenções ocorreram na cidade de Curitiba, o objetivo deste trabalho passa a ser buscar compreender o real impacto e os resultados práticos das intervenções. Dessa forma, tendo limitado o estudo à capital paranaense, se mostra necessário a eleição de um local de estudo de caso que seja alvo de diversas tentativas de intervenção e que disponha de dados suficientes para alguma forma de análise.

Assim, considerando esses critérios, para o presente estudo de caso foi escolhida a área central da cidade. Considerando que o Centro é o trecho da malha urbana que historicamente mais passou por intervenções, a quantidade de dados disponíveis para análise contribui para o desenvolvimento da metodologia de pesquisa e de um resultado mais consistente em relação a outras áreas.

Considerando também a característica heterogênea do Centro de Curitiba, é fundamental que seja delimitada uma área com características singulares e que tenha sido alvo das mais diversas formas de intervenção. Dessa forma, foi delimitado um perímetro de estudo, conforme mostram os mapas 1 e 2, formado pela área de

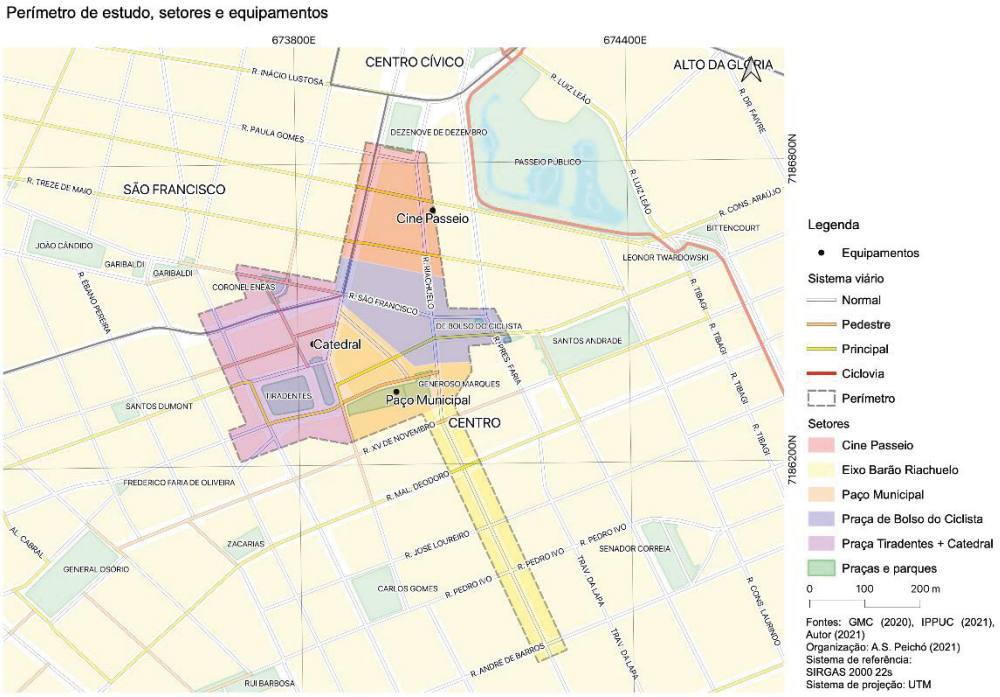
influência de cinco equipamentos contíguos e que passaram por um ou mais processos de intervenção na última década – a praça Tiradentes; o Paço Municipal; o Eixo Barão-Riachuelo; a Praça de Bolso do Ciclista; e o Cine Passeio.

MAPA 1 – PERÍMETRO DE ESTUDO



FONTE: O autor (2021).

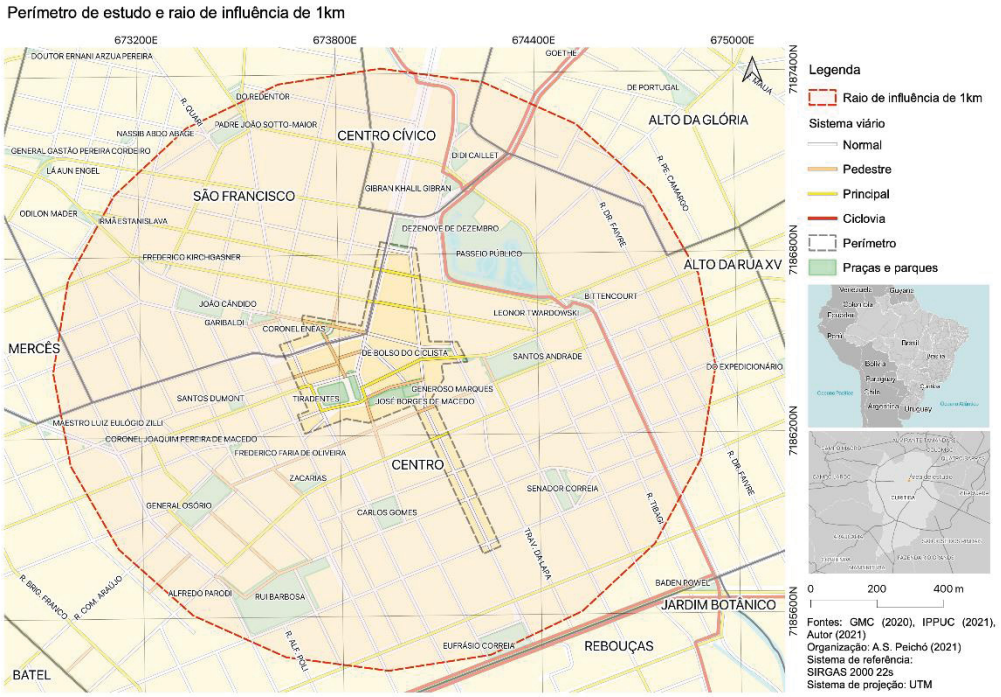
MAPA 2 – PERÍMETRO DE ESTUDO, SETORES E EQUIPAMENTOS



FONTE: O autor (2021).

Para efeitos comparativos de estudo, além da delimitação do perímetro da área principal de análise, foi estipulado um raio de influência, conforme mostra o Mapa 3, de 1 km da área principal. Assim, se torna possível uma observação paralela entre o trecho de análise e o restante do entorno, para que sejam identificados os movimentos e tendências, além das possíveis influências sofridas pelas dinâmicas das áreas contíguas.

MAPA 3 – PERÍMETRO DE ESTUDO E RAIO DE INFLUÊNCIA DE 1KM



FONTE: O autor (2021).

4.2.1 O histórico da área e as principais intervenções

Dessa forma, tendo elencado um perímetro de estudo composto por diversos equipamentos alvo de intervenção, o próximo passo é resgatar o histórico dessas áreas e suas intervenções recentes. Assim, com a análise dos dados, os quais serão apresentados posteriormente, será possível correlacioná-los com as intervenções ocorridas.

4.2.1.1 Eixo Barão-Riachuelo

É importante reforçar o destaque e importância da atividade comercial nesse processo de intervenção, em especial, aquele da Rua Riachuelo inserido dentro do recorte da pesquisa, o qual, por várias vezes, foi alvo das tentativas de revitalização. Desde sua abertura a rua teve vocação comercial, porém, nos seus primeiros anos sofria com ausência de pavimentação e má condição das edificações. Já em meados de 1880, com as transformações ocorridas na cidade, a rua passou a ser passagem

obrigatória para quem ia do Centro ao norte da cidade, além de ser visto em locais de destaque como a Estação Ferroviária e o Passeio Público. Porém, foi só após a instalação dos bondes elétricos que uma mudança mais drástica ocorreu, o número de imóveis tanto comerciais como residenciais aumentaram e valorizaram, aos poucos, modificando sua paisagem (BOSCHILIS, 1996).

Passados os anos, a Rua Riachuelo deixa de ser atrativa e aos poucos é degradada, como descreve Fernandes (2010), a rua “[...] se converteu, pouco a pouco, em sinônimo de botecos de pé-sujo, baixa prostituição, tráfico e mendicância. Já foi chamada de Boca do Lixo”. Afastando cada vez mais os moradores e comerciantes, iniciando um processo de abandono e decadência das edificações da rua e de seu entorno (SOUZA, 2013).

Recentemente, abarcado pelas intervenções feitas pelo SEBRAE-PR no entorno do Paço da Liberdade, em 2010 o eixo barão-riachuelo recebeu investimentos para melhoria do trecho comercial, no entanto, não tendo foco em nenhum equipamento ou serviço específico, apenas recebendo melhorias na iluminação e na estética das fachadas.

4.2.1.2 Praça Tiradentes

A Praça Tiradentes, antiga Praça da Matriz, é considerada como a primeira forma de centralidade na cidade de Curitiba, além de ser o palco do mito fundador da cidade. A história conta que um índio, guiado por uma imagem de Nossa Senhora da Luz teria indicado o local exato de onde a cidade deveria nascer. Ao chegar no ponto, teria batido no solo e falado – aqui é o lugar. A partir de então a cidade se iniciou e passou a se expandir (BATISTA, 2020).

Dentre todas as praças das diversas existentes na cidade, pode ser considerada como a principal de todas. Sua fundação, juntamente com a de Curitiba, se deu em 29 de março de 1963 e somente após a Proclamação da República é que recebeu o nome de Praça Tiradentes, antes disso, além de Largo da Matriz, também foi chamada em 1880 de Largo Dom Pedro II, em função da visita do Imperador Pedro II ao Paraná (CURITIBA, [S.d.]).

> Nenhum outro lugar de Curitiba presenciou tantos fatos históricos e mudanças na paisagem urbana quanto a Praça Tiradentes. Havia inicialmente uma singela ocupação, com casas de pau a pique cobertas de palha e também uma pequena capela construída no mesmo material. A povoação cresceu, se desenvolveu e as construções foram sendo substituídas aos poucos por edificações mais sólidas, construídas com pedra, surgindo também alguns poucos sobrados (BATISTA, 2020).

A partir da segunda metade do século XIX, novos elementos foram sendo introduzidos na paisagem construída, como, por exemplo, tijolos das olarias, madeira serrada em peças padronizadas e o ferro fundido, além do surgimento de novas edificações alinhadas com as novas técnicas construtivas, de maior porte e com maior altura. Já no início do século XX, essas edificações, muitas ainda coloniais, passaram a ser substituídas pela paisagem eclética, que vinha se afirmando como corrente arquitetônica dominante à época. Assim, Curitiba evoluía e respirava ares de modernidade no início do século XX (BATISTA, 2020).

Posteriormente, na década de 1940, o concreto armado passou a ganhar protagonismo na cidade e na Praça Tiradentes não foi diferente. Aproveitando a valorização que ainda existia na área central, a verticalização foi tomando conta da região, impulsionando os primeiros arranha-céus e um maior adensamento da região. Nas décadas seguintes a verticalização se seguiu e, aos poucos, a uniformidade visual do entorno da praça se perdeu (BATISTA, 2020).

Com o posterior abandono da região central e a gentrificação do Centro, a praça, mesmo mantendo sua memória viva e o intenso fluxo de pessoas, passou a sofrer um progressivo processo de degradação. A área passou por diversas melhorias ao longo dos anos, sendo que, as mais recentes se deram nos anos de 2008, quando foram feitas intervenções no calçamento, na iluminação e nos jardins (CURITIBA, 2007); e em 2012, quando foi entregue a reforma da catedral iniciada em 2010 (G1, 2012).

4.2.1.3 Paço da Liberdade

O antigo Paço Municipal de Curitiba, hoje Paço da Liberdade é o único patrimônio cultural da cidade que é tombado pelos três níveis de governo: municipal (1948), estadual (1966) e federal (1984) (CHIESA, 2009). Com o processo de revitalização da edificação realizado em 2009, o edifício passou a ser um Centro

cultural, sede do Serviço Social do Comercio do Paraná (SESC-PR) (SOUZA; MANNICH; BAHL, 2012).

Conforme afirmam Souza, Mannich e Bahl (2012), a construção do Paço Municipal é marcada por ter sido a primeira sede própria da prefeitura de Curitiba e foi concebido durante a administração de Candido de Abreu, entre 1912 a 1916, período marcado por grandes obras. Como descrito por Chiesa (2009, p. 150) o Paço representou “o ícone de um conjunto de obras que reformaram estruturalmente o tecido social e espacial da cidade, influindo diretamente na arquitetura dos edifícios públicos e civis, e consequentemente forjando uma paisagem distinta”. Outro ponto de grande destaque que marcou a construção do edifício, além de sua grandiosidade, foi o estilo arquitetônico adotado. Sua definição eclética se dá pela mescla de elementos únicos de vários estilos reunidos de forma harmônica (CHIESA, 2009), sobrepondo entre eles o Art-nouveau, caracterizado pela “exuberância decorativa, formas ondulantes, contornos sinuosos e composição assimétrica” (BONAMETTI, 2006, p. 2).

A construção do Paço ocorreu entre 1914 e 1916, no antigo Largo do Mercado, onde hoje está a Praça Generoso Marques, e onde era situado o antigo mercado municipal, demolido para dar lugar a nova sede, se mantendo assim até 1969, quando foi transferida para um novo prédio. Em 1970, pela primeira vez a edificação tem seu uso alterado, dando espaço para o Projeto Rondon, que após dois anos daria lugar ao primeiro projeto de revitalização, para que em 1974 pudesse receber o Museu Paranaense, este resultado de um acordo entre município e estado que vinha a resolver as indecisões quanto ao acervo do museu e do próprio Paço (CHIESA, 2009).

O Paço se manteve como Museu Paranaense até 2002, transferido posteriormente para um novo prédio, deixando a edificação inutilizada por aproximadamente 5 anos, fazendo-a passar por um drástico processo de degradação, após uma parceria da Prefeitura Municipal com o Sistema Fecomércio em 2007, foi que se deu início um novo processo de revitalização da edificação, com inauguração em 2009 comemorando o aniversário de 316 anos de Curitiba (FECOMERCIO, 2016).

No processo de parceria firmado, a Prefeitura Municipal de Curitiba, cedeu o espaço para Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná, que ganhou sua concessão por 25 anos e fica responsável por revitalizar, pelo projeto curatorial e pelas ações culturais, enquanto a prefeitura é responsável pelo desenvolvimento das atividades

(FECOMERCIO, 2016). A proposta foi atribuir uma nova função ao Paço, tornando-o um Centro cultural que representasse a história de Curitiba para a comunidade, agregando salas de leitura, biblioteca, cafeteria, espaços para internet, estúdio de gravação, sala de atos, estúdio de arte, sala de exposições e salas com equipamentos audiovisual (SOUZA; MANNICH; BAHL, 2012).

O projeto, dessa forma, teve como objetivo proporcionar que, a partir do ponto central do Paço, houvesse uma requalificação de todo o entorno imediato, sendo esse o resultado esperado por todas as partes envolvidas, ou seja, tanto a Prefeitura Municipal de Curitiba, quanto o Sistema Fecomércio, o Sesc, o Senac Paraná e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná. O objetivo, portanto, era recuperar a dinâmica comercial tanto no entorno imediato quanto na região central como um todo (CHIESA, 2009). Como reforço das ações de recuperação, foi delimitado pela Prefeitura Municipal uma área de abrangência no entorno do Paço da Liberdade, para que fossem aplicados incentivos fiscais aos proprietários de imóveis na região, buscando preservar todas as características do entorno e valorizar o conjunto de referências de vários períodos de Curitiba. Somado a estas ações, a Prefeitura Municipal também atrelou diversos projetos urbanísticos como incentivo à qualificação da área, resgatando características históricas além de promover e ofertar novas opções a moradores e turistas (SOUZA, 2013).

4.2.1.4 Praça de Bolso do Ciclista

A Praça de Bolso do Ciclista é uma pequena praça localizada na esquina das ruas São Francisco e Presidente Faria, no centro de Curitiba, em frente a Bicicletaria Cultural, Tradicional ponto de encontro dos ciclistas da capital paranaense (BERTOLINI, 2014). A área em questão, até 2014, era parte integrante do terreno do edifício abandonado na esquina das ruas Alfredo Bufren e Carlos Cavalcanti. O espaço foi idealizado por um grupo de cicloativista, em sua maioria integrantes da Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu, a CicloIguaçu, cuja sede fica justamente em frente à praça – na Bicicletaria Cultural – e que fornece serviços e informações para os ciclistas da região (SANTANA, 2016).

Tendo como responsáveis pelo projeto os arquitetos do IPPUC, juntamente com a participação dos membros da CicloIguaçu, foram realizadas diversas reuniões

para discutir o projeto da praça até que se chegasse a uma primeira planta (SANTANA, 2016).

No entanto, como maneira de viabilizar a execução, uma parceria fora do usual foi firmada entre a Administração Pública e a comunidade – enquanto o poder público ficaria responsável por entregar as condições mínimas necessárias para o início das obras, cedendo o terreno e mão de obra especializada para os serviços iniciais, a comunidade seria responsável por executar o restante do projeto por meio de construção coletiva (SANTANA, 2016).

Assim, na segunda-feira, dia 22 de setembro de 2014, justamente no Dia Mundial Sem Carro, foi oficialmente inaugurada a Praça de Bolso do Ciclista, integrando as atividades da Semana da Mobilidade, organizada pela Associação de Ciclistas do Alto Iguaçu. A área, até então abandonada, de 127,8 m² foi completamente recuperado em cinco meses de obra. Somando os trabalhos da Prefeitura de Curitiba e dos voluntários de fim de semana, foi realizado terraplanagem, construção de muro, bancos, além da instalação de sete paraciclos, mosaico e ponto de wi-fi (BERTOLINI, 2014).

4.2.1.5 Cine Passeio

A edificação que fica na esquina das ruas Riachuelo e Carlos Cavalcanti e que hoje abriga o Cine Passeio, foi construída na década de 1930 para abrigar alguns setores administrativos do Exército. Anteriormente, antes de servir às forças armadas, servia como instalação para a Impressora Paranaense, a qual era administrada pelo Barão do Serro Azul e era responsável, por exemplo, pela edição do jornal 19 de Dezembro (FCC, 2012).

Em junho 2010, a Fundação Cultural de Curitiba recebeu permissão da Prefeitura de Curitiba para uso do imóvel, dessa forma, em conjunto com o IPPUC passou a desenvolver um projeto para a ocupação do espaço e transformação em um novo centro cultural de autoria dos arquitetos Dóris Teixeira e Mauro Magnabosco. A localização e a história do edifício, assim, foram consideradas como característica fundamental nas definições do projeto, que está inserido em um dos primeiros e mais relevantes eixos de formação urbana de Curitiba, o qual era espaço nobre para o comércio e as moradias da cidade no final do século XIX. Dessa forma, a partir de 2012, o edifício do antigo quartel se tornou Unidade de Interesse Especial de

Preservação (UIEP), o que permitiu através de decreto a transferência de potencial construtivo, possibilitando, assim, a arrecadação de recursos para a instalação do novo Complexo Cultural Cine Passeio (FCC, 2012).

Portanto, em março de 2019 é inaugurado o Cine Passeio. O equipamento cultural, dessa forma, passou a funcionar como cinema de rua, como alternativa às grandes salas dos shoppings centers, além de funcionar como espaço para formação audiovisual e economia criativa. Assim, o espaço, hoje, está em amplo funcionamento e conta com duas salas de cinema, espaço para eventos, além de um coworking e café (CINE, [S.d.])

4.2.1.6 Visão Geral

Dessa forma, considerando o histórico apresentado dos equipamentos dentro da área de observação, é possível construir uma linha do tempo com as principais intervenções:

2008 – Revitalização Praça Tiradentes

2009 – Projeto SEBRAE-PR Paço da Liberdade

2010 – Projeto SEBRAE-PR Eixo Barão-Riachuelo

2012 – Revitalização da Catedral Basílica de Curitiba
– Revitalização da Rua São Francisco

2014 – Projeto Tudo de Cor para Curitiba
– Praça de Bolso do Ciclista

2019 – Cine passeio

Portanto, tendo exposto as principais intervenções dentro da área da pesquisa, é possível seguir com a análise dos dados levando em conta as informações geográficas e temporais a serem observadas.

4.2.2 Análise de Dados

Após a definição de uma área de estudo com diversos equipamentos alvos de intervenção e a identificação da cronologia dessas intervenções, para que seja possível definir o resultado de forma mais objetiva, é necessário coletar dados que representem se as intervenções de fato resultaram em indicadores positivos. Para isso, foram, antes de tudo, definidos critérios para definir a degradação, ou não, de uma área ou mesmo, critérios que indiquem sucesso na manutenção do espaço público.

Dessa forma, para este estudo, critérios relativos a abordagens sociais, uso e tráfico de drogas, além da incidência de crimes, são atribuídos como indicadores da atratividade da área ou da sua capacidade de atrair um fluxo de pessoas e estimular sua permanência.

Levando em conta os critérios elencados, a principal fonte de dados utilizada para aferir indicadores relacionados, foram os registros das ocorrências atendidas pela GMC, a Guarda Municipal de Curitiba. Os registros obtidos foram coletados pela GMC entre 2009 e 2020, 318.450 ocorrências no total, que vão de atendimentos relacionados tanto à crimes quanto acidentes, abordagens, orientações, dentre outros (os quais serão detalhados no próximo item). Esses dados foram georreferenciados e especializados por meio de software GIS, para que fosse possível observar as dinâmicas desses atendimentos feitos pela Guarda.

De forma auxiliar, também foram utilizadas outras fontes que pudessem ser comparadas com os dados principais, indicando ou confirmando as tendências observadas. Foram utilizados, portanto, os dados das ligações recebidas pelo serviço de atendimento ao cidadão da cidade de Curitiba, o 156, além dos dados estatísticos da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, informações coletadas pelas próprias instituições responsáveis pelas intervenções – SEBRAE-PR e SESC-PR, por exemplo –, além de informações vinculadas por meio da imprensa.

4.2.2.1 Ocorrências GMC

Os dados principais, os das ocorrências atendidas pela Guarda Municipal de Curitiba, são originados da central de atendimento da GMC. De forma bruta, as informações contêm os dados referentes ao – ano; bairro; equipamento urbano (se for

o caso); se foi flagrante; endereço; se é atendimento relacionado à defesa civil; qual a natureza da ocorrência; sub assunto da ocorrência; data; dia da semana; hora; origem da ligação; regional de origem; secretaria relacionada e número de protocolo.

Desses dados, foram utilizados para georreferenciamento e para análise apenas as informações de data, endereço, equipamento urbano, assunto e sub assunto. Para facilitar a organização dos dados, os campos assuntos e sub assunto foram combinados, sendo que a classificação das ocorrências acontece conforme o QUADRO 4:

QUADRO 4 – CLASSIFICAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELA GMC

Abalo Sísmico
Abandono de incapaz
Abuso de incapazes
Achado - Achado de arma
Achado - Achado de bomba
Achado - Achado de cadáver
Achado - Achado de documentos
Achado - Achado de munição
Achado - Achado de objeto
Achado - Achado de substância ilícita
Acidente Viatura
Afogamento
Agressão física/verbal
Agressão física/verbal – Agressão
Agressão física/verbal - Violência doméstica contra mulher
AIFU
Alagamento
Alarmes - Autoteste não recebido
Alarmes - Disparo de Alarme (violação)
Alarmes - Falha na comunicação
Alarmes - Falha no sistema
Aliciamento de menor
Ameaça
Animais - Cão preso inadequadamente
Animais - Cão sem guia/focinheira
Animais - Cão solto em via pública
Animais - Comércio ilegal de aves/animais
Animais - Equídeo solto em via pública
Animais - Maus tratos a animais
Animais - Omissão de Cautela na Guarda de animais
Animais - Socorro e encaminhamento de animais/aves

Antecedentes Criminais – Verificação
Apoio
Apoio à COHAB
Apoio à COSEDI
Apoio à FAZ
Apoio a outros órgãos
Apoio à PMPR
Apoio à Polícia Civil
Apoio à Polícia Federal
Apoio à Polícia Rodoviária Federal
Apoio à SETRAN
Apoio à SMAB
Apoio à SMAD
Apoio à SME
Apoio à SMEL
Apoio à SMMA
Apoio à SMOP
Apoio à SMS
Apoio à SMU
Apoio à URBS
Apoio à Vigilância Sanitária
Apoio ao cidadão – ORIENTAÇÃO
Apoio ao cidadão - PRESTAÇÃO DE SOCORRO/SALVAMENTO
Apoio ao Conselho Tutelar
Apoio ao Corpo de Bombeiros
Apoio ao GM
Apoio ao IML
Apoio ao Patrimônio
Apoio ao SAMU
Apoio ao SIATE
Apologia de crime ou criminoso
Apropriação indébita
Arrastão
Ataque de insetos
Atendimento a pessoa em situação de vulnerabilidade social
Atentado violento ao pudor
Atitude Suspeita
Atitude Suspeita (Abordagem)
Atitude Suspeita (Abordagem) - Abordagem a pessoa
Atitude Suspeita (Abordagem) - Abordagem a veículo
Atos obscenos/libidinosos
Avaria em Equipamento/Patrimônio (não intencional)
Averiguação
Averiguação (Defesa Civil)
Banho em local impróprio

Bueiro aberto/sem tampa
Bueiro entupido
Calote
Calúnia
Câmeras de videomonitoramento
Câmeras de videomonitoramento - Falha na comunicação
Charlatanismo
Comércio ambulante
Conduta inconveniente
Constrangimento ilegal
Construção Irregular
Contrabando ou descaminho
Corrupção de menores
Corte irregular de árvore
Criança perdida/desaparecida
Crime ambiental
Dano
Dano – Arrombamento
Dano – Desordem
Dano - Grafitagem Autorizada
Dano – Pichação
Dano – Tumulto
Dano – Vandalismo
Denúncia de bomba
DENUNCIA IMPROCEDENTE
Depósito irregular
Desabamento
Desacato
Desaparecimento
Desinteligência
Desobediência
Destelhamento
Devolução de coisa achada
Difamação
Discriminação
Disparo de arma
Disparo de arma - Disparo com Dispositivo Elétrico Incapacitante
Disparo de arma - Disparo de arma por GM com munição letal
Disparo de arma - Disparo de arma por GM com munição menos letal
Disparo de arma - Disparo de arma por terceiro
Embriaguez
Encaminhamento
Encaminhamento - Encaminhamento à DP (FLAGRANTE)
Encaminhamento - Encaminhamento à FAZ
Encaminhamento - Encaminhamento ao Conselho Tutelar

Encaminhamento - Encaminhamento de foragido (mandado de busca e apreensão)
Encaminhamento - Encaminhamento domiciliar
Encaminhamento - Encaminhamento hospitalar
Envenenamento
Erosão
Escolta
Escrito ou objeto obsceno (panfletos pornográficos)
Estelionato
Estupro
Exploração de menores
Explosão
Extorsão
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou doc.
Falsidade ideológica (Falsa Identidade)
Favorecimento da prostituição
Fingir-se funcionário público
Fiscalizações e Orientações
Fornecimento de bebida alcoólica à menores
Fornecimento de Lona
Fuga de aluno/interno
Furto
Furto - Arma de fogo
Furto – Bicicleta
Furto - Cabos elétricos/equipamentos elétricos e eletrônicos
Furto - Equipamento/patrimônio público
Furto - Estabelecimento Comercial
Furto - Peças e ou equipamentos de dentro do veículo
Furto – Residência
Furto – Transeunte
Furto - Transporte Coletivo
Furto – Veículo
Homicídio
Homofobia
Importunação ofensiva ao pudor
Importunação sexual
Incêndio
Infiltração
Injúria
Invasão
Invasão - Invasão ao transporte coletivo
Invasão - Invasão de equipamento/patrimônio público
Invasão - Invasão de propriedade particular
Invasão - Invasão de residência
Invasão - Invasão de terreno

Invasão - Ocupação irregular
Jogo de Azar
Lesão Corporal
Lesão Corporal - Por arma branca
Lesão Corporal - Por arma de fogo
Lesão Corporal - Por outros objetos pontiagudos
Lesão Corporal - Sem uso de qualquer instrumento
Manifestação
Material abandonado
Maus tratos a animais
Maus tratos a pessoas
Mendigar, por ociosidade ou cupidez
Menor gazeando aula
Menores abordando transeuntes
Moeda Falsa
Óbito
Obstrução de via
Órgãos acionados - Conselho Tutelar
Órgãos acionados - Limpeza pública
Orientação
Orientação - ORIENTAÇÃO BARES (COVID-19)
Orientação - ORIENTAÇÃO COMERCIO COVID-19
Orientação - ORIENTAÇÃO COVID-19
Orientação - ORIENTAÇÃO GERAL
Orientação - ORIENTAÇÃO RESIDENCIA COVID-19
Paciente/usuário alterado
Perturbação do sossego
Pesca em local proibido
Poluição visual/ambiental
Porte de artefato explosivo
Porte Ilegal - Arma branca
Porte Ilegal - Arma de Fogo
Porte Ilegal - Munição - Uso Permitido/Restrito
Porte Ilegal - Simulacro de arma de fogo
Proteção ao patrimônio
Queda de árvore
Queda de fios de energia
Queda de galho
Queda de poste
Quedas de objetos ou partes de construções
Queima a céu aberto
Racismo
Receptação
RECUSAR SE IDENTIFICAR AO POLICIAL
Resistência

Retirada de invasão
Risco de acidente / à vida – Balão
Risco de acidente / à vida – Outros
Risco de acidente / à vida - Pipa com cerol
Risco de acidente / à vida - Rabeira em veículo coletivo
Risco de acidente / à vida - Surf em veículo coletivo
Risco de acidente / à vida - Utilizar carrinho de rolimã em local que traga risco
Risco de acidente/à vida (Defesa Civil)
Risco de desabamento / desmoronamento
Risco de explosão
Risco de queda de árvore
Risco de queda de fios de energia
Risco de queda de poste
Rixa
Ronda
Roubo
Roubo - Arma de fogo
Roubo - Equipamento/patrimônio público
Roubo - Estabelecimento Comercial
Roubo - Instituição Financeira
Roubo - Instituição Religiosa
Roubo – Residência
Roubo – Transeunte
Roubo - Transporte Coletivo
Roubo – Veículo
Roubo, furto, extravio, recuperação, apreensão de armas de fogo.
Rufianismo
Saturação
Sequestro e cárcere privado
Situação de risco
Substância Ilícita
Substância Ilícita - Porte de substância ilícita
Substância Ilícita - Tráfico de drogas
Substância Ilícita - Uso de substância ilícita
Substância Lícita - Oferecer bebida alcoólica a menor de 18 anos
Substância Lícita - Porte de bebida alcoólica
Substância Lícita - Porte de cola/thinner/similar
Substância Lícita - Uso de bebida alcoólica
Substância Lícita - Uso de cola/thinner/similar
Suicídio
Tentativa - Tentativa de agressão
Tentativa - Tentativa de arrombamento
Tentativa - Tentativa de estupro
Tentativa - Tentativa de extorsão
Tentativa - Tentativa de furto

Tentativa - Tentativa de homicídio
Tentativa - Tentativa de invasão de domicílio (residência)
Tentativa - Tentativa de invasão de equipamento
Tentativa - Tentativa de invasão transporte coletivo
Tentativa - Tentativa de roubo
Tentativa - Tentativa de sequestro
Tentativa - Tentativa de suicídio
Trânsito - Acidente de trânsito
Trânsito – Atropelamento
Trânsito - CNH VENCIDA + DE 30 DIAS
Trânsito - COLISAO AUTO X ANTEPARO
Trânsito - COLISAO AUTO X AUTO
Trânsito - COLISAO AUTO X MOTO
Trânsito - Condutor embriagado
Trânsito - Condutor não habilitado
Trânsito - DESOBEDECER ORDEM AGENTE DE TRANSITO
Trânsito - Direção perigosa
Trânsito - Estacionamento irregular
Trânsito - ESTACIONAMENTO ROTATIVO
Trânsito - ESTACIONAR EM GUIA REBAIXADA
Trânsito - ESTACIONAR EM LOCAL/HORA PROIBIDO R-06A
Trânsito - ESTACIONAR EM VAGA DE CURTA DURAÇÃO 15MIN
Trânsito - ESTACIONAR EM VAGA DEFICIENTE S/ CREDENCIAL
Trânsito - ESTACIONAR EM VAGA IDOSO SEM CREDENCIAL
Trânsito – FISCALIZACAO
Trânsito - FISCALIZAÇÃO TRÂNSITO (BLITZ)
Trânsito - NÃO POSSUIR CNH/PPD/ACC
Trânsito - OBSTRUÇÃO DE PISTA
Trânsito - ÓLEO NA PISTA
Trânsito – OUTROS
Trânsito - PARADA EM CIMA DE PASSEIO/CALÇADA
Trânsito - REMOÇÃO DE VEÍCULO
Trânsito - Veículo Conduzido por menor
Trânsito - VEÍCULO NÃO LICENCIADO
Trote Telefônico
Usar de uniforme, ou distintivo de função pública que não exerce
Uso indevido do cartão transporte
Uso indevido do telefone público
Vadiagem
Vazamento ou derramamento de Produto Perigoso ou Infectante
Veículo - Recuperação de veículo furtado/roubado
Veículo - Situação irregular
Veículo - Veículo aberto/abandonado
Veículo - Verificação da Situação do veículo
Venda proibida de produtos específicos à menores

Verificação
Vias de fato
Violação de Medida Protetiva Lei Maria da Penha
Vistoria

FONTE: O autor (2021)

Considerando que nem todos os dados servem para o propósito da pesquisa e que dados nessa quantidade dificultam a análise, foram definidas cinco categorias de ocorrências, conforme o QUADRO 5:

QUADRO 5 – CATEGORIAS DE OCORRÊNCIAS UTILIZADAS NA PESQUISA

Abordagem Social
Atitudes Suspeitas
Crimes Contra o Patrimônio
Crimes Contra a Pessoa
Drogas

FONTE: O autor (2021)

Dessa forma, as ocorrências atribuídas a cada uma das categorias passa a ser conforme apresentado nos quadros QUADRO 6, QUADRO 7QUADRO 8QUADRO 9QUADRO 10:

QUADRO 6 – OCORRÊNCIAS CLASSIFICADAS COMO ABORDAGEM SOCIAL

Atendimento a pessoa em situação de vulnerabilidade social
Banho em local impróprio
Conduta inconveniente
Mendigar, por ociosidade ou cupidez
Menor gazeando aula
Menores abordando transeuntes
Situação de risco
Vadiagem

FONTE: O autor (2021)

QUADRO 7 – OCORRÊNCIAS CLASSIFICADAS COMO ATITUDES SUSPEITAS

Antecedentes Criminais - Verificação
Apologia de crime ou criminoso
Atitude Suspeita

Atitude Suspeita (Abordagem)
Atitude Suspeita (Abordagem) - Abordagem a pessoa
Atitude Suspeita (Abordagem) - Abordagem a veículo
Averiguação
Encaminhamento
Encaminhamento - Encaminhamento à DP (FLAGRANTE)
Encaminhamento - Encaminhamento à FAS
Encaminhamento - Encaminhamento ao Conselho Tutelar
Encaminhamento - Encaminhamento de foragido (mandado de busca e apreensão)
Encaminhamento - Encaminhamento domiciliar
RECUSAR SE IDENTIFICAR AO POLICIAL
Resistência
Verificação

FONTE: O autor (2021)

QUADRO 8 – OCORRÊNCIAS CLASSIFICADAS COMO CRIMES CONTRA A PESSOA

Abandono de incapaz
Abuso de incapazes
Achado - Achado de arma
Achado - Achado de bomba
Achado - Achado de cadáver
Achado - Achado de munição
Agressão física/verbal
Agressão física/verbal - Agressão
Agressão física/verbal - Violência doméstica contra mulher
Aliciamento de menor
Ameaça
Atentado violento ao pudor
Atos obscenos/libidinosos
Calúnia
Charlatanismo
Constrangimento ilegal
Corrupção de menores
Denúncia de bomba
Difamação
Discriminação
Disparo de arma
Disparo de arma - Disparo com Dispositivo Elétrico Incapacitante
Disparo de arma - Disparo de arma por GM com munição letal
Disparo de arma - Disparo de arma por GM com munição menos letal
Disparo de arma - Disparo de arma por terceiro
Envenenamento
Estupro

Exploração de menores
Explosão
Favorecimento da prostituição
Furto - Arma de fogo
Homicídio
Homofobia
Importunação ofensiva ao pudor
Importunação sexual
Injúria
Lesão Corporal
Lesão Corporal - Por arma branca
Lesão Corporal - Por arma de fogo
Lesão Corporal - Por outros objetos pontiagudos
Lesão Corporal - Sem uso de qualquer instrumento
Maus tratos à pessoas
Porte de artefato explosivo
Porte Ilegal - Arma branca
Porte Ilegal - Arma de Fogo
Porte Ilegal - Munição - Uso Permitido/Restrito
Porte Ilegal - Simulacro de arma de fogo
Racismo
Rufianismo
Seqüestro e cárcere privado
Tentativa - Tentativa de agressão
Tentativa - Tentativa de estupro
Tentativa - Tentativa de homicídio
Tentativa - Tentativa de sequestro
Vias de fato
Violação de Medida Protetiva Lei Maria da Penha

FONTE: O autor (2021)

QUADRO 9 – OCORRÊNCIAS CLASSIFICADAS COMO CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO

Alarmes - Disparo de Alarme (violação)
Apropriação indébita
Arrastão
Calote
Contrabando ou descaminho
Dano
Dano - Arrombamento
Dano – Desordem
Dano – Pichação
Dano – Tumulto
Dano – Vandalismo
Estelionato

Extorsão
Furto
Furto – Bicicleta
Furto - Cabos eletricos/equipamentos eletricos e eletronicos
Furto - Equipamento/patrimônio público
Furto - Estabelecimento Comercial
Furto - Peças e ou equipamentos de dentro do veículo
Furto – Residência
Furto – Transeunte
Furto - Transporte Coletivo
Furto – Veículo
Incêndio
Invasão
Invasão - Invasão ao transporte coletivo
Invasão - Invasão de equipamento/patrimônio público
Invasão - Invasão de propriedade particular
Invasão - Invasão de residência
Invasão - Invasão de terreno
Invasão - Ocupação irregular
Proteção ao patrimônio
Receptação
Roubo
Roubo - Arma de fogo
Roubo - Equipamento/patrimônio público
Roubo - Estabelecimento Comercial
Roubo - Instituição Financeira
Roubo - Instituição Religiosa
Roubo – Residência
Roubo – Transeunte
Roubo - Transporte Coletivo
Roubo – Veículo
Roubo, furto, extravio, recuperação, apreensão de armas de fogo.
Tentativa - Tentativa de arrombamento
Tentativa - Tentativa de extorsão
Tentativa - Tentativa de furto
Tentativa - Tentativa de invasão de domicílio (residência)
Tentativa - Tentativa de invasão de equipamento
Tentativa - Tentativa de invasão transporte coletivo
Tentativa - Tentativa de roubo
Veículo - Recuperação de veículo furtado/roubado

FONTE: O autor (2021)

QUADRO 10 – OCORRÊNCIAS CLASSIFICADAS COMO DROGAS

Achado - Achado de substância ilícita
Embriaguez
Fornecimento de bebida alcoólica à menores
Paciente/usuário alterado
Substância Ilícita
Substância Ilícita - Porte de substância ilícita
Substância Ilícita - Tráfico de drogas
Substância Ilícita - Uso de substância ilícita
Substância Lícita - Oferecer bebida alcoólica a menor de 18 anos
Substância Lícita - Porte de bebida alcoólica
Substância Lícita - Porte de cola/thinner/similar
Substância Lícita - Uso de bebida alcoólica
Substância Lícita - Uso de cola/thinner/similar
Venda proibida de produtos específicos à menores

FONTE: O autor (2021)

4.2.2.2 Outros Dados

Além dos dados apresentados anteriormente da GMC, dados auxiliares que também foram utilizados serão citados e apresentados nos resultados a seguir quando forem utilizados como parâmetro ou referência.

5 RESULTADOS

Inicialmente, para a análise dos resultados, serão apresentados os dados referentes ao atendimento das Ocorrências Totais (TABELA 1), ou seja, aquelas contidas dentro das cinco categorias de classificação definidas para o estudo. Para que seja possível traçar um comparativo e identificar as tendências, os dados estão apresentados divididos por equipamento urbano, pelo perímetro total da área de estudo, pelo raio de abrangência de 1km e pelos dados da cidade de Curitiba, obtido através do relatório estatístico da Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Com os dados auxiliares da SESP-PR, será possível observar se os dados da GMC refletem o padrão do município e de que forma eles se relacionam. Também estão indicados em vermelho, os campos referentes ao ano em que o equipamento passou por algum tipo de intervenção, conforme a linha do tempo apresentada anteriormente.

TABELA 1 – OCORRÊNCIAS TOTAIS NA ÁREA DE ESTUDO

	OCORRÊNCIAS TOTAIS											
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba*	89.075	124.263	127.492	125.880	125.438	129.084	129.296	133.667	128.538	120.048	113.922	105.041
Raio 1km	1.214	1.327	1.626	2.076	2.445	2.577	2.520	1.833	2.269	2.513	6.397	5.808
Perímetro	330	306	383	504	586	602	658	472	652	724	2.071	2.301
Cine Passeio	20	17	33	29	31	22	31	18	23	36	**76**	83
Eixo Barão Riachuelo	**22**	24	21	27	31	24	31	21	28	31	84	111
Paço Municipal	**79**	22	39	38	52	58	52	28	45	48	199	287
Praça de Bolso do Ciclista	52	68	69	**100**	139	**109**	191	133	132	165	383	394
Praça Tiradentes	157	175	221	**310**	333	389	353	272	424	444	1.329	1.426

* Dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná

FONTE: O autor (2021)

Para auxiliar a visualização do impacto das ocorrências, também foi desenvolvida a TABELA 2, a qual representa a variação dos números em relação ao ano anterior. Além disso, também está representada uma graduação de cores que indica, dentre os trechos analisados, os quais tiveram as maiores e menores variações. Dessa forma é possível perceber de maneira mais visual as alterações de cada área. No entanto, é importante observar que em alguns casos a variação pode não refletir uma real alteração, uma vez que em alguns casos os números são tão baixos – variando na casa das unidades –, que a variação não deve ser analisada

isoladamente, tanto na apresentação deste quanto dos outros dados que virão na sequência.

TABELA 2 – VARIAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS TOTAIS

OCORRÊNCIAS TOTAIS											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba*	40%	3%	-1%	0%	3%	0%	3%	-4%	-7%	-5%	-8%
Raio 1km	9%	23%	28%	18%	5%	-2%	-27%	24%	11%	155%	-9%
Perímetro	-7%	25%	32%	16%	3%	9%	-28%	38%	11%	186%	11%
Cine Passeio	-15%	94%	-12%	7%	-29%	41%	-42%	28%	57%	111%	9%
Eixo Barão Riachuelo	9%	-13%	29%	15%	-23%	29%	-32%	33%	11%	171%	32%
Paço Municipal	-72%	77%	-3%	37%	12%	-10%	-46%	61%	7%	315%	44%
Praça de Bolso do Ciclista	31%	1%	45%	39%	-22%	75%	-30%	-1%	25%	132%	3%
Praça Tiradentes	11%	26%	40%	7%	17%	-9%	-23%	56%	5%	199%	7%

* Dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná

FONTE: O autor (2021)

Uma informação importante que deve ser salientada e que valem para a análise destes dados quanto dos próximos, é que existem duas distorções observadas nos dados. A primeira ocorre em 2016, primeiro ano de mandato do atual prefeito de Curitiba, Rafael Greca. Considerando que os números obtidos através da SESP-PR não refletem esse mesmo cenário, é possível concluir que se trata de algo pontual na atuação da GMC naquele ano. Já a segunda distorção ocorre em sentido contrário, no ano de 2019. A partir desse ano o número de ocorrências disparou, sem, novamente, refletir o que apontavam os dados da SESP-PR. A explicação para essa última diferença nos dados, no entanto, parece estar relacionada à criação de uma nova equipe de atuação dentro da GMC e à contratação de novos policiais. É possível observar que a maior variação nesse ano se dá nas ocorrências relacionadas a Atitudes Suspeitas e Drogas, podendo indicar situações mais ostensivas de abordagens e não necessariamente mais ocorrências de fatos consumados atendidas.

Dando sequência aos resultados das Ocorrências Totais, analisando inicialmente o Eixo Barão-Riachuelo, o qual passou apenas por intervenções estéticas e voltadas à reestruturação do comércio em 2009, nos anos seguintes às melhorias, não foi possível observar nenhuma alteração significativa nem imediata nem de forma gradativa. O que se observou, no entanto, foi uma flutuação dos indicadores, hora

aumentando, hora reduzindo, podendo ser reflexo da dinâmica presente tanto no Centro quanto nas outras áreas e não da intervenção pela qual passou.

Ainda em 2009, ao ser feita a observação dos dados referentes ao projeto de revitalização do Paço Municipal e de seu entorno, fica evidente que inicialmente, nos primeiros anos, a redução do número de ocorrências atendidas foi drástica, passando de 79 em 2009 para 22 em 2010. Nos anos de 2011 e 2012 os números seguem baixos, apenas acompanhando a tendência do entorno. No entanto, a partir de 2012 os números passam por uma repentina alta, mas sem ainda atingir os patamares originais pré revitalização. A única correlação observada, porém, é a revitalização tanto da Rua São Francisco quanto da Praça Tiradentes, ocorridas ambas em 2012. Essas revitalizações nesses dois lugares, no entanto, não apresentaram nenhuma tendência que possa ser identificada, com exceção de um pico de ocorrências acima da média na Rua São Francisco no ano de 2013.

Já no ano de 2014, com a inauguração da Praça de Bolso do Ciclista, inicialmente observa-se uma redução de ocorrências no mesmo ano, passando de 139 em 2013 para 109 em 2014. No entanto, nos anos seguintes, esses valores sobem muito além da tendência observada no entorno e muito acima dos números anteriores, saindo dos mesmos 109 em 2014 para 191 em 2015, e mantendo números similares ao longo dos anos seguintes.

Por fim, no último equipamento observado, o Cine Passeio, após sua inauguração em 2019 teve o seu número de ocorrências atendidas aumentadas em mais de 100%. Apesar disso, considerando a distorção encontrada nos números em 2019, esse aumento, conforme mostra a TABELA 2, foi menor do que o dos outros trechos de análise, indicando, na verdade, tendências de manutenção ou redução desses indicadores. A partir de 2020 observa-se uma pequena alta, inclusive acima da tendência, mas, considerando o ano de 2020 um ano atípico devido às restrições do COVID19, não é possível fazer uma análise conclusiva dos reais impactos.

Posteriormente, os resultados são isolados apenas com as ocorrências relacionadas a Abordagens Sociais, conforme apresentados nas tabelas 3 e 4:

TABELA 3 – ABORDAGENS SOCIAIS NA ÁREA DE ESTUDO

Abordagem Social												
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba**	15.515	15.075	14.339	15.271	17.709	12.739	16.441	35.881	43.134	32.767	24.638	29.506
Curitiba	131	120	122	200	137	128	78	61	91	95	136	370
Raio 1km	34	37	34	64	34	24	17	10	21	10	8	70
Perímetro	6	5	5	13	3	3	3	5	4	2	1	6
Cine Passeio	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Eixo Barão Riachuelo	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
Paço Municipal	3	1	0	4	0	0	2	0	1	1	0	0
Praça de Bolso do Ciclista	1	0	2	2	2	0	0	2	1	0	0	1
Praça Tiradentes	2	1	3	7	0	3	1	2	2	1	1	4

** Dados do 156

FONTE: O autor (2021)

TABELA 4 – VARIAÇÕES NAS ABORDAGENS SOCIAIS

Abordagens Sociais											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba**	-3%	-5%	6%	16%	-28%	29%	118%	20%	-24%	-25%	20%
Curitiba	-8%	2%	64%	-32%	-7%	-39%	-22%	49%	4%	43%	172%
Raio 1km	9%	-8%	88%	-47%	-29%	-29%	-41%	110%	-52%	-20%	775%
Perímetro	-17%	0%	160%	-77%	0%	0%	67%	-20%	-50%	-50%	500%

** Dados do 156

FONTE: O autor (2021)

Para correlação e identificação das tendências, também estão indicados os dados da própria Guarda Municipal para toda a cidade de Curitiba, buscando estabelecer um comparativo quanto à capacidade de atendimento social por parte da GMC, além dos dados para toda a cidade do serviço de atendimento ao cidadão, o 156, os quais se mostraram como uma fonte mais robusta de dados a esse respeito. No entanto, como os dados do 156, por questões de privacidade, ocultam as informações dos atendimentos sociais, tais como o endereço, não é possível filtrar as ocorrências dentro do perímetro de estudo traçado, servindo apenas como comparativo geral. Quanto à tabela de variação anual das ocorrências, optou-se por apenas comparar os dados do perímetro como um todo, uma vez que os números muito baixos de atendimento em alguns dos equipamentos pode prejudicar a análise.

Portanto, quando é feita a análise das abordagens sociais como um todo, é possível perceber um pico de ocorrências no ano de 2012 seguido por uma brusca e constante redução nos números. O que se observa, dessa forma, é que após a intervenção na Praça Tiradentes o atendimento a ocorrências relacionadas a

abordagens sociais reduz em todo o perímetro e mantém uma variação abaixo daquela observada no entorno imediato e na cidade de Curitiba. No entanto, como o número atendido pela GMC para esse tipo de ocorrência é muito pequeno, não é possível obter nenhum resultado assertivo, informações complementares seriam necessárias para corroborar o impacto da intervenção na Praça Tiradentes com a redução da incidência de moradores de rua ou de abordagens sociais.

TABELA 5 – ATITUDES SUSPEITAS NA ÁREA DE ESTUDO

Atitudes suspeitas												
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Raio 1km	329	251	372	324	414	437	431	475	801	920	4.092	4.216
Perímetro	110	68	83	105	127	127	137	165	313	321	1.419	1.843
Cine Passeio	6	2	3	4	7	3	6	6	8	18	47	57
Eixo Barão Riachuelo	7	3	9	6	4	6	3	7	13	9	50	82
Paço Municipal	32	7	4	9	7	10	9	11	17	15	138	228
Praça de Bolso do Ciclista	17	14	16	17	24	23	34	40	67	61	262	331
Praça Tiradentes	48	42	51	69	85	85	85	101	208	218	922	1.145

FONTE: O autor (2021)

TABELA 6 – VARIAÇÕES NAS ATITUDES SUSPEITAS

Atitudes Suspeitas											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Raio 1km	-24%	48%	-13%	28%	6%	-1%	10%	69%	15%	345%	3%
Perímetro	-38%	22%	27%	21%	0%	8%	20%	90%	3%	342%	30%
Cine Passeio	-67%	50%	33%	75%	-57%	100%	0%	33%	125%	161%	21%
Eixo Barão Riachuelo	-57%	200%	-33%	-33%	50%	-50%	133%	86%	-31%	456%	64%
Paço Municipal	-78%	-43%	125%	-22%	43%	-10%	22%	55%	-12%	820%	65%
Praça de Bolso do Ciclista	-18%	14%	6%	41%	-4%	48%	18%	68%	-9%	330%	26%
Praça Tiradentes	-13%	21%	35%	23%	0%	0%	19%	106%	5%	323%	24%

FONTE: O autor (2021)

Na sequência, conforme apresentado nas tabelas

Atitudes suspeitas												
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Raio 1km	329	251	372	324	414	437	431	475	801	920	4.092	4.216
Perímetro	110	68	83	105	127	127	137	165	313	321	1.419	1.843
Cine Passeio	6	2	3	4	7	3	6	6	8	18	47	57
Eixo Barão Riachuelo	7	3	9	6	4	6	3	7	13	9	50	82
Paço Municipal	32	7	4	9	7	10	9	11	17	15	138	228
Praça de Bolso do Ciclista	17	14	16	17	24	23	34	40	67	61	262	331
Praça Tiradentes	48	42	51	69	85	85	85	101	208	218	922	1.145

5 e 6, a análise dos resultados é feita apenas com as ocorrências relacionadas a Atitudes Suspeitas. Quando observados inicialmente os dados após as intervenções

feitas no trecho do Eixo Barão-Riachuelo, em 2009, não foi possível perceber alterações significativas no trecho. No entanto, quando observado, a partir do mesmo ano, a região do Paço Municipal teve uma redução extremamente significativa, passando de 32 ocorrências em 2009 para 7 em 2010 e mantendo os números sempre nos mesmos patamares. A única alteração se dá a partir de 2019, quando ocorre um aumento significativo nas ocorrências, mas que pode ser justificada pela ação mais ostensiva da GMC a partir desse período.

Ao ser feita a análise da tendência das atitudes suspeitas no trecho da Praça Tiradentes, é possível observar que a partir da intervenção feita em 2012 não houve alterações nesse tipo de ocorrências, seguindo, de certa forma, uma tendência de crescimento, a qual pôde ser observada tanto no perímetro como um todo, quanto no raio de influência.

Já quando se observa as intervenções tanto da Praça de Bolso do Ciclista, quanto do Cine Passeio, percebe-se que após a inauguração desses equipamentos, as ocorrências de atitudes suspeitas tiveram um aumento. No caso da Praça de Bolso do Ciclista em 2014 a tendência crescente é nítida, no entanto, quando observado o Cine Passeio, devido a distorção observada em 2019, não é possível concluir de forma assertiva. Mesmo assim, quando observado por meio das variações anuais, os números do Cine Passeio nos anos de 2019 e 2020, em comparação às outras áreas, teve uma variação muito menor.

TABELA 7 – CRIME CONTRA A PESSOA NA ÁREA DE ESTUDO

	Contra a Pessoa											
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba*	26.730	40.003	42.833	43.670	41.094	39.534	38.329	37.322	38.696	37.269	38.934	32.915
Raio 1km	209	210	230	354	348	444	435	299	302	308	426	311
Perímetro	47	35	38	72	71	102	103	56	61	71	116	75
Cine Passeio	4	0	0	4	2	3	2	5	2	3	12	8
Eixo Barão Riachuelo	2	4	1	7	2	6	10	3	2	6	4	3
Paço Municipal	8	2	3	1	13	16	14	5	6	7	11	6
Praça de Bolso do Ciclista	10	8	10	16	12	16	24	10	9	9	10	10
Praça Tiradentes	23	21	24	44	42	61	53	33	42	46	79	48

* Dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná

FONTE: O autor (2021)

TABELA 8 – VARIAÇÃO DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Contra a Pessoa											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba*	50%	7%	2%	-6%	-4%	-3%	-3%	4%	-4%	4%	-15%
Raio 1km	0%	10%	54%	-2%	28%	-2%	-31%	1%	2%	38%	-27%
Perímetro	-26%	9%	89%	-1%	44%	1%	-46%	9%	16%	63%	-35%
Cine Passeio	-100%	0%	0%	-50%	50%	-33%	150%	-60%	50%	300%	-33%
Eixo Barão Riachuelo	100%	-75%	600%	-71%	200%	67%	-70%	-33%	200%	-33%	-25%
Paço Municipal	-75%	50%	-67%	1200%	23%	-13%	-64%	20%	17%	57%	-45%
Praça de Bolso do Ciclista	-20%	25%	60%	-25%	33%	50%	-58%	-10%	0%	11%	0%
Praça Tiradentes	-9%	14%	83%	-5%	45%	-13%	-38%	27%	10%	72%	-39%

* Dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná

FONTE: O autor (2021)

TABELA 9 – CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO NA ÁREA DE ESTUDO

Contra patrimônio												
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba*	62.345	84.260	84.659	82.210	84.344	89.550	90.967	96.345	89.842	82.779	74.988	72.126
Raio 1km	457	541	605	738	979	1.190	1.205	759	783	692	903	757
Perímetro	105	117	140	143	209	233	241	134	149	146	189	163
Cine Passeio	7	7	10	16	18	16	22	7	12	11	15	14
Eixo Barão Riachuelo	9	6	8	10	19	9	17	9	12	9	20	19
Paço Municipal	13	9	26	13	25	21	20	7	13	11	14	24
Praça de Bolso do Ciclista	11	25	24	23	48	58	56	39	27	25	26	23
Praça Tiradentes	65	70	72	81	99	129	126	72	85	90	114	83

* Dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná

FONTE: O autor (2021)

TABELA 10 – VARIAÇÃO DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Contra o Patrimônio											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba*	35%	0%	-3%	3%	6%	2%	6%	-7%	-8%	-9%	-4%
Raio 1km	18%	12%	22%	33%	22%	1%	-37%	3%	-12%	30%	-16%
Perímetro	11%	20%	2%	46%	11%	3%	-44%	11%	-2%	29%	-14%
Cine Passeio	0%	43%	60%	13%	-11%	38%	-68%	71%	-8%	36%	-7%
Eixo Barão Riachuelo	-33%	33%	25%	90%	-53%	89%	-47%	33%	-25%	122%	-5%
Paço Municipal	-31%	189%	-50%	92%	-16%	-5%	-65%	86%	-15%	27%	71%
Praça de Bolso do Ciclista	127%	-4%	-4%	109%	21%	-3%	-30%	-31%	-7%	4%	-12%
Praça Tiradentes	8%	3%	13%	22%	30%	-2%	-43%	18%	6%	27%	-27%

* Dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná

FONTE: O autor (2021)

TABELA 11 – CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A PESSOA NA ÁREA DE ESTUDO

Contra Patrimônio + Contra Pessoa												
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba*	89.075	124.263	127.492	125.880	125.438	129.084	129.296	133.667	128.538	120.048	113.922	105.041
Raio 1km	666	751	835	1.092	1.327	1.634	1.640	1.058	1.085	1.000	1.329	1.068
Perímetro	152	152	178	215	280	335	344	190	210	217	305	238
Cine Passeio	11	7	10	20	20	19	24	12	14	14	27	22
Eixo Barão Riachuelo	11	10	9	17	21	15	27	12	14	15	24	22
Paço Municipal	21	11	29	14	38	37	34	12	19	18	25	30
Praça de Bolso do Ciclista	21	33	34	39	60	74	80	49	36	34	36	33
Praça Tiradentes	88	91	96	125	141	190	179	105	127	136	193	131

* Dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná

FONTE: O autor (2021)

TABELA 12 – VARIAÇÃO DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA A PESSOA

Contra Patrimônio + Contra Pessoa											
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba*	40%	3%	-1%	0%	3%	0%	3%	-4%	-7%	-5%	-8%
Raio 1km	13%	11%	31%	22%	23%	0%	-35%	3%	-8%	33%	-20%
Perímetro	0%	17%	21%	30%	20%	3%	-45%	11%	3%	41%	-22%
Cine Passeio	-36%	43%	100%	0%	-5%	0%	0%	0%	0%	93%	-19%
Eixo Barão Riachuelo	-9%	-10%	89%	24%	-29%	80%	-56%	17%	7%	60%	-8%
Paço Municipal	-48%	164%	-52%	171%	-3%	-8%	-65%	58%	-5%	39%	20%
Praça de Bolso do Ciclista	57%	3%	15%	54%	23%	8%	-39%	-27%	-6%	6%	-8%
Praça Tiradentes	3%	5%	30%	13%	35%	-6%	-41%	21%	7%	42%	-32%

* Dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná

FONTE: O autor (2021)

Quando são observados apenas os crimes – tanto contra o patrimônio, quanto contra a pessoa –, é possível identificar de forma mais objetiva o quão atrativo um espaço é, e se estimula ou não a permanência de pessoas.

Considerando nos valores além dos crimes consumados também as tentativas, as tabelas 7, 8, 9, 10, 11 e 12 mostram que em 2009, após a intervenção do setor do Eixo Barão Riachuelo, inicialmente houve uma redução do número de ocorrências, as quais passam a aumentar após 2012, coincidindo com a intervenção na Praça Tiradentes. No ano seguinte, os números diminuem, mas voltam a subir após 2014, ano de inauguração da praça de bolso do ciclista. A partir daí as ocorrências passam a reduzir gradativamente, se mantendo em patamares baixos. Esse mesmo

padrão de oscilação também pôde ser observado após a intervenção do Paço Municipal, também em 2009. No entanto, um pico significativo de ocorrências acontece em 2011, com valores maiores do que antes da intervenção, aparentemente não relacionados com nenhum marco identificado na pesquisa.

Já após as intervenções na Rua São Francisco e na Praça Tiradentes, em 2012, a quantidade de ocorrências observadas teve um aumento significativo ainda no primeiro ano, reduzindo apenas após 2014, ano que coincide com a inauguração da Praça de Bolso do Ciclista. Essa – a Praça de Bolso do Ciclista –, por sua vez, observou um aumento inicial em sua inauguração, em 2014, mas passou a manter números mais baixos a partir de 2016.

Analisando, então, a intervenção no Cine Passeio, feita em 2019, percebe-se uma alta nas ocorrências no ano de entrega, a qual deixa de ocorrer no ano seguinte, indicando, inclusive, uma redução acima da média em relação às outras áreas. No entanto, como têm-se a atipicidade do ano de 2020 além da falta de dados posteriores, os resultados devem ser analisados com cautela, observando esses aspectos.

Uma observação a ser feita é que, foi também possível observar que, ao longo dos anos, as áreas que mais concentraram aumentos de Crimes Contra a Pessoa foram as do Eixo Barão-Riachuelo e do Paço Municipal, reduzindo seus números apenas após 2016 e se mantendo abaixo da média. No entanto, não é possível confirmar essa piora dos indicadores nessas áreas entre 2009 e 2016, uma vez que, apesar de altas variações, os números em si sempre foram baixos e menores do que em outras áreas.

Por fim, analisando separadamente os crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, observam-se fenômenos inversos – enquanto nos anos de inauguração os crimes contra a pessoa sofrem um aumento maior do que o das áreas vizinhas, com os crimes contra o patrimônio o aposto ocorre, quando a variação das ocorrências se mostra menor do que em outras áreas. Uma última coisa a se observar, porém, é que a partir de 2017 houve uma redução geral em números absolutos dos crimes contra o patrimônio. Considerando que os dados da SESP-PR apresentam o mesmo fenômeno, essa mesma redução dentro da área de estudo reflete a situação da cidade como um todo e reforça a identificação das tendências comuns entre os dados.

TABELA 13 – OCORRÊNCIAS COM DROGAS NA ÁREA DE ESTUDO

	Drogas											
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba*				2.532	2.708	3.155	3.796	3.560	4.289	5.058	5.005	5.290
Raio 1km	185	288	385	596	670	482	432	290	362	583	968	454
Perímetro	62	81	117	171	176	137	174	112	125	184	346	214
Cine Passeio	3	6	20	5	4	0	1	0	1	4	2	3
Eixo Barão Riachuelo	4	10	3	4	5	3	1	1	1	7	10	7
Paço Municipal	23	3	6	11	7	11	7	5	8	14	36	29
Praça de Bolso do Ciclista	13	21	17	42	53	12	77	42	28	70	85	29
Praça Tiradentes	19	41	71	109	107	111	88	64	87	89	213	146

* Dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná

FONTE: O autor (2021)

TABELA 14 – VARIAÇÃO DAS OCORRÊNCIAS COM DROGAS

	Drogas									
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Curitiba*	0%	0%	0%	7%	17%	20%	-6%	20%	18%	-1%	6%
Raio 1km	56%	34%	55%	12%	-28%	-10%	-33%	25%	61%	66%	-53%
Perímetro	31%	44%	46%	3%	-22%	27%	-36%	12%	47%	88%	-38%
Cine Passeio	100%	233%	-75%	-20%	-100%	0%	0%	0%	300%	-50%	50%
Eixo Barão Riachuelo	150%	-70%	33%	25%	-40%	-67%	0%	0%	600%	43%	-30%
Paço Municipal	-87%	100%	83%	-36%	57%	-36%	-29%	60%	75%	157%	-19%
Praça de Bolso do Ciclista	62%	-19%	147%	26%	-77%	542%	-45%	-33%	150%	21%	-66%
Praça Tiradentes	116%	73%	54%	-2%	4%	-21%	-27%	36%	2%	139%	-31%

* Dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná

FONTE: O autor (2021)

Finalmente, ao observarmos os dados das ocorrências relacionadas a drogas, é possível identificar dinâmicas bem peculiares alinhadas com as intervenções. Inicialmente, em 2009 com a intervenção na Riachuelo, com exceção de um pico em 2010, os números sempre se mantiveram em um mesmo patamar, sem parecer sofrer influência do seu próprio, ou de outros, processos de intervenção. No entanto, o mesmo não ocorre no Paço Municipal, que após a sua inauguração, também em 2009, teve uma redução drástica nos números e se manteve com valores baixos mesmo nos anos seguintes.

Já após a revitalização da Rua São Francisco e da Praça Tiradentes em 2012, não foi possível perceber nenhuma alteração no padrão de ocorrências. Porém após

2014, com a inauguração da Praça de Bolso do Ciclista o número de ocorrências diminuiu e passou a se manter nos mesmos patamares. É importante observar que, após a inauguração da Praça de Bolso do Ciclista, enquanto os números de ocorrências com drogas aumentavam drasticamente na própria praça, era reduzido nos demais equipamentos. Ou seja, os números parem ter se concentrados naquele setor, mantendo mais baixos os valores em outras áreas.

Tendo apresentado, por tanto, os resultados brutos das ocorrências e buscado identificar todas as peculiaridades e relações envolvidas entre os dados, na sequência, dentro das Considerações Finais, será feita uma análise do que podem significar os dados e quais os efeitos práticos de cada tipo de intervenção. Dessa forma, para auxílio tanto na leitura dos resultados quanto das suas implicações, estão disponibilizados dentro do apêndice deste trabalho mapas com a espacialização dos dados utilizados, podendo facilitar na compreensão das dinâmicas e do movimento que ocorre ao longo dos anos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao traçar o paralelo entre o resultado final apresentado com a discussão teórica feita no início do trabalho, é possível perceber que diversos dos fenômenos abordados pelos autores inseridos no texto puderam ser observados no cenário da pesquisa. A própria problemática do estudo de caso tem início nos processos de centralização e descentralização, os quais facilitaram o desenvolvimento de áreas degradadas e subutilizadas. Dessa forma, se mostrou importante compreender a lógica com que se deu – e ainda se dá – o processo de intervenção na malha urbana, quais pontos são privilegiados e qual estratégia é predominantemente traçada.

A discussão feita sobre os processos de intervenção e as próprias ações pensadas para a cidade Curitiba, dessa forma, mostram que a forma de intervir, não raramente, ignora os contextos específicos do local. Assim, o foco dessas intervenções é o desenvolvimento de regiões ou equipamentos isolados na malha central, cujas áreas têm seu aspecto estético ou econômico como principal diferencial, conforme discutido anteriormente no trabalho. Essa abordagem, portanto, pelo menos nas áreas inseridas na pesquisa, pôde ser validada através dos dados coletados e apresentados no capítulo anterior e que serão analisados na sequência.

No entanto, antes de dar continuidade às considerações finais, mesmo já sendo abordado de forma superficial juntamente com os resultados, cabe reforçar aqui as distorções e possíveis pontos fracos nos resultados apresentados no capítulo anterior. Primeiramente, quanto às distorções, puderam ser observadas duas principais – uma em 2016, na qual o número de ocorrências sofreu uma considerável queda; e outra em 2019, quando o exato oposto acontece e se observa um aumento expressivo nos números. As possíveis correlações observadas nesses períodos e que justificam de maneira satisfatória as distorções são, em 2016, o primeiro ano de mandato do prefeito Rafael Greca e, em 2019, a criação de uma nova equipe dentro da Guarda Municipal de Curitiba e a efetivação de novos policiais aprovados em concurso público.

Quanto à primeira distorção, a de 2016, o fato de que coincide com o primeiro ano de mandato do prefeito Rafael Greca pode indicar tanto um cenário de um novo direcionamento na atuação da GMC, o que de fato teria reduzido o número de ocorrências, quanto o extremo oposto, um descaso maior e falta de apoio operacional, reduzindo a atuação da Guarda e, consequentemente, empurrando os indicadores para baixo. Como as variações, mesmo perceptíveis, não foram tão expressivas, não é possível traçar um comparativo entre os números da GMC e os da Secretaria de Segurança Pública do Paraná e identificar se de fato houve uma redução nos crimes, por exemplo.

Já a segunda distorção observada, em 2019, é um pouco mais expressiva e de fato parece indicar uma ação mais ostensiva por parte da Guarda Municipal. Enquanto o número de atendimento a ocorrências da GMC disparava, esse mesmo movimento não foi observado nos dados da SESP-PR. Ou seja, tudo indica que as alterações organizacionais da Guarda feitas naquele ano levaram a um número maior de abordagens. Um dado que se deve ter atenção, no entanto, é que os números que tiveram o maior incremento foram os relacionados a abordagens de atitudes suspeitas e casos envolvendo drogas, o que indica, provavelmente, uma metodologia de abordagem mais preventiva e não pautada apenas pelos chamados.

Também é importante comentar algumas informações que podem interferir na leitura dos dados. Os dados passados pela Guarda Municipal de localização das ocorrências, nem sempre forneciam com exatidão o endereço ou equipamento em que a ação da GMC de fato aconteceu, fazendo com que fosse impossível georreferenciar com precisão esse tipo de ocorrência. No entanto, foi possível fazer a

inserção desses dados dentro de um certo raio de influência que permitisse a análise dentro dos parâmetros propostos pela pesquisa. Outra constatação importante diz respeito à atuação a Guarda Municipal em si. Considerando que os dados utilizados aqui trazem apenas ocorrências da força municipal, essas informações não podem ser observadas como indicadores de violência ou criminalidade nos pontos de estudo. Da forma com que foram aplicados, esses dados apenas revelam a alteração das tendências dentro do padrão de atendimento da GMC. Por tanto, para que fosse possível realizar um comparativo e uma contextualização mais clara, foram trazidos para a análise de dados também os dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, permitindo observar as reais tendências de criminalidade no período de análise.

Quanto aos dados em si, foi possível observar alguns padrões que permitem uma certa análise. Primeiramente, de forma geral, ao observar o número total de ocorrências, observa-se que intervenções focadas apenas no aspecto estético – como foi o caso da intervenção no eixo barão-riachuelo, por exemplo – não causaram impacto nos números. Apenas intervenções mais abrangentes, que consideram a utilização dos espaços e toda a dinâmica da área, é que têm como resultado imediato efeitos mais positivos, no entanto, sem garantir a manutenção dessa melhoria. Um exemplo desse tipo de intervenção de maior impacto foi a feita no Paço Municipal e no seu entorno. Enquanto na área de abrangência da pesquisa o número de ocorrências crescia, o trecho do Paço teve uma queda considerável nos números, se diferenciando positivamente das demais áreas.

Efeitos indesejados também puderam ser observados em alguns dos trechos. É o caso da Praça de Bolso do Ciclista, que, inicialmente, teve indicadores promissores, reduzindo no primeiro ano drasticamente o número de ocorrências, mas que, ao atrair uma grande quantidade de frequentadores, passou a atrair também as problemáticas observadas na pesquisa, como é o caso das ocorrências relacionadas a drogas, as quais em certo momento passaram a diminuir nos outros pontos da área de estudo e se concentraram em maior intensidade ao redor da Praça de Bolso. No entanto, os números indicam que após esse aumento inicial indesejado no número de ocorrência, aos poucos é possível perceber os efeitos positivos da intervenção, chegando a números satisfatórios e que indicam, de certa forma, um sucesso pontual. Dessa forma, levando em conta as intervenções pontuais, concentradas apenas no equipamento em si e que inicialmente parecem atrair casos de crimes, como foi o

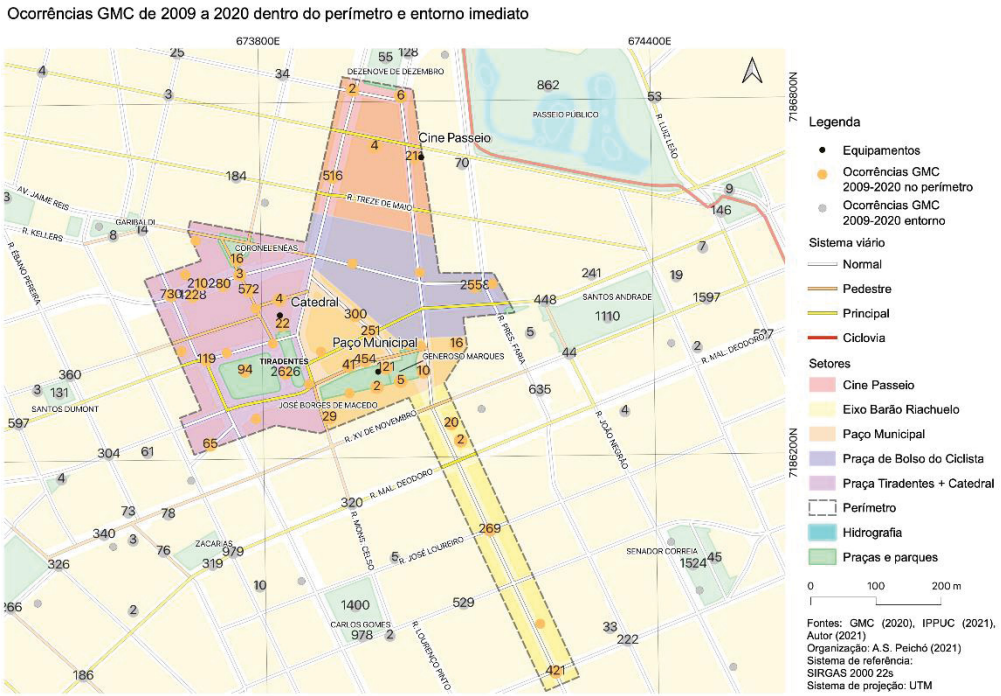
caso, além da Praça de Bolso do Ciclista, do Cine Passeio, por serem intervenções que atraem uma grande quantidade de frequentadores, é perceptível que criam oportunidade para crimes contra a pessoa, mas que, como já abordado, tendem a diminuir a partir do momento que o equipamento se consolida.

Outro ponto importante a ser comentado, é sobre a influência das intervenções nas áreas contíguas às de influência do equipamento. Em praticamente todos os casos observados, foi possível perceber – em maior ou menor intensidade – algum tipo de influência nos números das demais áreas. No entanto, esses números podem tanto ser positivos, impactando na redução dos ocorrências nas áreas vizinhas, quanto negativos, fazendo com que um foco específico de fatores negativos migre entre regiões.

Portanto, a conclusão geral que se tem da análise dos resultados é que, os processos de intervenção que têm como foco unicamente um equipamento, tratado de forma isolada, tendem a fracassar. É necessário que se crie movimento, diversidade e permanência. A partir do momento em que as áreas são tratadas em conjunto, a quantidade de indicadores que representam degradação também reduz. No entanto, é importante também observar que, da mesma forma que as intervenções têm a capacidade de influenciar de forma positiva seu entorno, também conseguem ter um efeito negativo e absorver características capazes de repelir o uso e a permanência. O planejamento para intervir, dessa forma, deve ser pensado de maneira global, sem que o foco seja direcionado apenas a melhorias estéticas ou apenas em um equipamento. É necessário observar toda a dinâmica da área, intervindo também no entorno, nos demais equipamentos, no comércio, nos serviços e em tudo mais que caracterize aquele trecho. A cidade deve ser democrática, não deve excluir ou limitar seu uso, e deve convidar todos a irem, ficarem e vivenciar o espaço urbano.

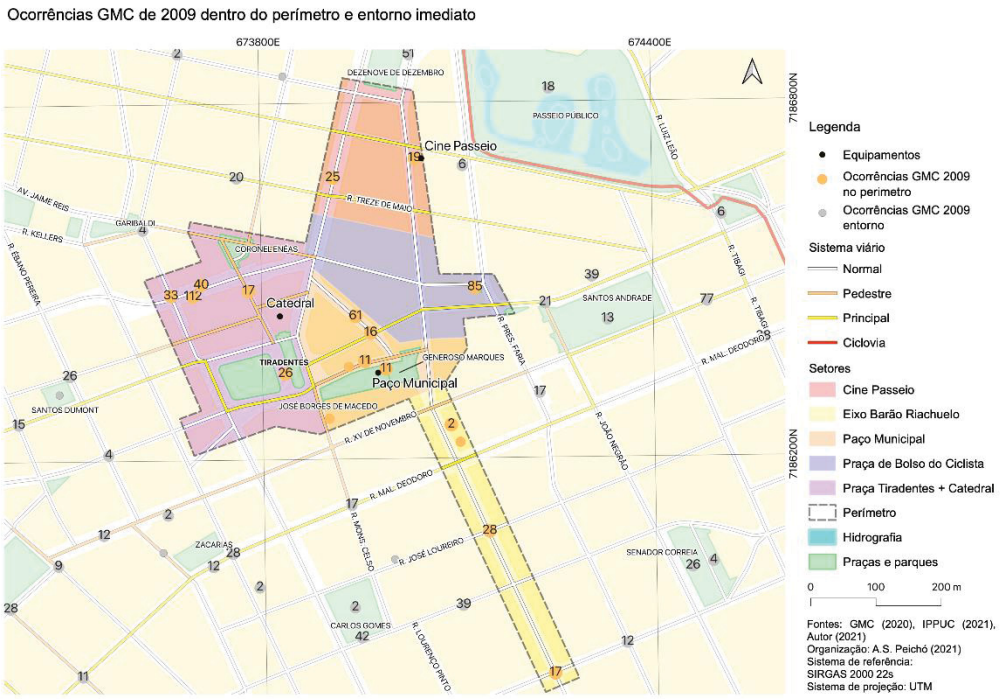
APÊNDICE I - MAPAS DAS OCORRÊNCIAS REGISTRADAS

MAPA 4 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 A 2020 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS



FONTE: O autor (2021)

MAPA 5 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS



FONTE: O autor (2021)

MAPA 6 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 NO SETOR CINE PASSEIO



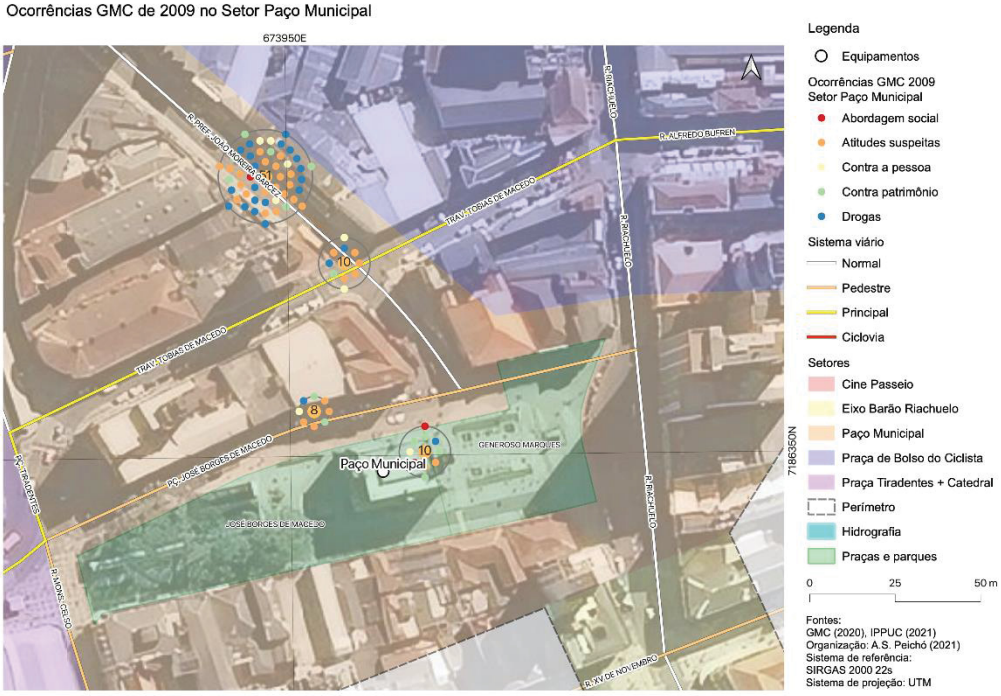
FONTE: O autor (2021)

MAPA 7 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO



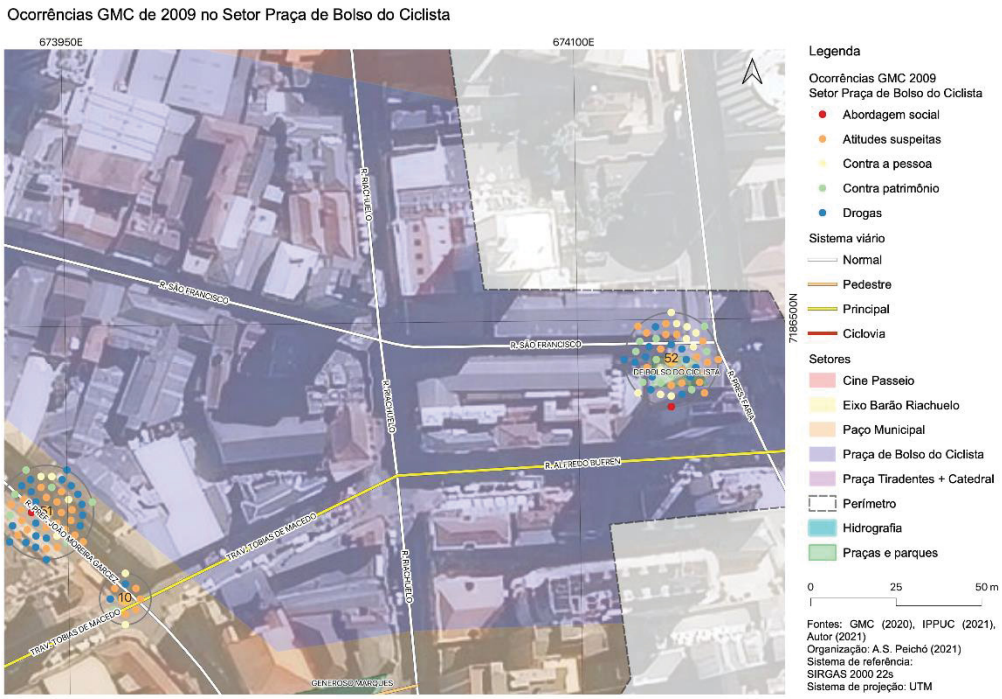
FONTE: O autor (2021)

MAPA 8 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL



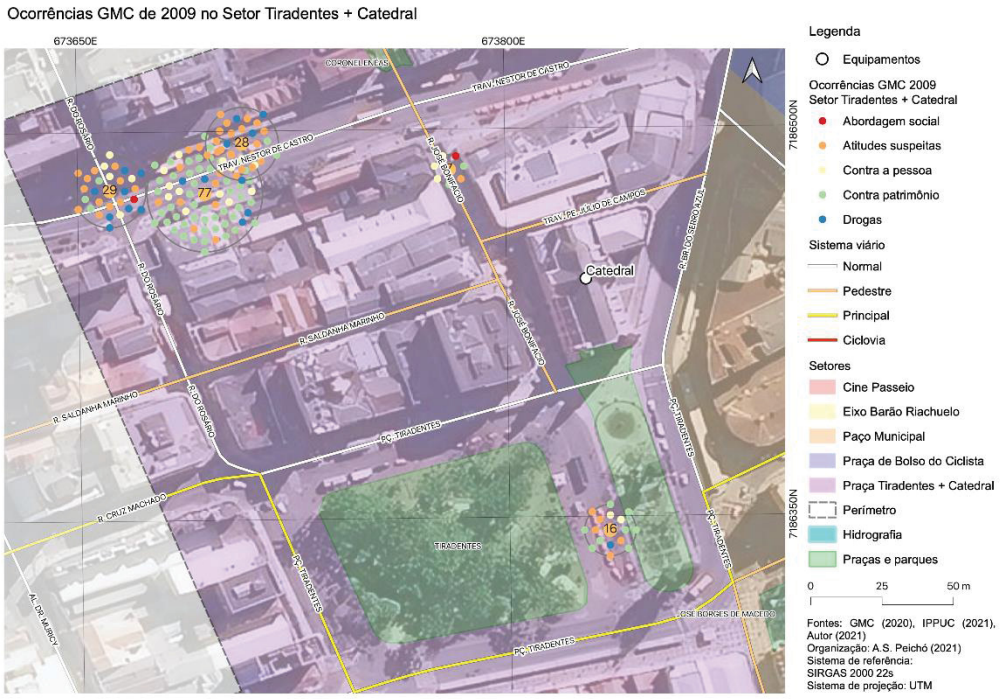
FONTE: O autor (2021).

MAPA 9 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



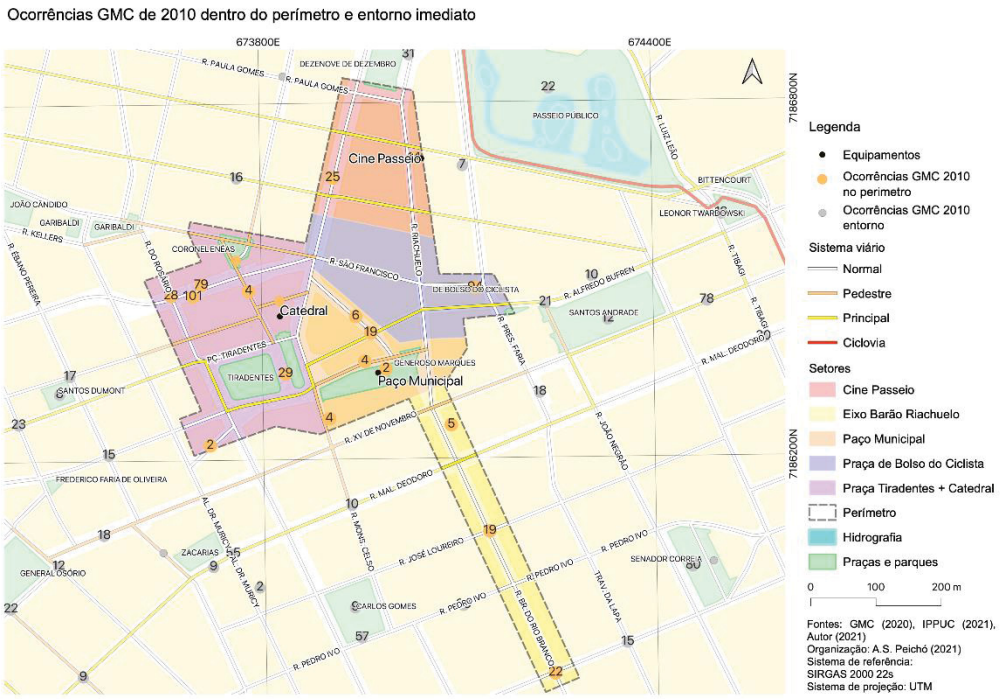
FONTE: O autor (2021).

MAPA 10 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2009 NO SETOR TIRADENTES



FONTE: O autor (2021).

MAPA 11 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO



FONTE: O autor (2021).

MAPA 12 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 NO SETOR CINE PASSEIO



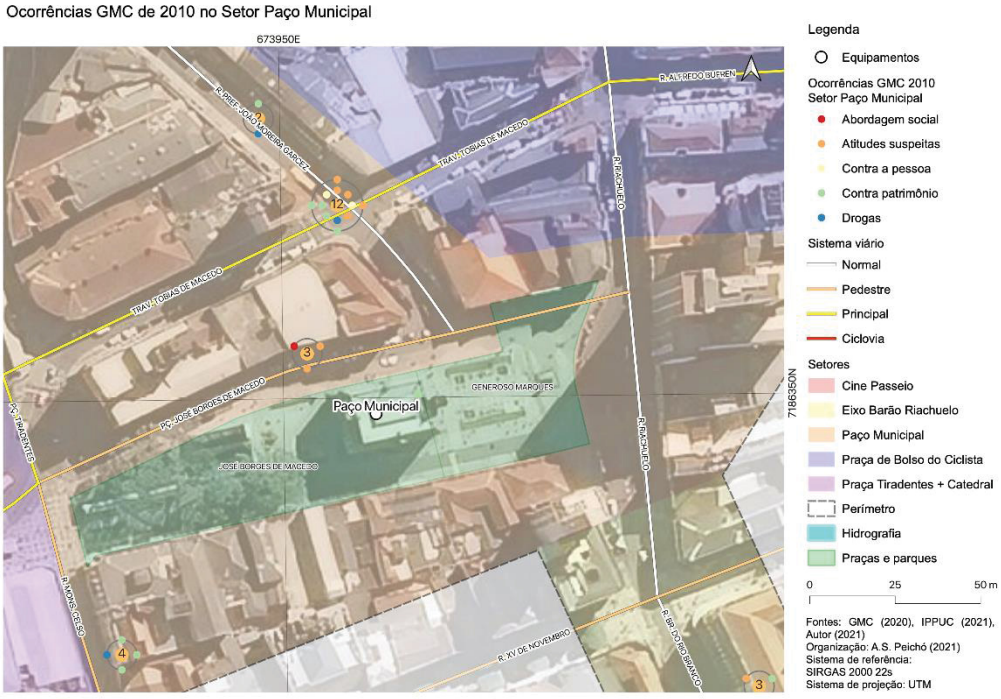
FONTE: O autor (2021).

MAPA 13 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 NO EIXO BARÃO RIACHUELO



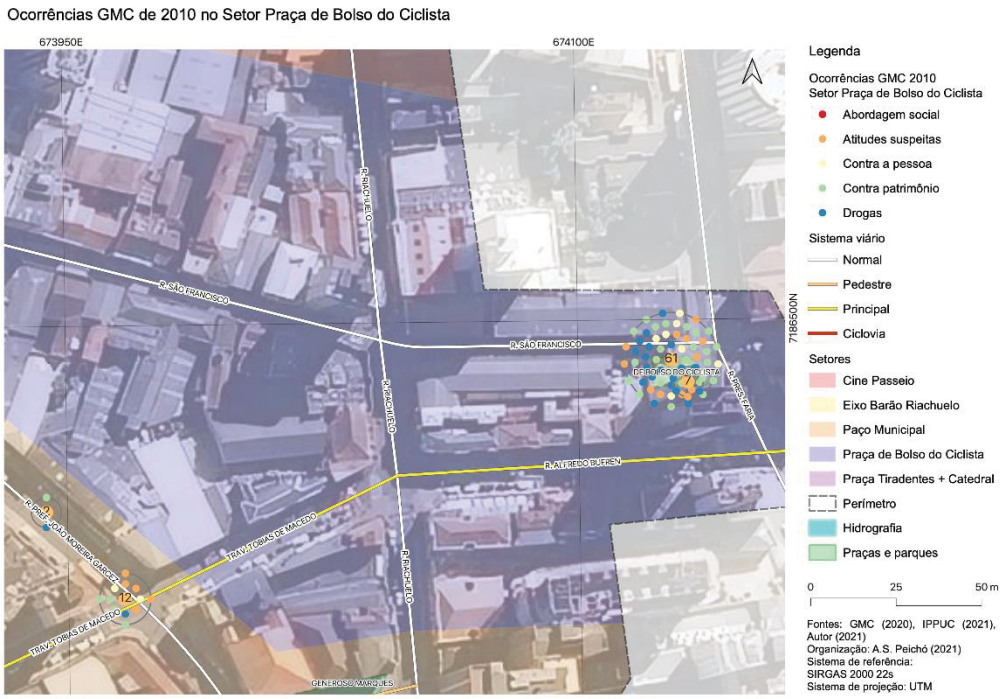
FONTE: O autor (2021).

MAPA 14 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL



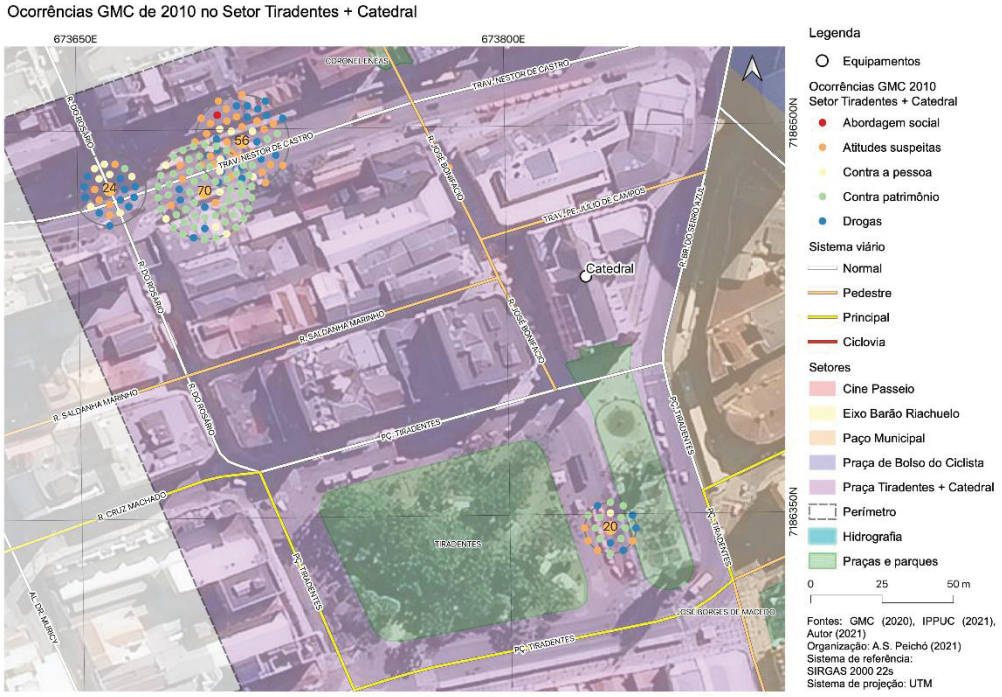
FONTE: O autor (2021).

MAPA 15 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



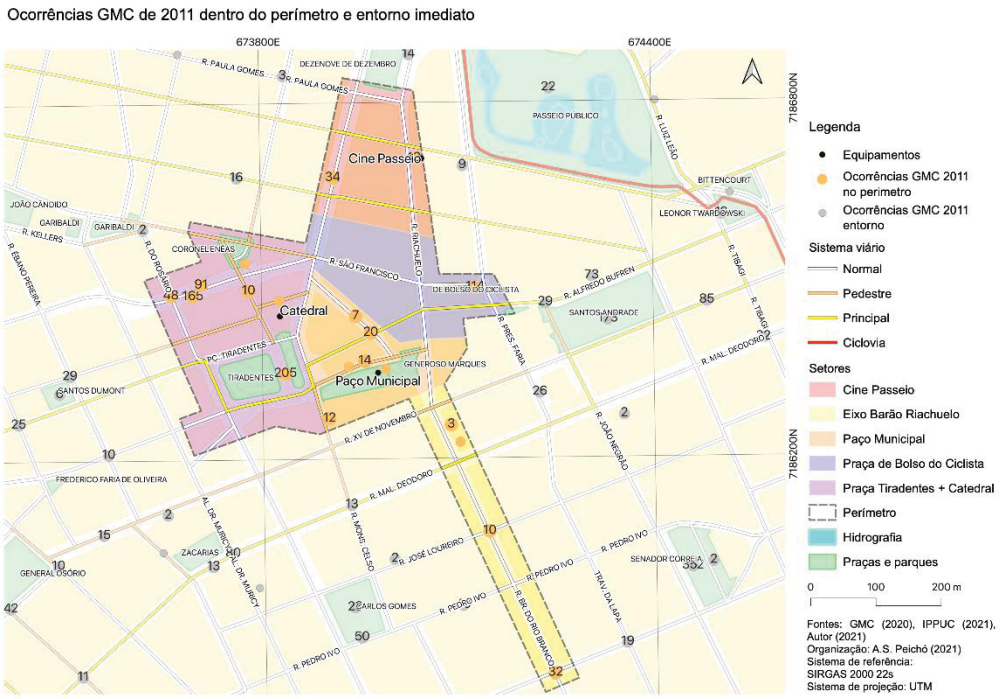
FONTE: O autor (2021).

MAPA 16 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2010 NO SETOR TIRADENTES



FONTE: O autor (2021).

MAPA 17 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS



FONTE: O autor (2021).

MAPA 18 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 NO SETOR CINE PASSEIO



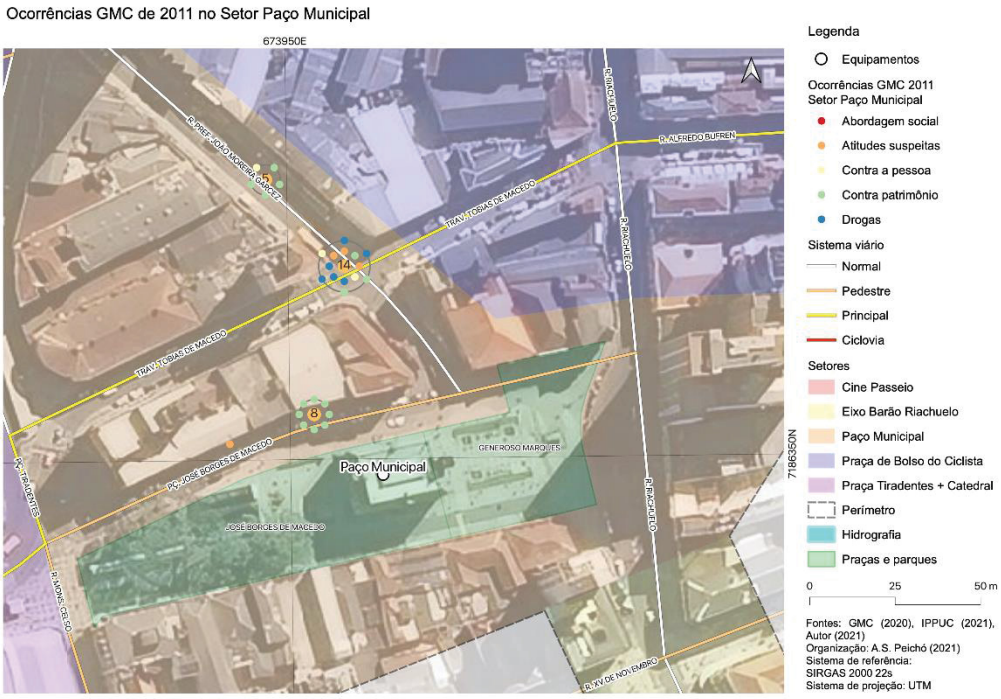
FONTE: O autor (2021).

MAPA 19 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO



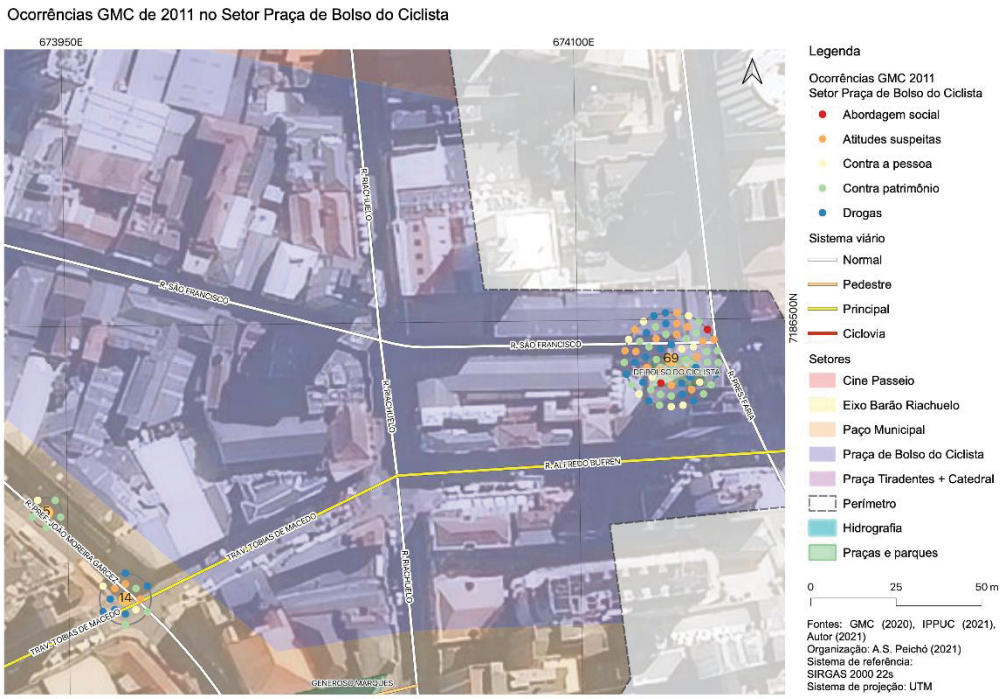
FONTE: O autor (2021).

MAPA 20 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL



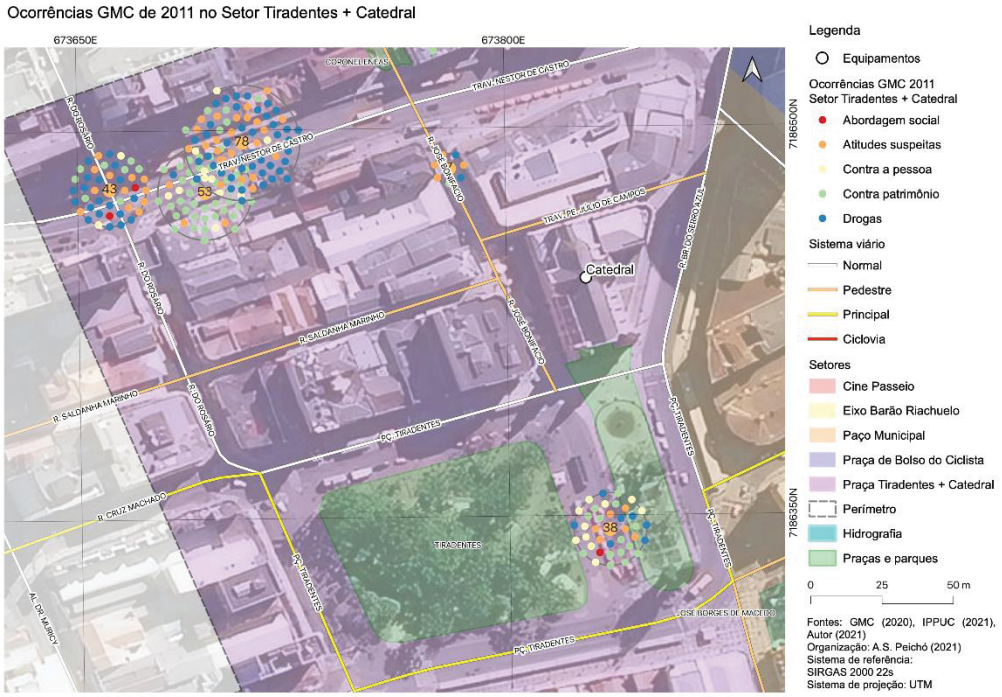
FONTE: O autor (2021).

MAPA 21 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



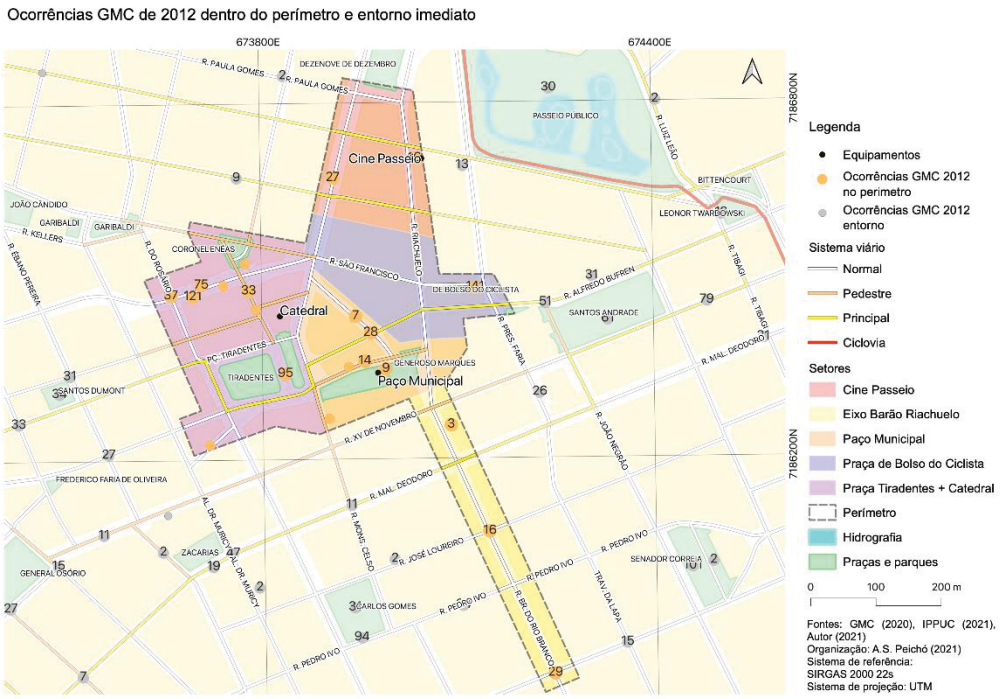
FONTE: O autor (2021).

MAPA 22 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2011 NO SETOR TIRADENTES



FONTE: O autor (2021).

MAPA 23 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO



FONTE: O autor (2021).

MAPA 24 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 NO SETOR CINE PASSEIO



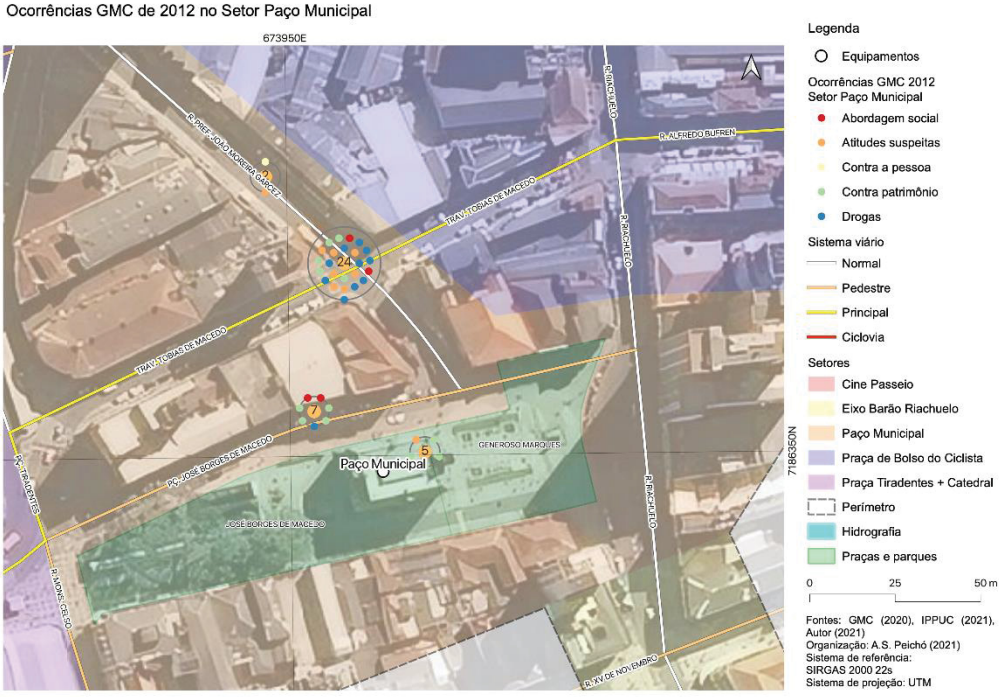
FONTE: O autor (2021).

MAPA 25 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO



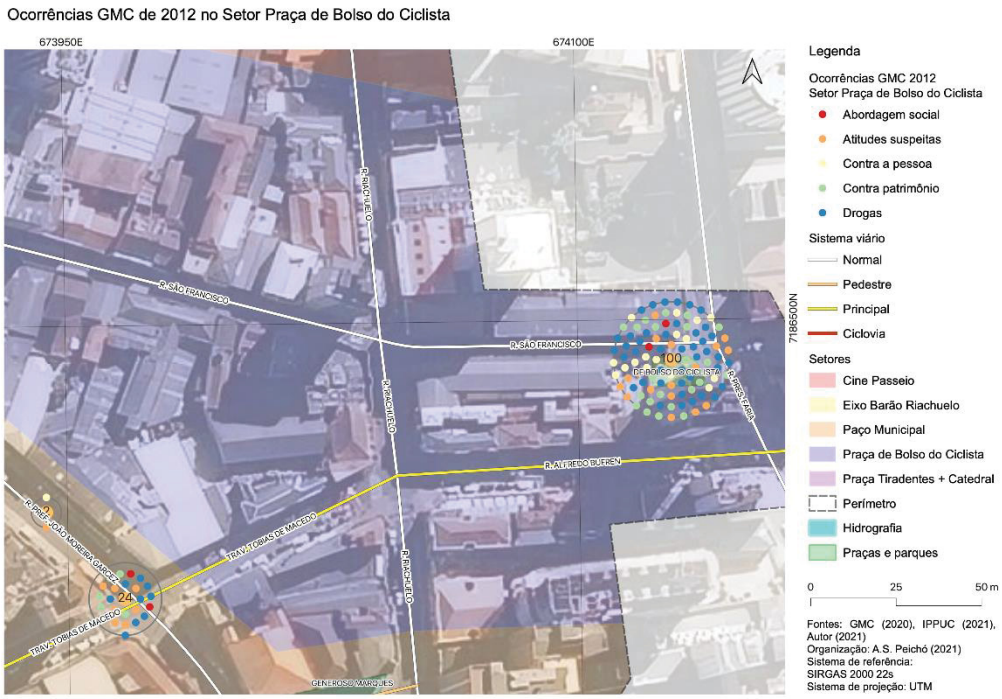
FONTE: O autor (2021).

MAPA 26 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL



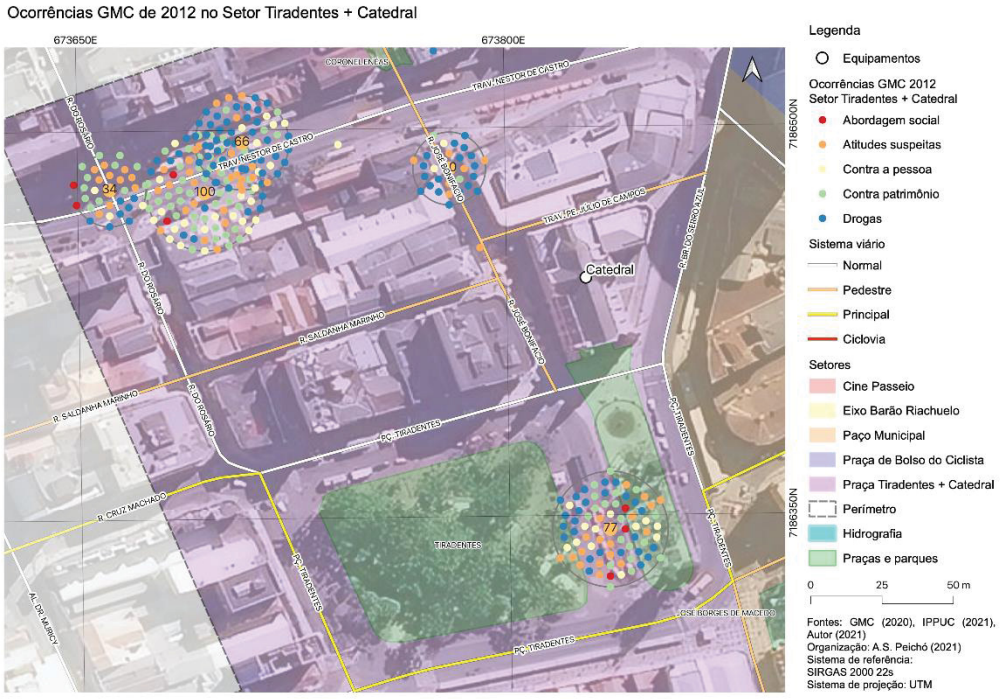
FONTE: O autor (2021).

MAPA 27 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



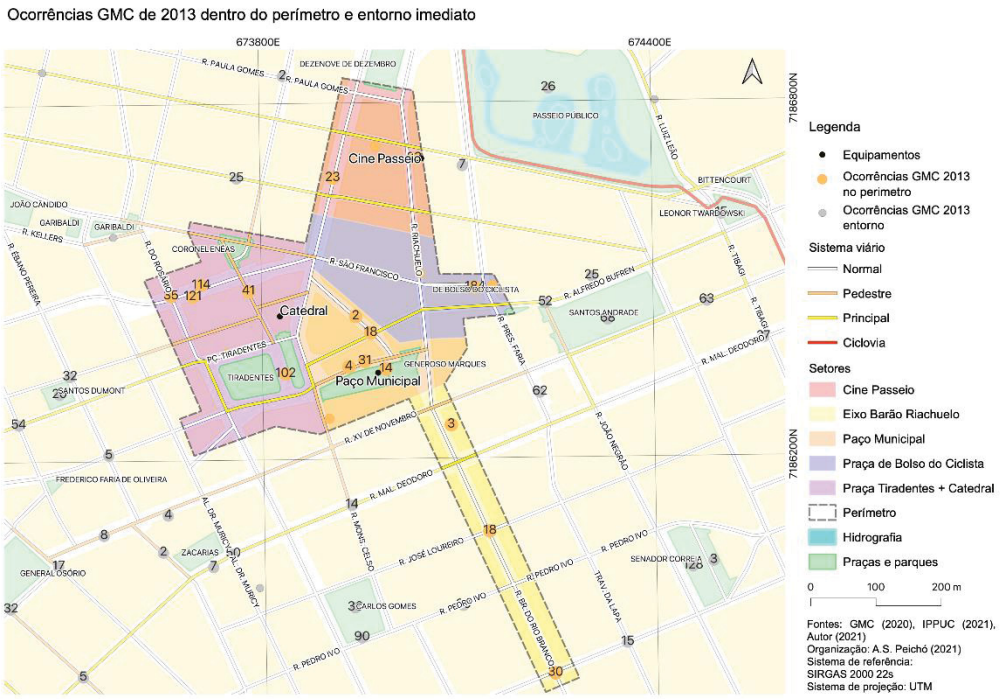
FONTE: O autor (2021).

MAPA 28 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2012 NO SETOR TIRADENTES



FONTE: O autor (2021).

MAPA 29 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS



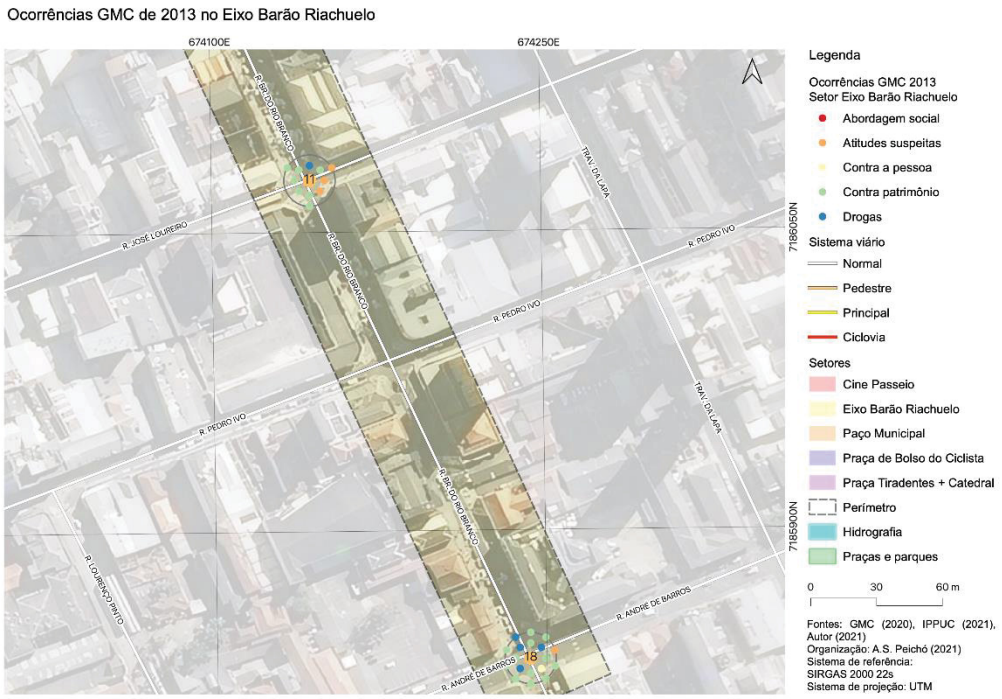
FONTE: O autor (2021).

MAPA 30 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 NO SETOR CINE PASSEIO



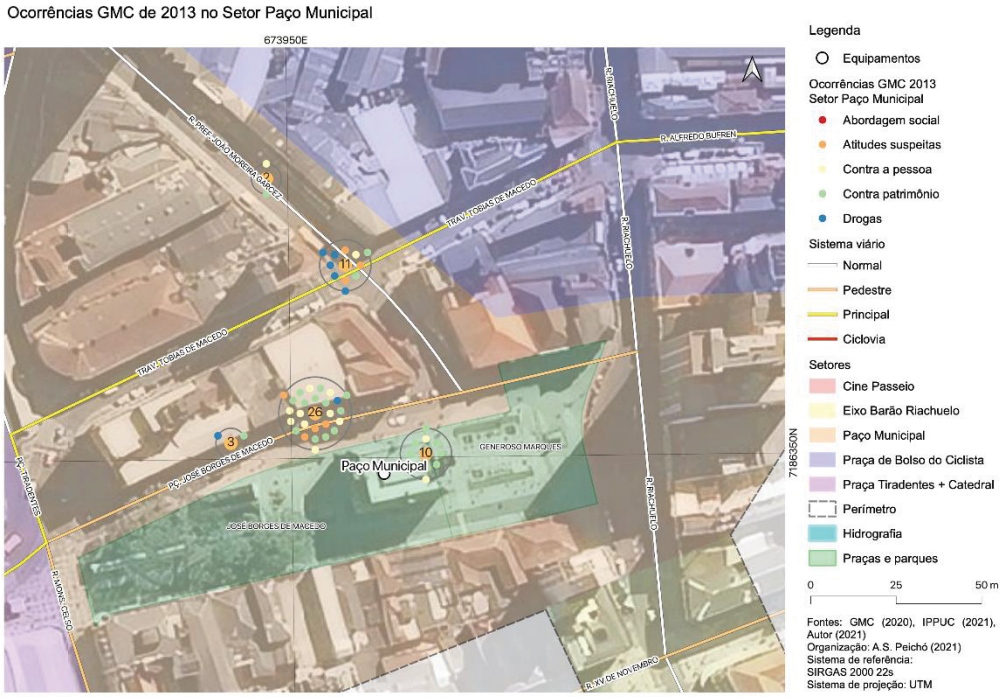
FONTE: O autor (2021).

MAPA 31 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO



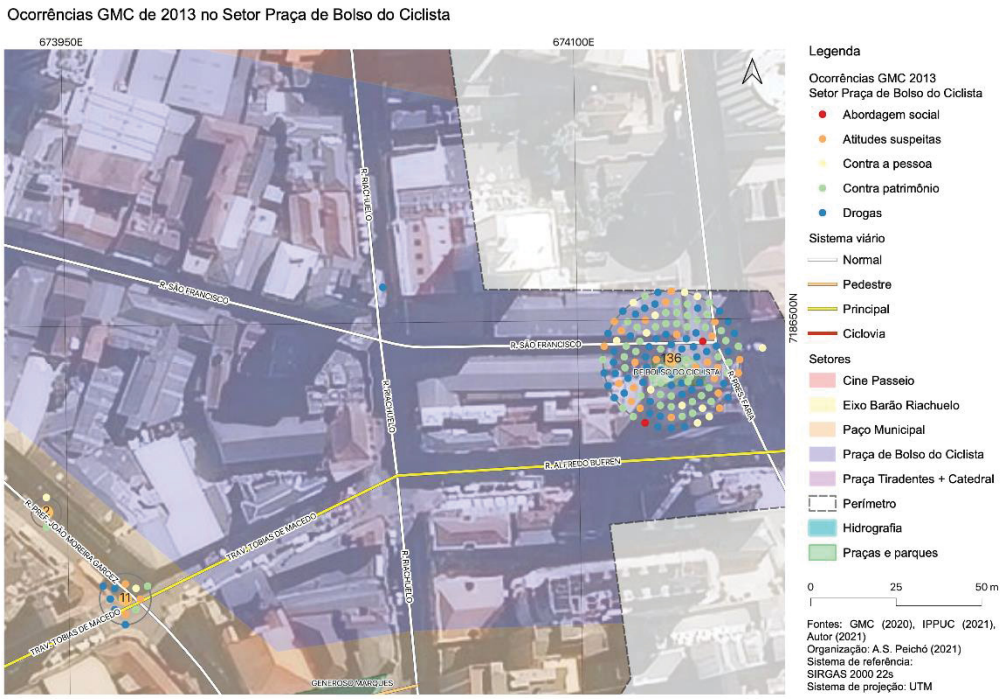
FONTE: O autor (2021).

MAPA 32 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL



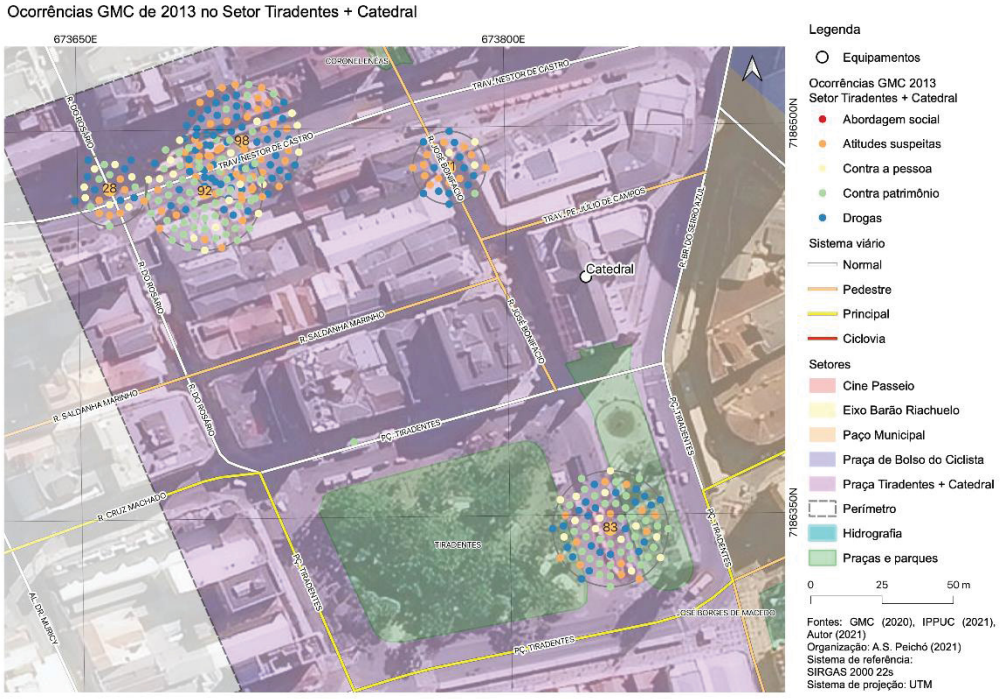
FONTE: O autor (2021).

MAPA 33 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



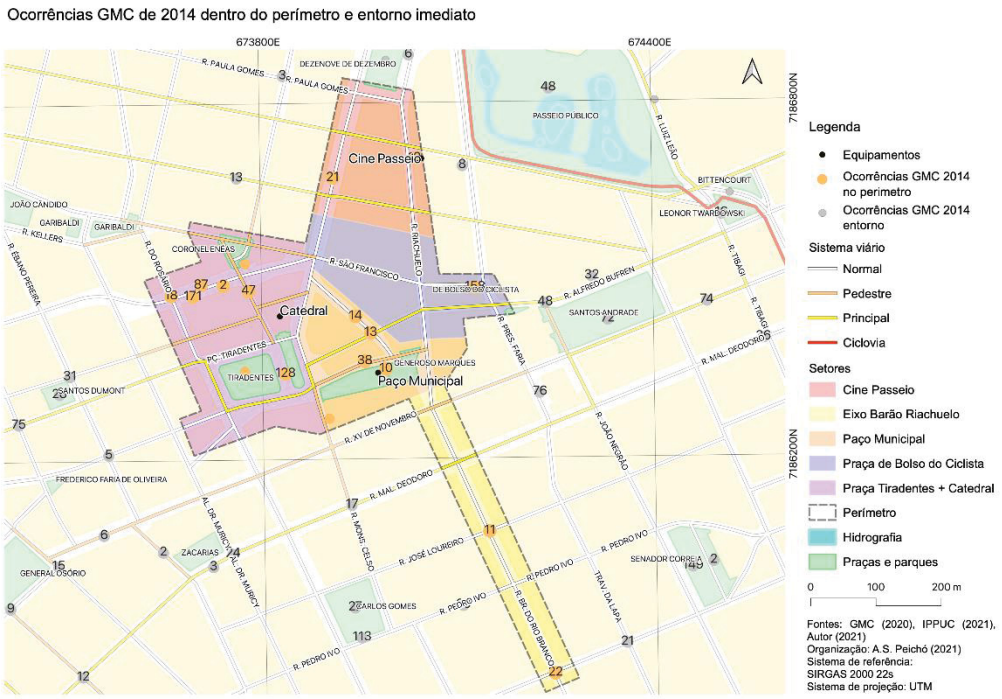
FONTE: O autor (2021).

MAPA 34 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2013 NO SETOR TIRADENTES



FONTE: O autor (2021).

MAPA 35 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO



FONTE: O autor (2021).

MAPA 36 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 NO SETOR CINE PASSEIO



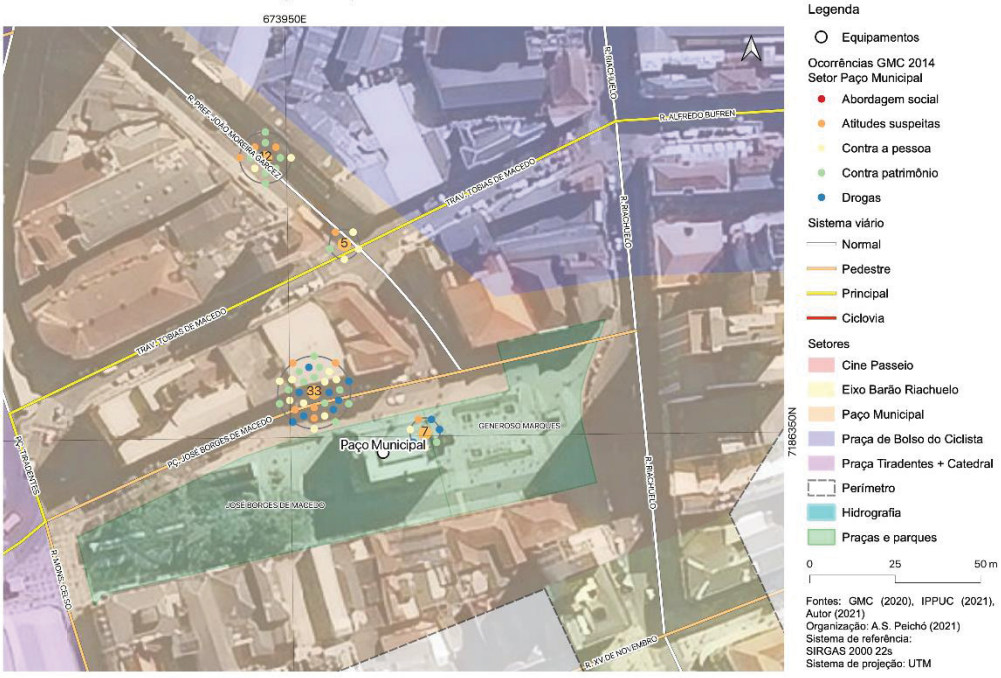
FONTE: O autor (2021).

MAPA 37 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO



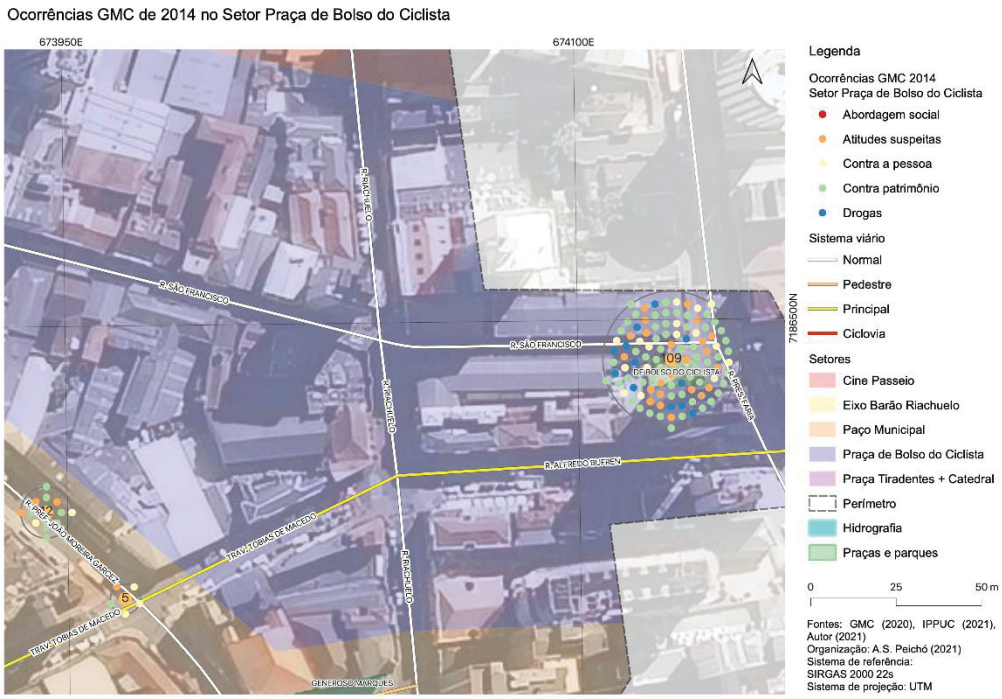
FONTE: O autor (2021).

MAPA 38 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL



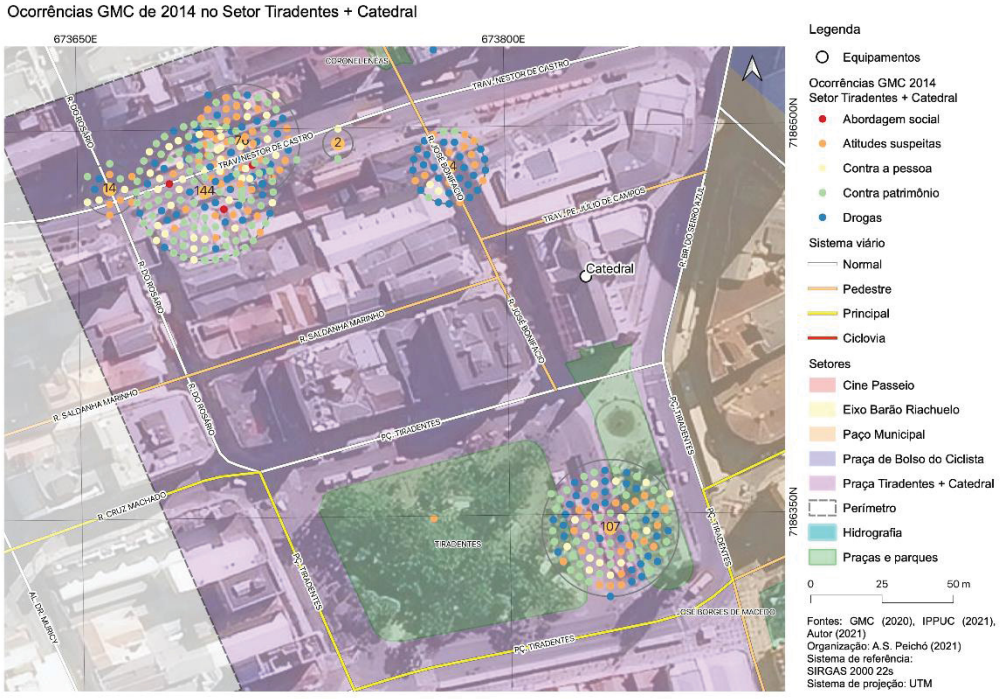
FONTE: O autor (2021).

MAPA 39 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



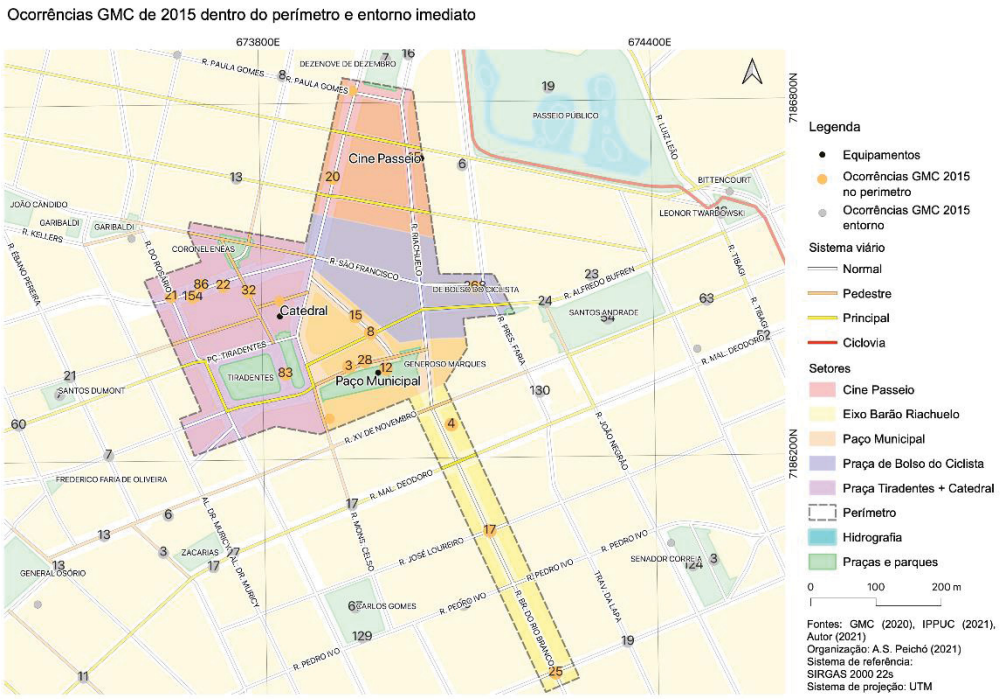
FONTE: O autor (2021).

MAPA 40 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2014 NO SETOR TIRADENTES



FONTE: O autor (2021).

MAPA 41 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS



FONTE: O autor (2021).

MAPA 42 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 NO SETOR CINE PASSEIO



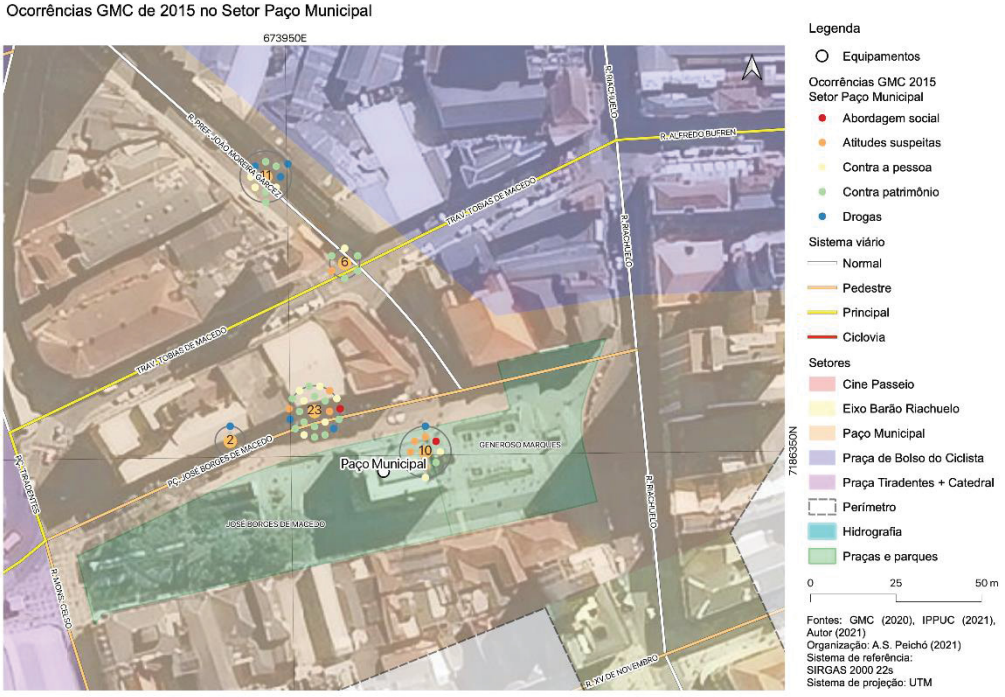
FONTE: O autor (2021).

MAPA 43 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO



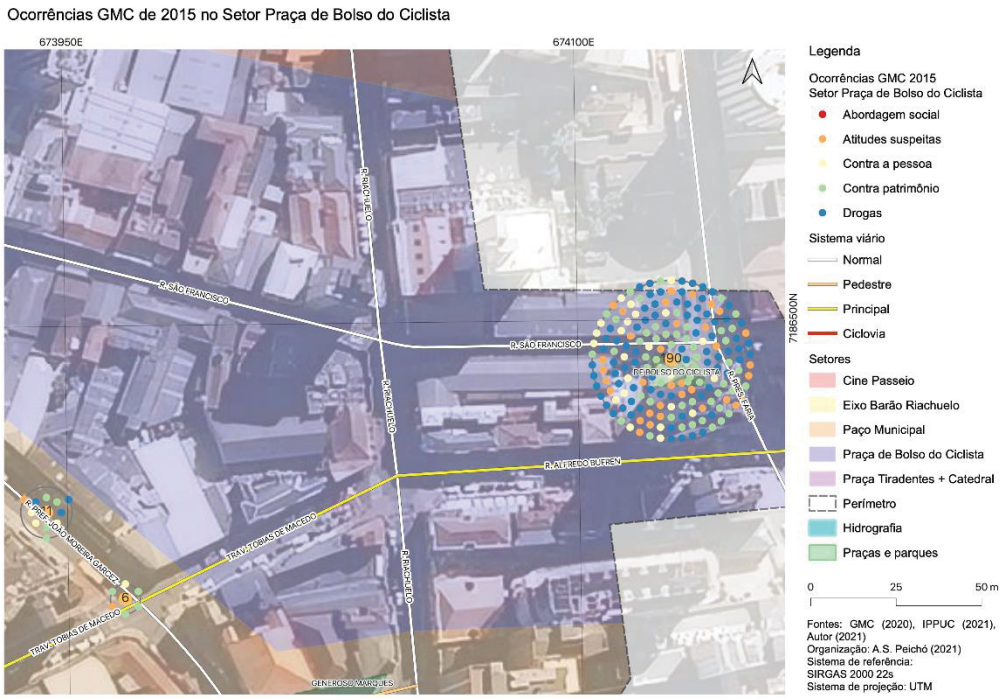
FONTE: O autor (2021).

MAPA 44 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL



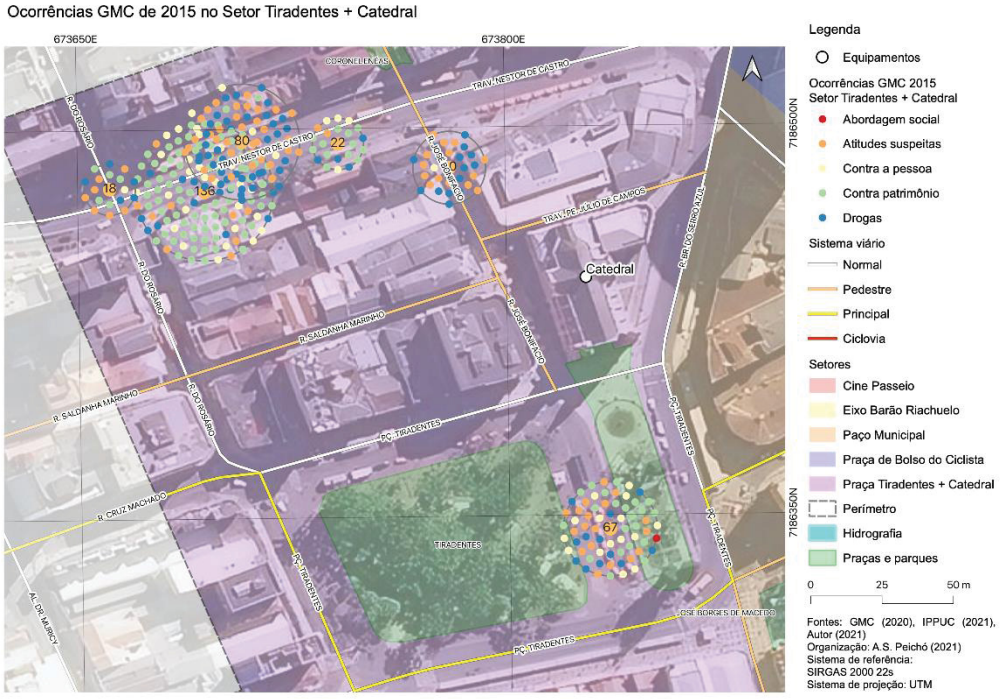
FONTE: O autor (2021).

MAPA 45 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



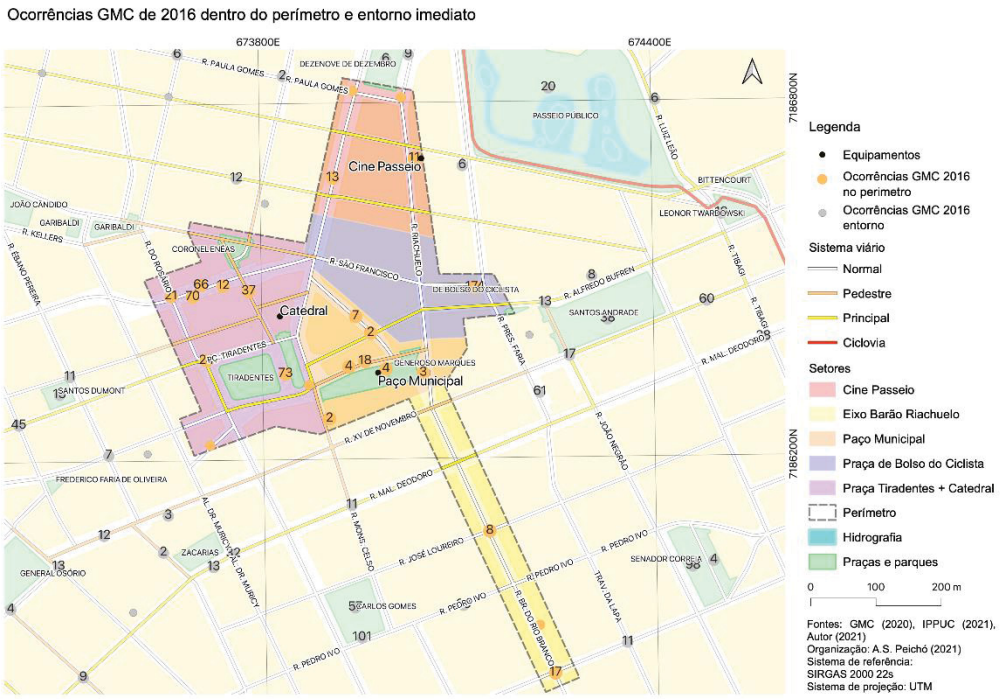
FONTE: O autor (2021).

MAPA 46 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2015 NO SETOR TIRADENTES



FONTE: O autor (2021).

MAPA 47 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATOS



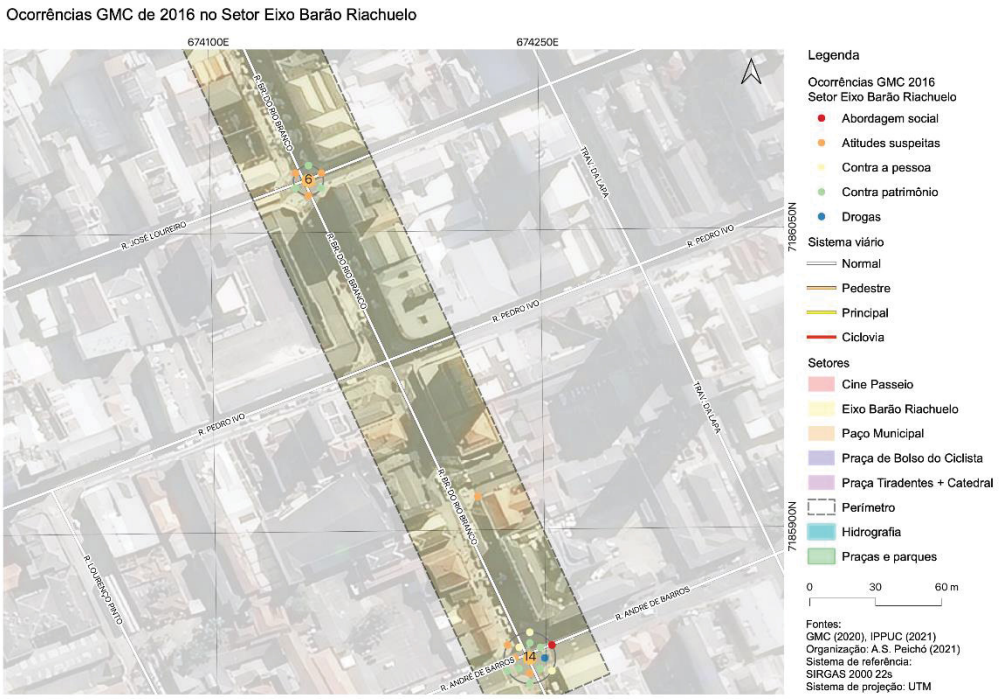
FONTE: O autor (2021).

MAPA 48 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 NO SETOR CINE PASSEIO



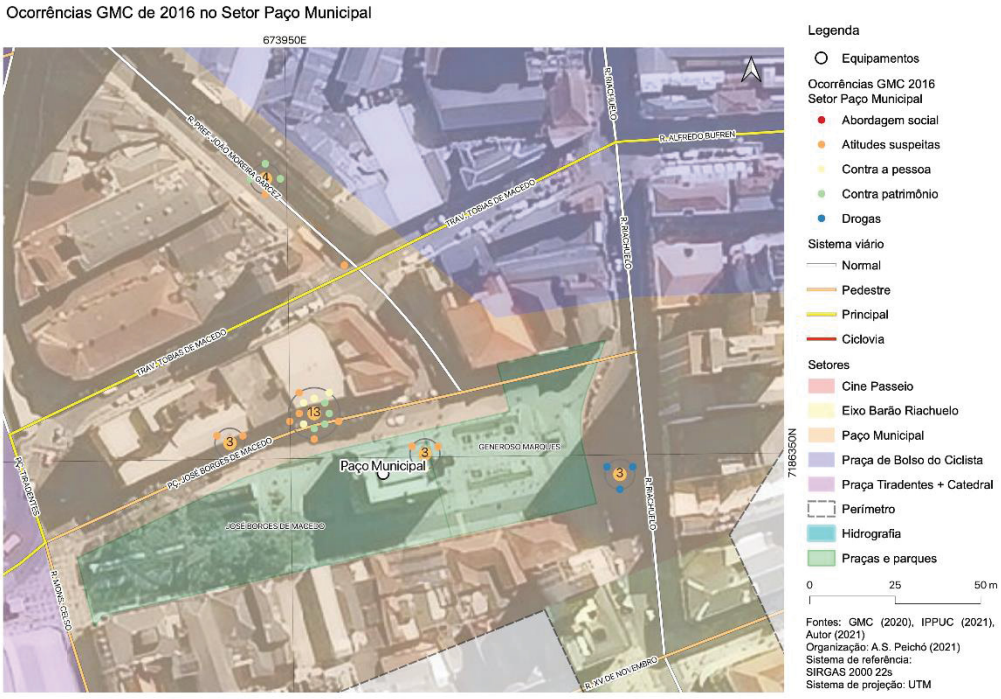
FONTE: O autor (2021).

MAPA 49 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO



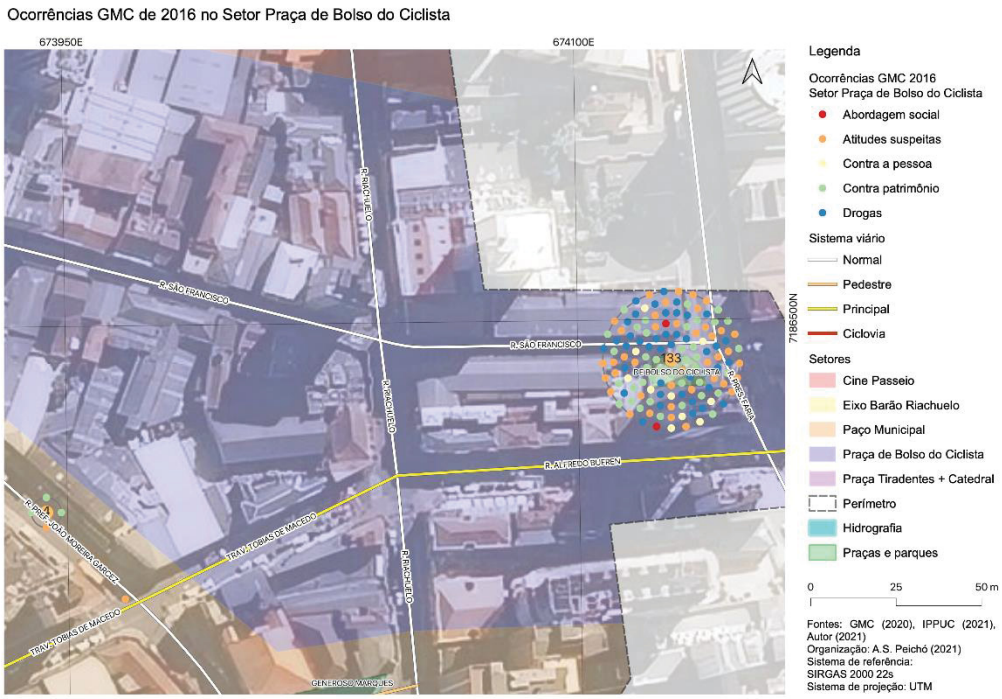
FONTE: O autor (2021).

MAPA 50 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL



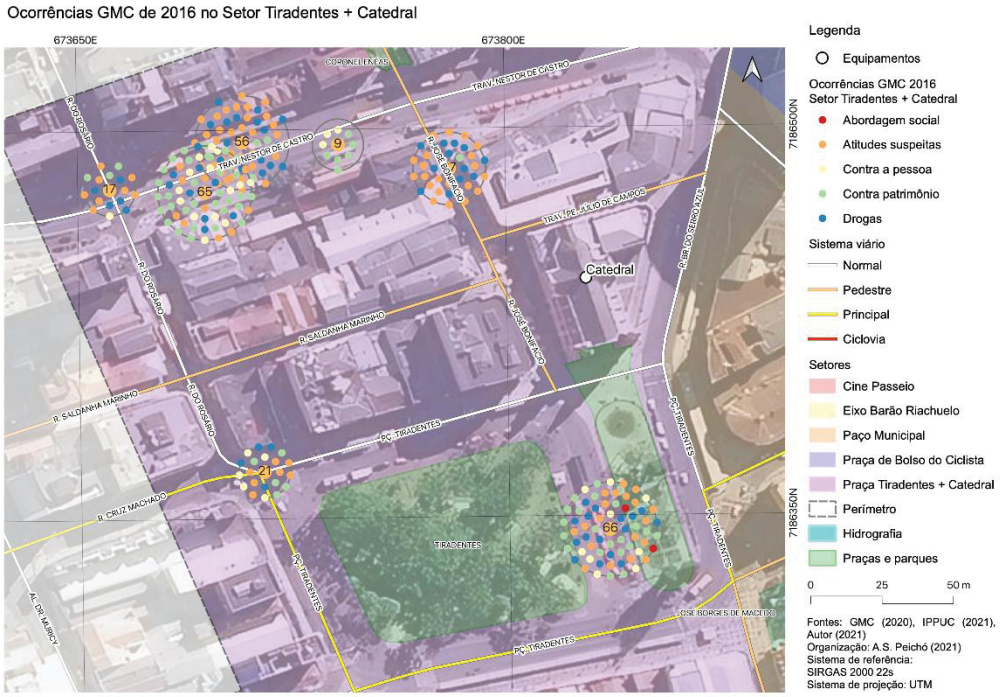
FONTE: O autor (2021).

MAPA 51 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



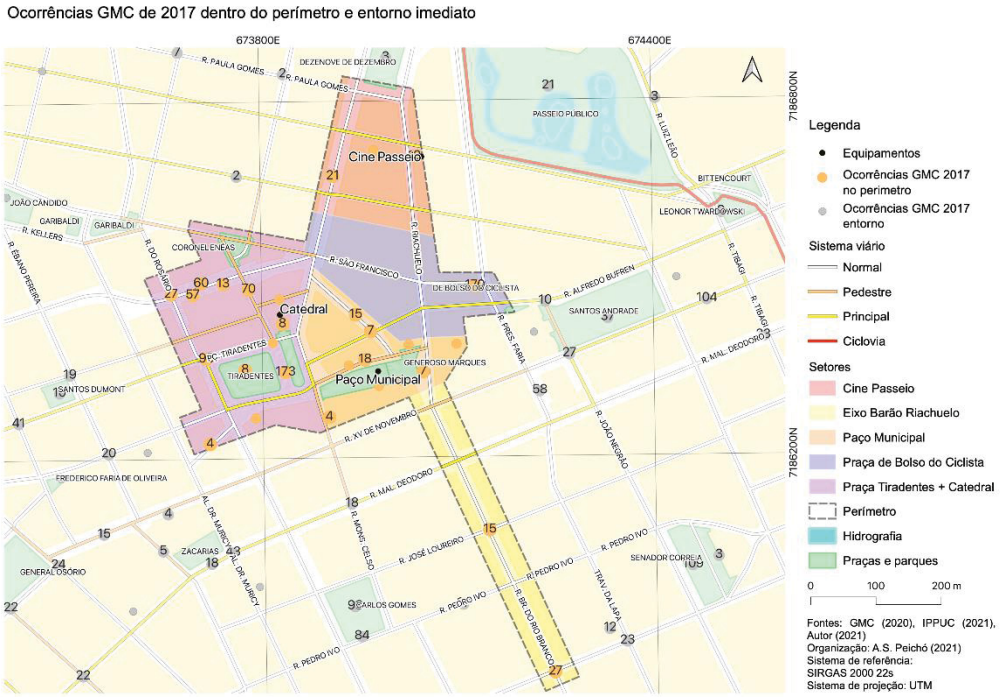
FONTE: O autor (2021).

MAPA 52 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2016 NO SETOR TIRADENTES



FONTE: O autor (2021).

MAPA 53 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO



FONTE: O autor (2021).

MAPA 54 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 NO SETOR CINE PASSEIO



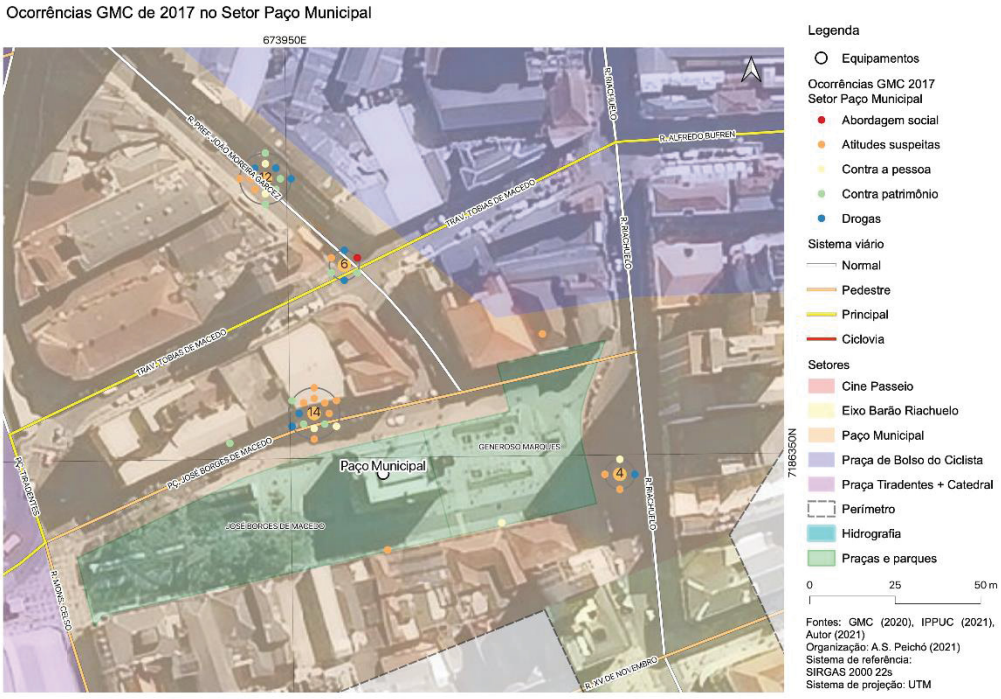
FONTE: O autor (2021).

MAPA 55 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO



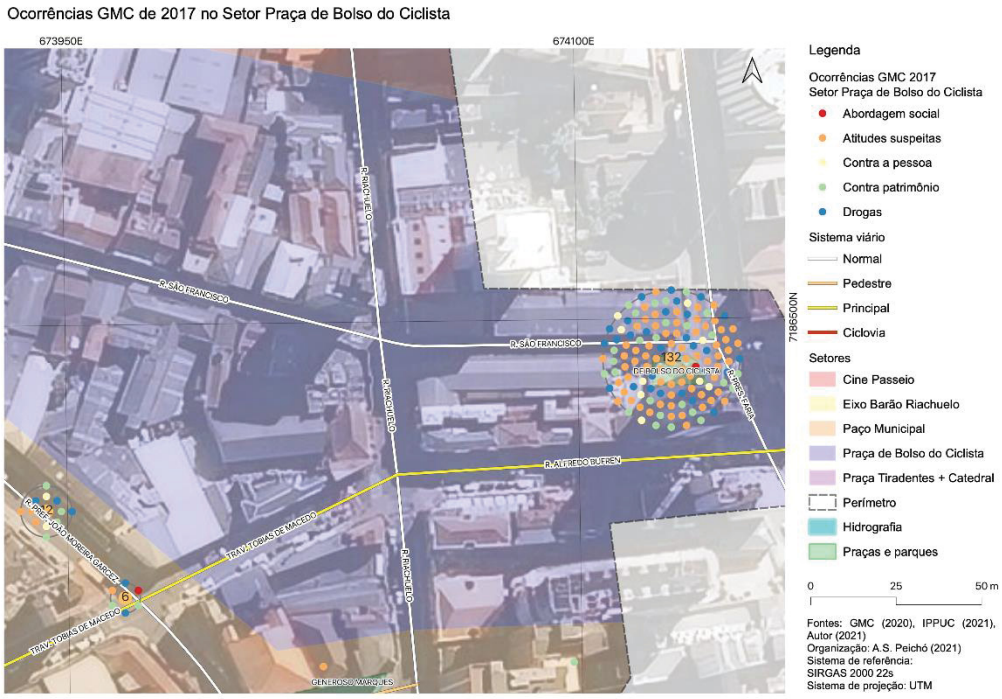
FONTE: O autor (2021).

MAPA 56 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL



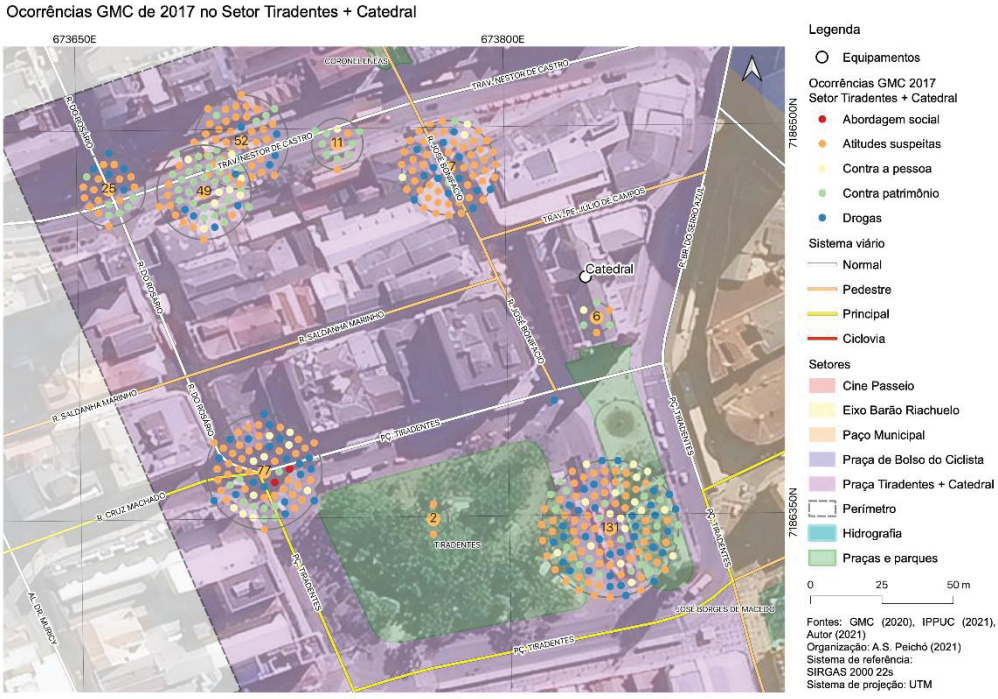
FONTE: O autor (2021).

MAPA 57 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



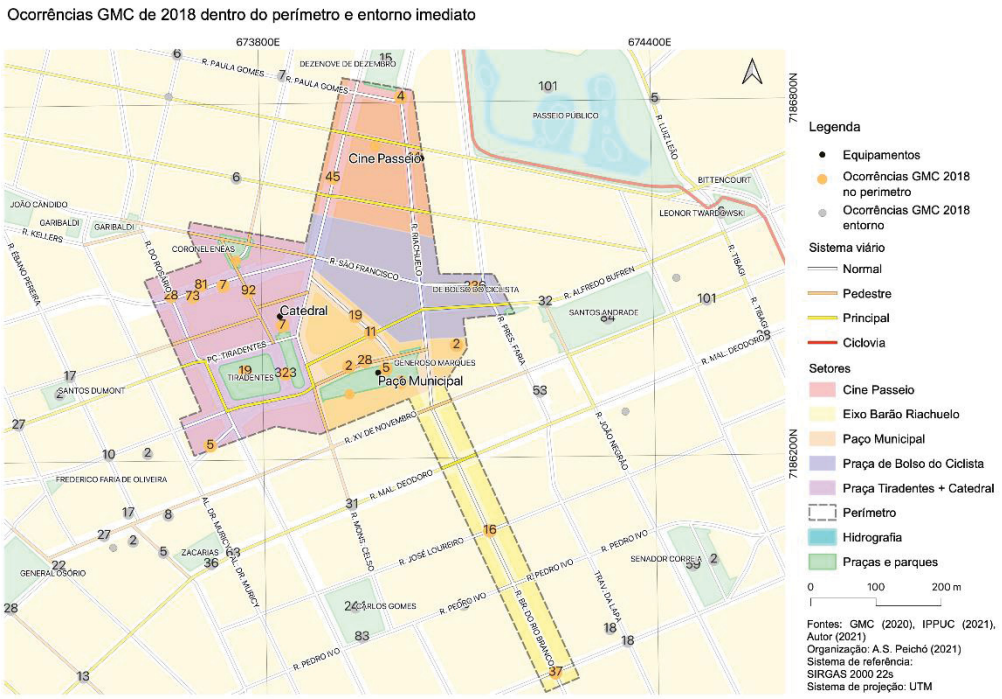
FONTE: O autor (2021).

MAPA 58 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2017 NO SETOR TIRADENTES



FONTE: O autor (2021).

MAPA 59 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO



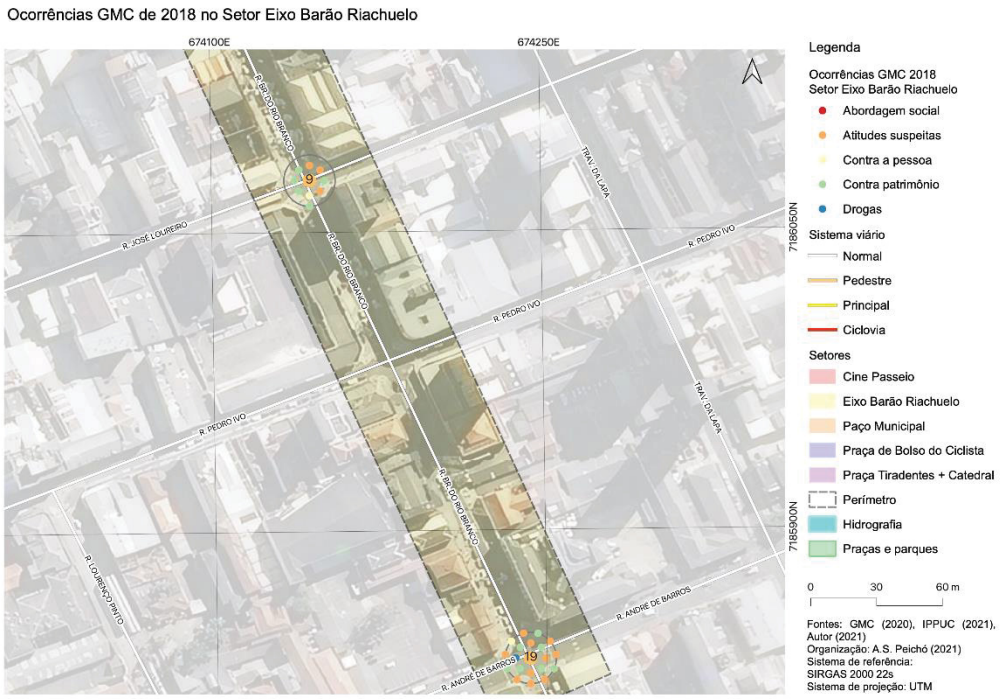
FONTE: O autor (2021).

MAPA 60 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 NO SETOR CINE PASSEIO



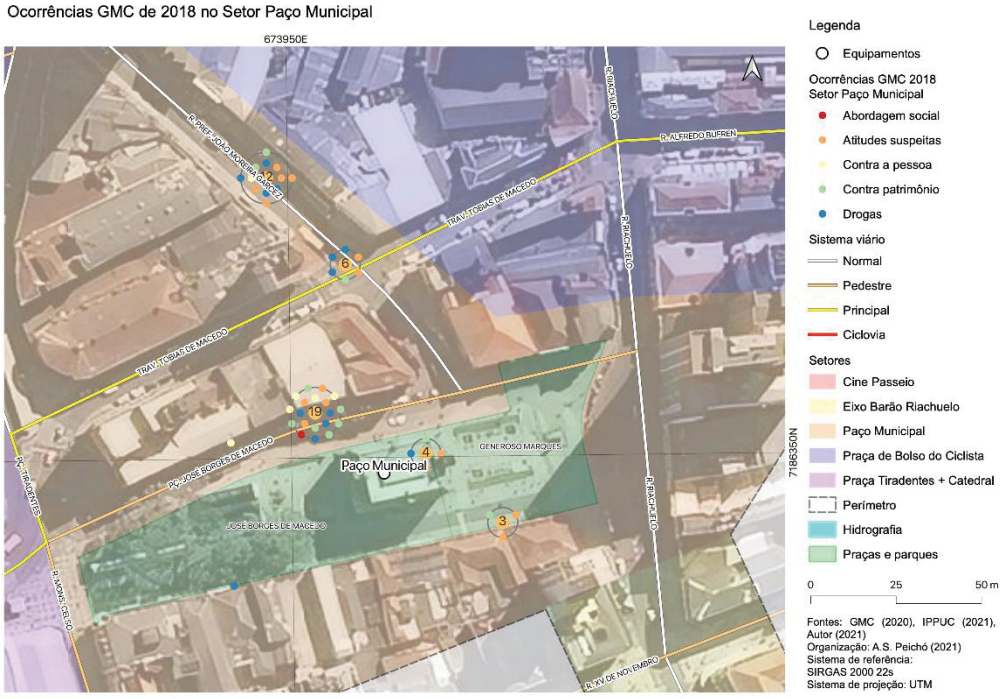
FONTE: O autor (2021).

MAPA 61 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO



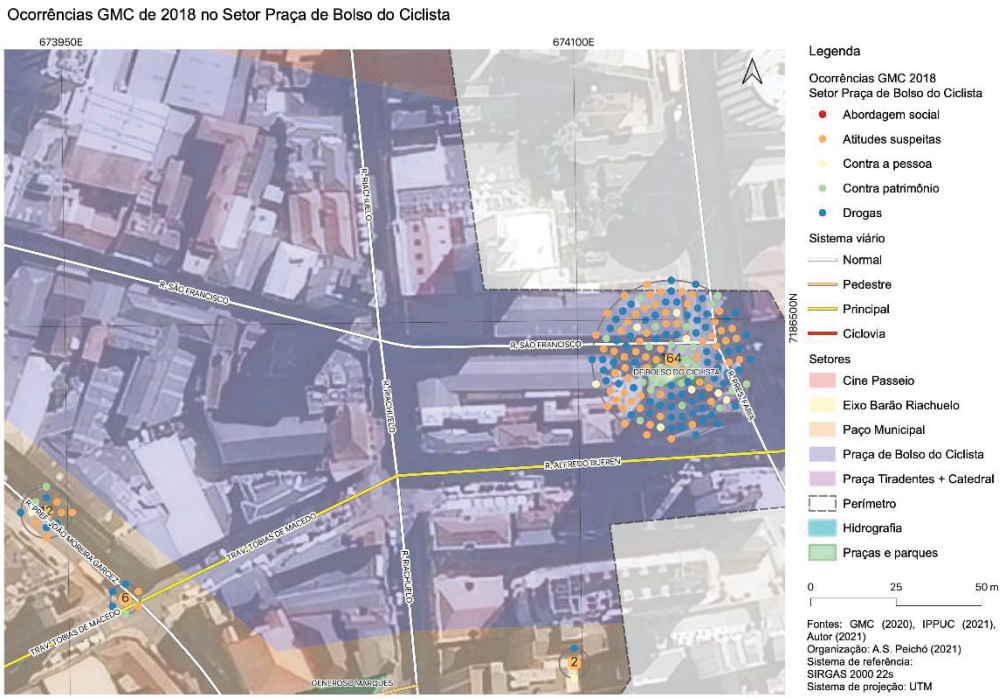
FONTE: O autor (2021).

MAPA 62 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL



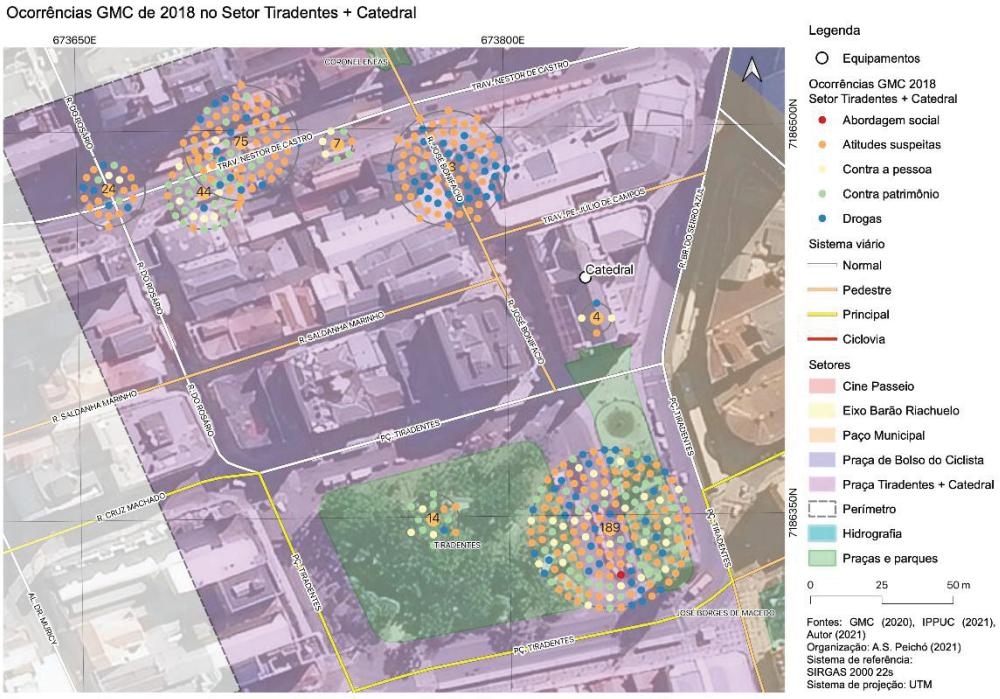
FONTE: O autor (2021).

MAPA 63 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



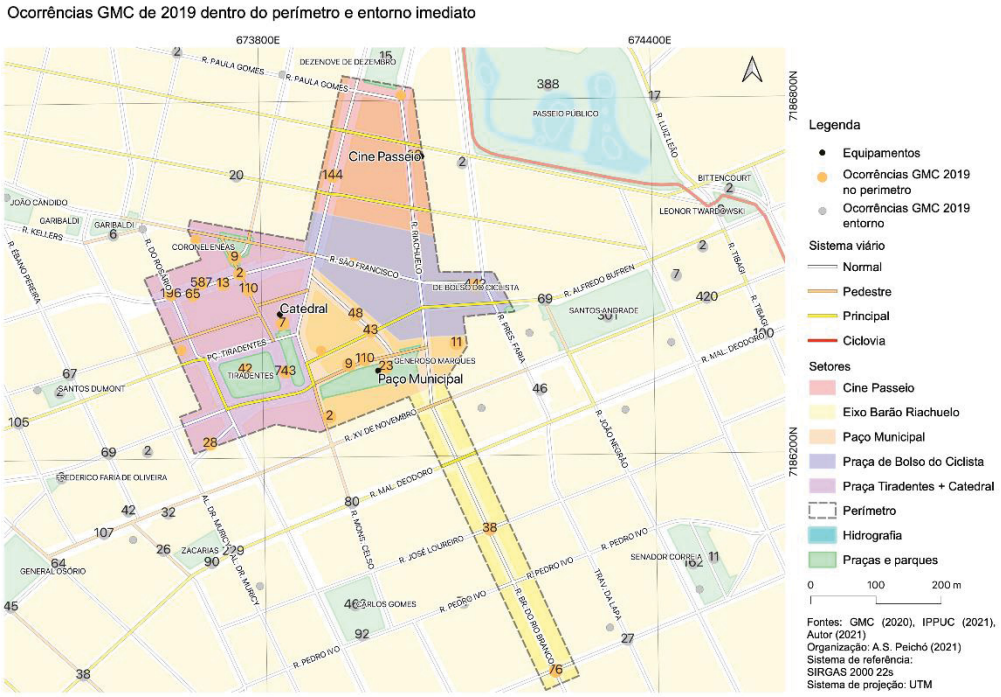
FONTE: O autor (2021).

MAPA 64 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2018 NO SETOR TIRADENTES



FONTE: O autor (2021).

MAPA 65 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO



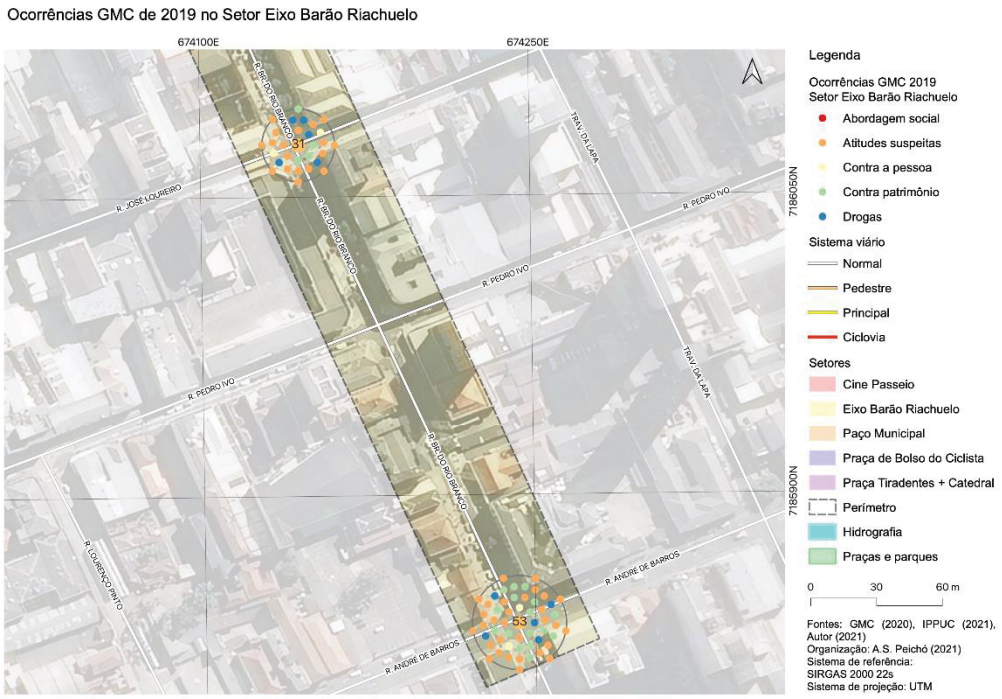
FONTE: O autor (2021).

MAPA 66 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 NO SETOR CINE PASSEIO



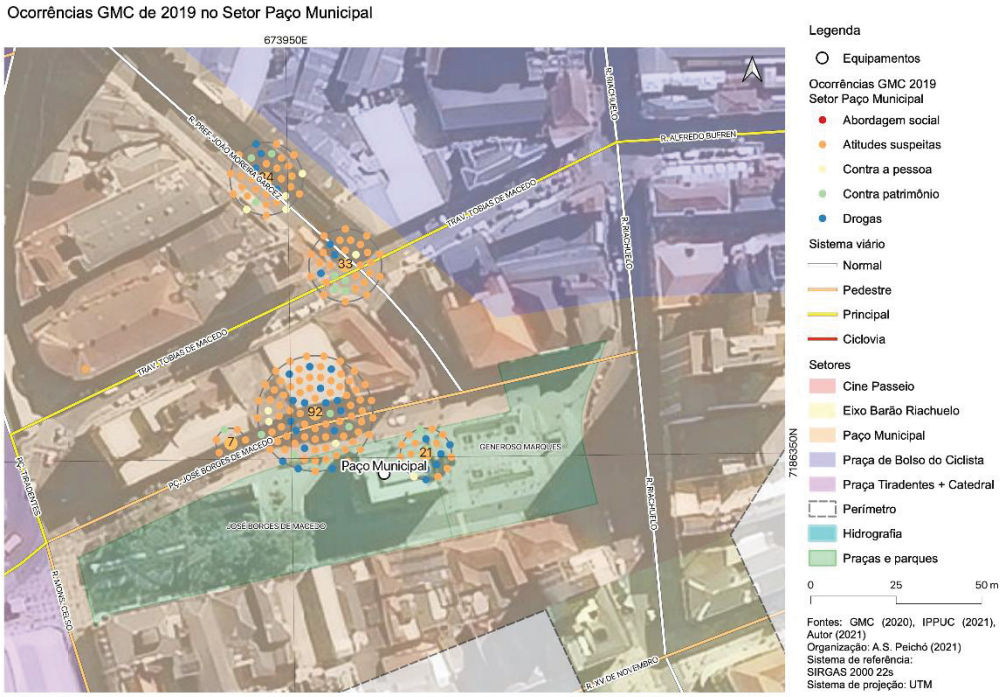
FONTE: O autor (2021).

MAPA 67 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO



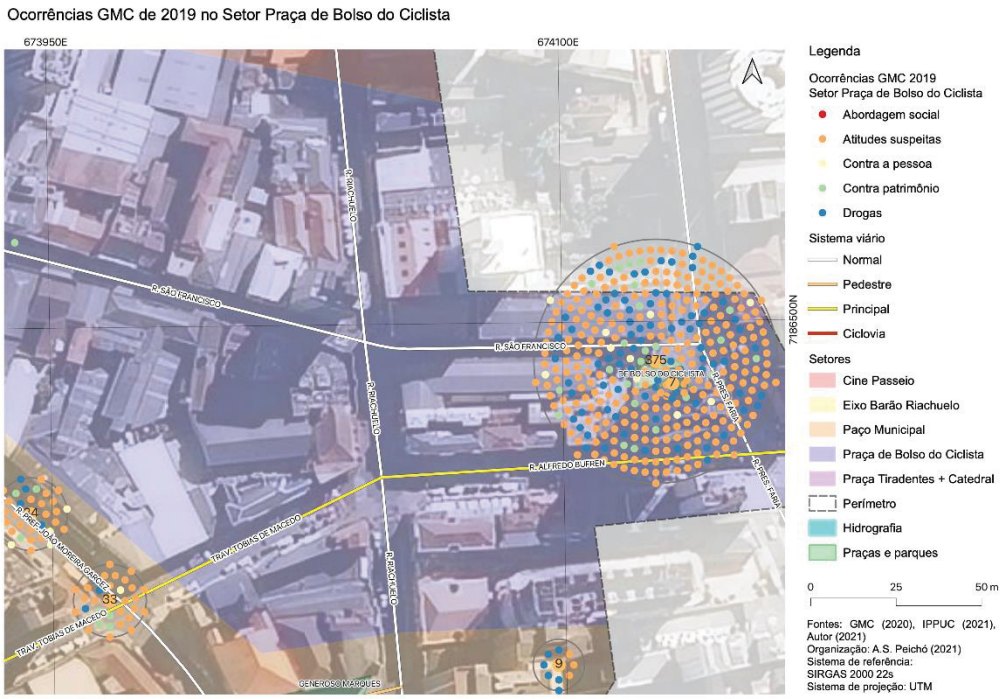
FONTE: O autor (2021).

MAPA 68 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 NO SETOR PAÇO MUNICIPAL



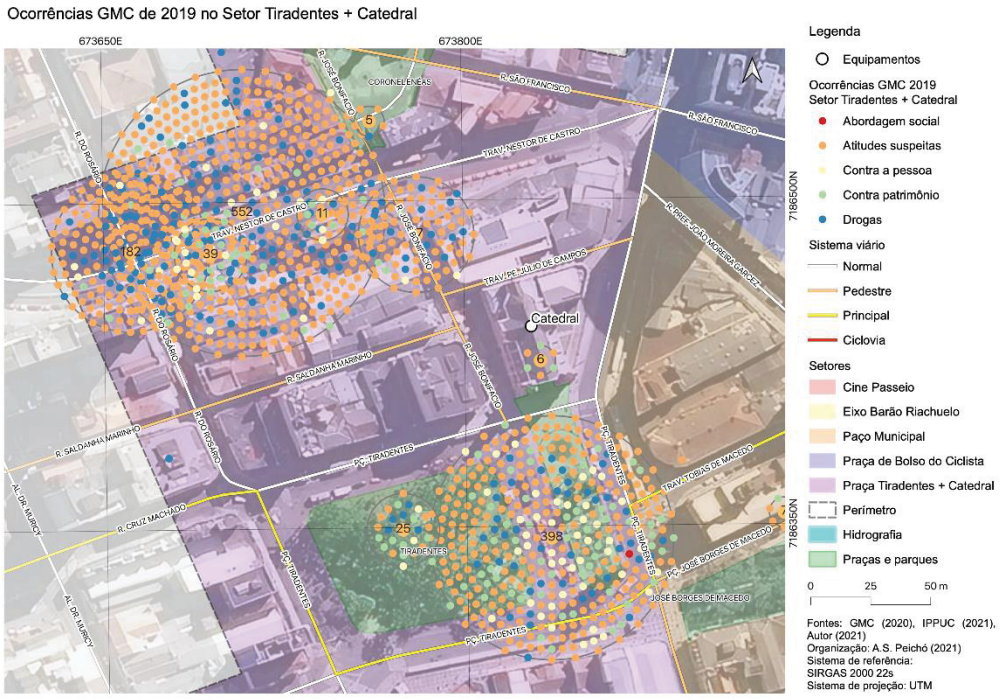
FONTE: O autor (2021).

MAPA 69 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



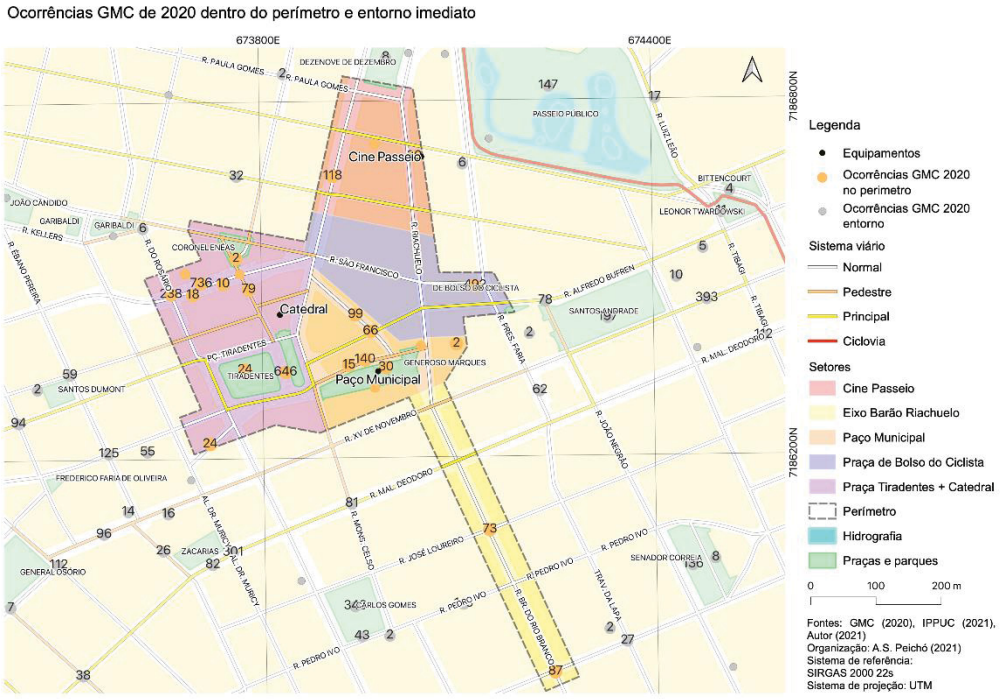
FONTE: O autor (2021).

MAPA 70 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2019 NO SETOR TIRADENTES



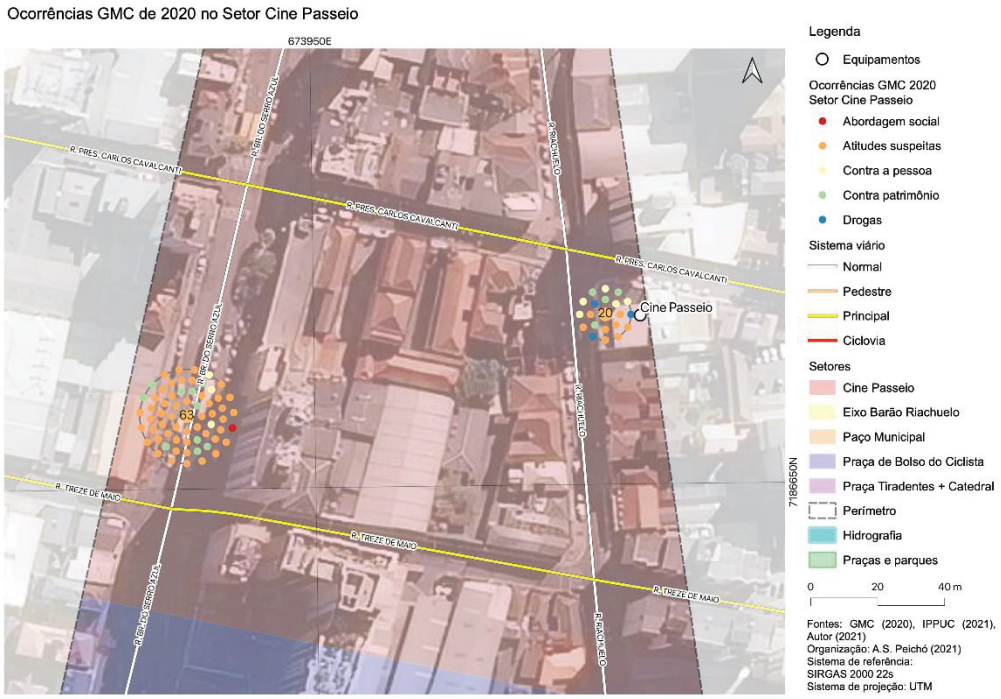
FONTE: O autor (2021).

MAPA 71 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2020 DENTRO DO PERÍMETRO E ENTORNO IMEDIATO



FONTE: O autor (2021).

MAPA 72 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2020 NO SETOR CINE PASSEIO



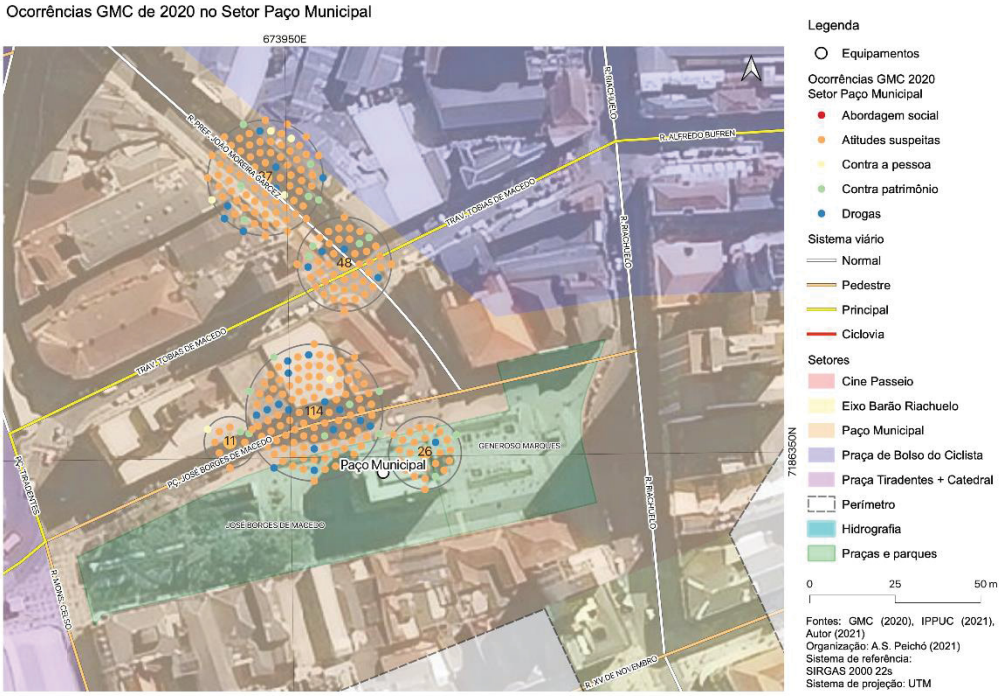
FONTE: O autor (2021).

MAPA 73 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2020 NO SETOR EIXO BARÃO RIACHUELO



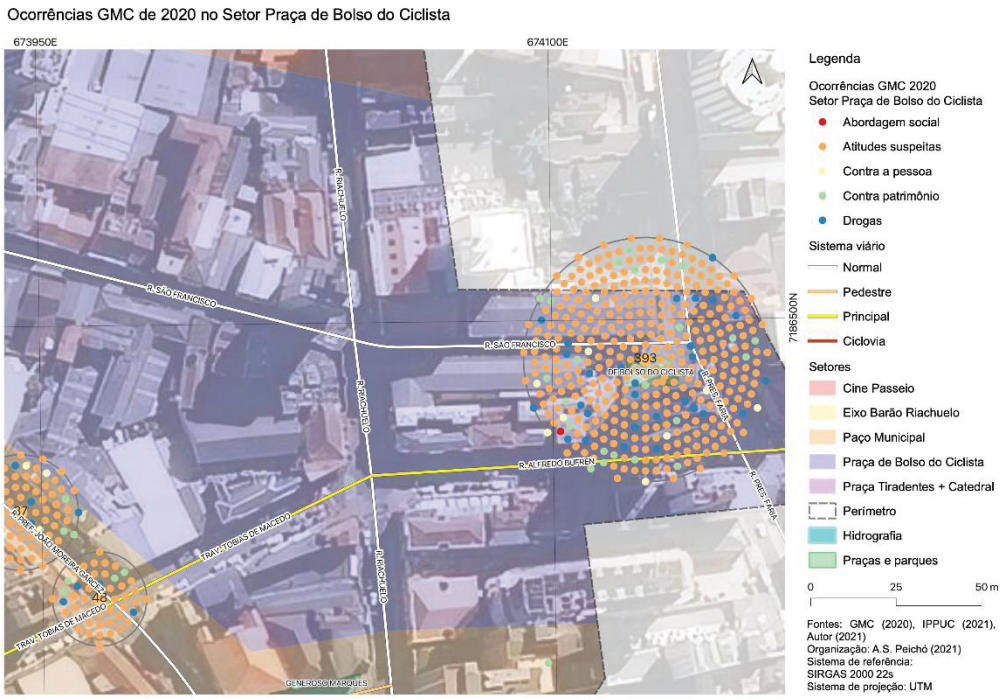
FONTE: O autor (2021).

Mapa 74 – Ocorrências de 2020 no Setor Paço Municipal



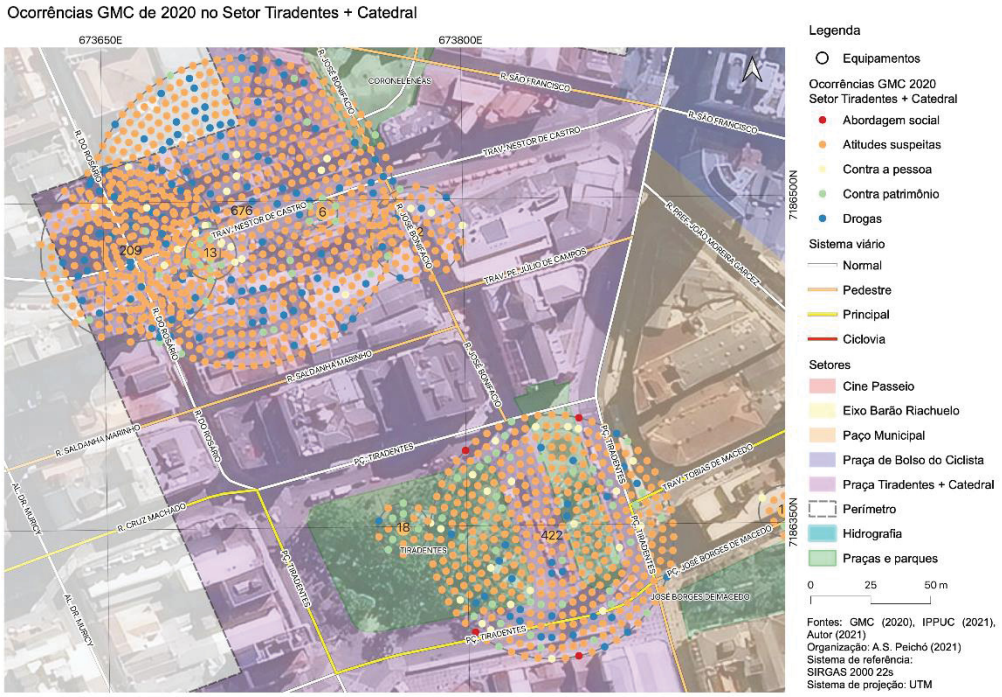
FONTE: O autor (2021).

MAPA 75 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2020 NO SETOR PRAÇA DE BOLSO DO CICLISTA



FONTE: O autor (2021).

MAPA 76 – OCORRÊNCIAS GMC DE 2020 NO SETOR TIRADENTES + CATEDRAL



FONTE: O autor (2021).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Renan Pereira e MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo e AMARAL, Pedro Vasconcelos Maia Do. Implosão e explosão na exópolis: Evidências a partir do mercado imobiliário da RMBH. **Nova Economia**, v. 27, n. 2, p. 323–350, 2017.

ARAÚJO, James Amorim. Sobre a Cidade E O Urbano Em Henri Léfèbvre. GEOUSP: **Espaço e Tempo** (Online), v. 0, n. 31, p. 133–142, 2012.

BATISTA, Fábio. **Praça Tiradentes: Cicatrizes e Regenerações**. Disponível em: <https://prediosdecuritiba.com.br/praca-tiradentes-cicatrizes-e-regeneracoes/>.

BERRY, B. J. L. General Features of Urban Commercial Structure. BOURNE, L. S. (Org.). . Internal Structure of the City - Readings on Space and Environment. Toronto: Oxford University Press, 1968. p. 361–367.

BERTOLINI, Enzo. **Curitiba inaugura Praça de Bolso do Ciclista**. Disponível em: <https://vadebike.org/2014/09/praca-de-bolso-do-ciclista-curitiba-inauguracao>.

BONAMETTI, João Henrique. A Arquitetura Eclética e a Modernização da Paisagem Urbana Brasileira. **Revista Científica** / FAP, v. 1, 2006.

BOSCHILIS, Roseli. **A Rua XV e o Comércio no Início do Século**. Boletim Informativo Casa Romário Martins, v. 23, n. 113, 1996.

BOVO, Marcos Clair e OLIVEIRA, Michelli Alvares. Centro e Centralidade Urbana: Uma Análise da Pequena Cidade de Peabiru (PR), Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 36, p. 104–123, 2014.

CARMO, Julio Cesar Botega Do. **A Permanência de Estruturas Urbanas e a Construção do Conceito de Cidade na Abordagem Geográfica: Reflexões Sobre o Planejamento Urbano da Cidade de Curitiba.** 2011. Universidade Federal do Paraná, 2011.

CASTELLS, M. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz & Terra, 2009.

CASTILHO, Ana Luisa Howard De. **Consensos e Dissensos no Centro de São**

Paulo: Significado, Delimitação, Apropriação e Intervenção. 2008. Universidade de São Paulo, 2008.

CHIESA, Paulo. O Paço Municipal de Curitiba: A Trajetória de um Palácio Público. POSSE, Z. C. S. (Org.). . História e uso do Paço da Liberdade. Curitiba: SESC, 2009. .

CHRISTALLER, Walter. **Central Places in Southern Germany**. Englewood Cliffs: Pretice-Hall, 1966.

CINE. **O Cine**. Cine Passeio, [S.d.]. Disponível em: <http://www.cinepasseio.org/cine>.

COLBY, Charles C. Centrifugal and Centripetal Forces in Urban Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 23, n. 1, p. 1–20, 1933.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Ática, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.

CURITIBA. **Em 2008, reforma da Tiradentes, a mais antiga praça da cidade**. Disponível em: <https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/em-2008-reforma-da-tiradentes-a-mais-antiga-praca-da-cidade/11857>.

CURITIBA. **Praça Tiradentes**. Turismo Curitiba, [S.d.]. Disponível em: <https://turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/praca-tiradentes/1619>.

DUARTE, Haidine da Silva Barros. A Cidade do Rio de Janeiro: Descentralização das Atividades Terciárias. Os Centros Funcionais. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 36, n. 1, 1974.

DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum Dia Sem Uma Linha: Uma História do Urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Nobel, 2010.

FARAH, Ana Paula e MERLIN, José Roberto. As Cartas Patrimoniais e Suas Aplicabilidades no Patrimônio Urbano. **Fórum Patrimônio**, n. 1, 2011.

FCC. **Liberado potencial construtivo para obra do Cine Passeio**. Disponível em: <http://www.fundacaoculturaldecuritiba.com.br/noticias/liberado-potencial-construtivo-para-obra-do-cine-passeio/>.

FECOMERCIO. **Os 100 Anos do Paço da Liberdade**. Revista Paço, 2016.

FERNANDES, José Carlos. **Justiceiros da Riachuelo**. Gazeta do Povo, Curitiba, 29 Maio 2010.

G1. **Catedral de Curitiba reabre após quase dois anos de reforma**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/09/catedral-de-curitiba-reabre-apos-quase-dois-anos-de-reforma.html>.

GADENS, Letícia Nerone. **O Processo de Degradação Física das Áreas Centrais e Sua Relação com a Dinâmica Urbana: Estudo de Caso em Curitiba, Paraná**. Sociologia, p. 157, 2010.

GASPARI, Gustavo Domingues. **Descentralização e Formação de Áreas de Centralidade: Uma Análise das Dinâmicas de (re)Estruturação do Espaço Urbano em Curitiba (PR)**. 2019. UFPR, 2019.

GEHL, Jan. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GRANATO, Marcus e RIBEIRO, Emanuela Sousa e ARAUJO, Bruno Melo De. **Cartas Patrimoniais E a Preservação Do Patrimônio Cultural De Ciência E Tecnologia**. Inofrmação & Informação, v. 23, n. 3, p. 202–229, 2018.

GUIMARÃES, Admar. **A Carta de Atenas (urbanismo dos C.I.A.M.)**. Salvador: D.A. da Escola de Belas Artes da UFBA, p. XVII, 1955.

GUTIERREZ, Ramón. **Arquitetura Latino-americana**. São Paulo: Nobel, 1989.

IPPUC. **História**. Disponível em: <https://ippuc.org.br/>. Acesso em: 30 mar 2021.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JOHNSON, James H. **Geográfia Urbana**. Barcelona: Oikos-tau, 1974.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 18, n. 2, p. 287–320, 2010.

LAHORGUE, Mário Leal. **Cidade: obra e produto**. Geosul, v. 17, n. 33, p. 45–60, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. . [S.l: s.n.]. , 2008

MARICATO, Erminia. A Copa do Mundo no Brasil: Tsunami de Capitais Aprofunda a Desigualdade Urbana. JENNINGS, A.; ROLNIK, R.; LASSANCE, A. (Org.). . Brasil em Jogo: O Que Fica da Copa e das Olimpíadas? São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2014. p. 17–24.

OLIVEIRA, Dennison De. **Curitiba e o Mito da Cidade Modelo**. Curitiba: Editora UFPR, 2014.

PASQUOTTO, Geise Brizotti. Renovação, Revitalização e Reabilitação: Reflexões Sobre as Terminologias nas Intervenções Urbanas. **Revista Complexus**, v. 1, n. 2, p. 143–149, 2010.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. Para a Discussão do Valor e do Preço na Produção Imobiliária. PEREIRA, P. C. X. (Org.). . Imediato, Global e Total na Produção do Espaço: A Financeirização da Cidade de São Paulo no Século XXI. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2018. p. 55–78. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/302>.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo**. 1ª edição ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2009.

RIBEIRO, A. C. T. A Reforma e o Plano: Algumas Indicações Gerais. GRAZIA, G. DE (Org.). . Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990. .

RICHARDSON, H. W. **Elementos de Economia Regional**. [S.l.]: Zahar, 1973.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A Colonização da Terra na Era das Finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTANA, Daniella Tschöke. **Praça de Bolso do Ciclista de Curitiba/PR: idealização, cotidiano e o uso da bicicleta como forma de contestação**. 2016. UFPR, 2016.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2018.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. São Paulo: EDUSP, 2003.

SOJA, E. W. **Postmetropolis: A Critical Study of Cities and Regions**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2000.

SOUZA, Larissa Alexandra Cavalcanti De. **Entre as Transformações na Paisagem e o Sentido de Lugar: O Caso do Paço da Liberdade**. 2013. Universidade Federal do Paraná, 2013.

SOUZA, Larissa Alexandra Cavalcanti De e MANNICH, Carla e BAHL, Miguel. **A Utilização da Interpretação do Patrimônio no Paço da Liberdade**. 2012, São Paulo: EACH-USP, 2012.

STRASSBURG, Udo e LIMA, Jandir Ferrera De e OLIVEIRA, Nilton Marques De. A Centralidade e o Multiplicador do Emprego: Um Estudo Sobre a Região Metropolitana de Curitiba. **URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 6, n. 541, p. 218, 2014.

ULTRAMARI, Clovis e DUARTE, Fabio e BLASCOVI, Kelia de Matos. Esvaziamento Demográfico e Permanência de Centralidades: Um Estudo Sobre Curitiba. 2007, Belém: ANPUR, 2007.

ULTRAMARI, Clovis e GADENS, Letícia Nerone e REZENDE, Denis Alcides. Irracionalidades Urbanas e Requalificação de Áreas Centrais. **Redes** (Santa Cruz do Sul), v. 12, p. 21–35, 2008.

VARGAS, Heliana Comin e CASTILHO, Ana Luisa Howard De. **Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados**. Barueri: Manole, 2006.

VASCONCELLOS, Lélia Mendes e MELLO, Maria Cristina Fernandes. RE: atrás de, depois de... VARGAS, H. C.; CASTILHO, A. L. H. (Org.). . Intervenções em Centros Urbanos: Objetivos, Estratégias e Resultados. Barueri: Manole, 2009. .

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2009.